

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

*Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer*  
uma etnografia das práticas de caminhar, conhecer e mapear entre os habitantes de Pedro  
Cubas, um Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira- SP

ALESSANDRA REGINA SANTOS

São Carlos  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

*Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer*  
uma etnografia das práticas de caminhar, conhecer e mapear entre os habitantes de Pedro  
Cubas, um Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira- SP

ALESSANDRA REGINA SANTOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos sob orientação da Professora Doutora Anna Catarina Morawska Vianna, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (orientadora – UFSCar)  
Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (UFSCar)  
Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP)

Suplentes:

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar)  
Prof. Dr. Gabriel Coutinho Barbosa (UFSC)

São Carlos  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S237ns

Santos, Alessandra Regina.

*Nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer* :  
uma etnografia das práticas de caminhar, conhecer e  
mapear entre os habitantes de Pedro Cubas, um  
Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira-SP /  
Alessandra Regina Santos. -- São Carlos : UFSCar, 2014.  
122 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2014.

1. Antropologia. 2. Territórios quilombolas. 3. Cartografia.  
4. Etnomapeamentos. I. Título.

CDD: 306 (20<sup>a</sup>)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL

Via Washington Luis, Km 235 - Caixa Postal 676  
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil  
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

*Alessandra Regina dos Santos*

28/03/2014

---

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna  
Orientadora e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

---

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

---

Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro  
Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP

Submetida à defesa em sessão pública  
Realizada às 14:00h no dia 28/03/2014.

Banca Examinadora:  
Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna  
Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela  
Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro

Homologado na CPG-PPGAS na  
\_\_\_\_\_ª. Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado  
Coordenador do PPGAS

*Aos meus pais, Adilson e Railda*

*Aos habitantes de Pedro Cubas, com gratidão*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Catarina Morawska Vianna, por tornar o sonho do mestrado possível. Agradeço-a por ter tido a oportunidade de experimentar uma relação de orientação extremamente humana e profunda. Ao professor Jorge Villela, por sua leitura cuidadosa e importantes sugestões feitas em minha banca de qualificação e defesa. Agradeço também a Marko Monteiro, por aceitar o convite para compor minha banca de defesa e contribuir com suas críticas e sugestões para a versão final dessa dissertação.

Aos habitantes de Pedro Cubas, pelo carinho com que me receberam. Agradeço especialmente Sr. Antônio Jorge e Dona Leide, por receberem-me em sua casa com tanto afeto e generosidade. Meu respeito e gratidão a todos os moradores de Pedro Cubas. A Jorlei e os amigos do MOAB/EAACONE por me ensinarem a trilhar os caminhos até as comunidades do Vale do Ribeira.

Aos amigos de Registro, Gilvani, Ézio e Tiago, por tornarem possível minha ida ao Vale do Ribeira. À Juliana, parceira de campo e reflexões. Aos amigos Sebastian, Euzébio, Cris, Dona Teresa e a pequena Anita, por terem feito de São Carlos um doce lar. Aos amigos queridos Atenágoras, Roberto, Renato, Vivi e a pequena Madalena. Cada um, ao seu modo, contribuiu para esse trabalho. Ao querido amigo Lênon Krâmer, por sua generosidade e incentivo em meu esforço de retorno para a antropologia.

Agradeço aos amigos e companheiros de pesquisa que encontrei no PPGAS, Talita Catini, Tatiana Amaral, Jacqueline Lima, Rodolpho Bento, Cassiana Rodrigues, Maria Angélica, Marcelo Yokoi, Jan Eckart, Sara Munhoz e Reiner Brito. À Magda Ribeiro, pela leitura e comentários atenciosos no II Seminários de Antropologia de UFSCar. A Piero Leiner, pelas leituras e orientações iniciais. Aos professores do PPGAS – UFSCar. Aos colegas do Coletivo Quilombola da UNICAMP.

Agradecimentos especiais ao meu amigo Cassius Cruz, por seu companheirismo, carinho e paciência nas situações mais importantes desse caminhar. Agradeço aos meus pais, irmãos, Paulinha e minha Julie, sem os quais esta dissertação não teria sido possível.

Finalmente agradeço à CAPES, que possibilitou os meios financeiros que tornaram esse trabalho possível.

## RESUMO

Tendo em vista os conflitos decorrentes de políticas de regularização fundiária em Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira, este trabalho buscou apreender como o uso de cartografias enquanto tecnologia de gestão pelo Estado possibilita o encontro entre duas razões: uma que anda com as almas, desenha e redesenha o território ao longo das estações, rituais e procissões; outra que mapeia, elabora genogramas e garante direitos territoriais. A centralidade política e analítica que a cartografia assume dentro do campo das políticas públicas destinadas às populações quilombolas (evidenciada pela multiplicação e difusão de dispositivos tecnológicos de geolocalização) ofereceu um campo potente de investigação. Com base em peças técnicas referentes a estes processos (mapas de levantamento planimétrico, croquis de uso e ocupação, memoriais descritivos e relatórios antropológicos), a descrição etnográfica buscou delinear de que maneira esse encontro entre tecnologias e técnicas sensíveis de percepção espacial toma forma e é estabilizado nos documentos. No entanto, diante da experiência cada vez mais frequente do etnomapeamento, parece ser pertinente a seguinte reflexão: estes modos distintos de conhecer e tecer o mundo podem, a partir da experiência complexa de etnomapeamento e o conjunto de pressupostos implicados nesta prática, estabelecer um diálogo e trabalho conjunto que não impliquem uma relação de subordinação, formas de dominação ou assimetrias de poder?

Palavras- chave: territórios quilombolas; cartografias; etnomapeamentos

## **ABSTRACT**

In view of the conflicts deriving from land titling policies in Remaining Quilombola Communities in the Ribeira Valley, this work sought to understand how the use of cartography as the management technology by the State enables the meeting of two perspectives: one that walks with souls, shapes and reshapes the territory throughout the seasons, rituals and processions; and another that prepares genograms and guarantees land rights. The political and analytical centrality assumed by cartography in the field of public policies intended for quilombola communities (as evidenced by the multiplication and dissemination of geolocation devices) has offered a powerful field of research. Based on technical tools concerning these processes (planimetric survey maps, sketches of land use and occupation, descriptive specifications and anthropological reports), the ethnographic description sought to outline how this meeting of spatial perception technologies and techniques takes place and is 'stabilized' in documents. However, with ethno mapping becoming more and more common, it seems appropriate to ask the following: can these two distinct ways of getting to know and weaving the world, from the more complex ethno-mapping experience and the set of assumptions involved in this practice, create a dialogue and work together in a way that does not result in a relationship of subordination, forms of domination or power asymmetries?

**Key words:** quilombola territories; cartography; ethno mapping



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Foto de Sr. Antônio Jorge, capelão da Recomendação das Almas.....	26
<b>Figura 2</b> – Foto da procissão Recomendação das Almas.....	26
<b>Figura 3</b> – Foto da chegada da procissão na casa de Dona Cacilda.....	30
<b>Figura 4</b> – Foto de Dona Cacilda servindo a garrafada de guiné.....	30
<b>Figura 5</b> – Imagem Cosmograma Kongo.....	32
<b>Figura 6</b> – Foto dos caminhos para o roçado.....	36
<b>Figura 7</b> – Foto de Sr. Antônio Jorge e Dona Leide retornando do roçado.....	36
<b>Figura 8</b> – Foto Dona Leide em sua cozinha de taipa.....	41
<b>Figura 9</b> – Foto cozinha de taipa de Sr. Miguel.....	41
<b>Figura 10</b> – Imagem símbolo do MOAB/EAACONE.....	48
<b>Figura 11</b> – Mapa com o trajeto percorrido pela Recomendação das Almas.....	49
<b>Figura 12</b> – Diagrama do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (INCRA).....	57
<b>Figura 13</b> – Croqui “Uso e Ocupação da Área da Comunidade Pedro Cubas”.....	75
<b>Figura 14</b> – Tabela de limites para o georreferenciamento de Imóveis Rurais (INCRA).....	81
<b>Figura 15</b> – Mapa “Levantamento Planimétrico da Área da Comunidade de Pedro Cubas”..	83
<b>Figura 16</b> – Foto Oficina de Mapeamento Participativo no Vale do Ribeira (SP).....	92
<b>Figura 17</b> – Fluxograma do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.....	100
<b>Figura 18</b> – Fluxograma do Processo de Georreferenciamento e Análise de dados.....	102
<b>Figura 19</b> – Mapa produzido pela Comunidade de João Surá (PNCSA).....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
<b>CCIR</b>	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
<b>CDHU</b>	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
<b>CEMPO</b>	Centro Missionário de Apoio ao Campesinato
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>EAACONE</b>	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras
<b>ESALQ</b>	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>FF</b>	Fundação Florestal
<b>GPS</b>	<i>Global Positioning System</i> / Sistema de Posicionamento Global
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICA</b>	<i>International Cartographic Association</i>
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INPE</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>ISA</b>	Instituto Socioambiental
<b>ITCG</b>	Instituto de Terras Cartografia e Geociências
<b>ITESP</b>	Instituto de Terras de São Paulo
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>MOAB</b>	Movimento dos Ameaçados por Barragens
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>NTGIR</b>	Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PETAR</b>	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
<b>RPPN</b>	Reserva Particular do Patrimônio Natural
<b>RTID</b>	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
<b>SEPPIR</b>	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SJDC</b>	Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania
<b>SMA</b>	Secretaria do Meio Ambiente
<b>SPU</b>	Secretaria do Patrimônio da União
<b>TIE</b>	Tecnologia de Informação Espacial
<b>PNCSA</b>	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>ZEE</b>	Zoneamento Econômico Ecológico

## SUMÁRIO

<b>Tessituras</b> .....	10
<b>Estrutura da Dissertação</b> .....	16
<b>1. Composto Caminhos</b> .....	19
1.1. Caminho dos vivos, Caminho dos mortos.....	21
1.2. Recomendação das Almas sob uma perspectiva centro-africana.....	31
1.3. Gente da Água, Gente da Terra.....	34
1.4. Nas texturas da terra: aqui só dá parente.....	37
1.5. Casa, Paiól e Tapera: movimentações, deslocamentos, multilocalizações.....	39
1.6. Idas e vindas: os que vão e os que ficam.....	42
1.7. Pedro Cubas é uma coisa só: associação quilombola.....	45
<b>2. Mapeamentos em Disputa</b> .....	51
2.1. Gente dos Papéis.....	54
2.2. Deslocamentos.....	59
2.3. Superfície.....	64
2.4. O tempo como vestígio.....	67
2.4.1. Território ancianamente ocupado.....	69
2.5. Padrões de usos da terra.....	78
2.5.1. Nomeações.....	79
2.5.2. Limites e Confrontações.....	81
2.6. O cálculo matrimonial e o cálculo fundiário.....	84
2.7. Equivocações.....	86
<b>3. Etnomapeamento e Novas Cartografias Sociais</b> .....	91
3.1. Virada Territorial, Virada Cartográfica. ....	93
3.2. O que expressam os etnomapas?.....	96
3.2.1. Oficinas de mapeamento e performances participativas.....	98
3.3. Cartografias Sociais e Iniciativas de Zoneamento Ecológico Econômico em Remanescentes de Quilombo do Vale do Ribeira (Paraná e São Paulo).....	106
3.4. Os deslocamentos dos habitantes de Pedro Cubas e a caminhada -guiada do cartógrafo.....	111
<b>Reflexões Finais</b> .....	113
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	116

## Tessituras

Não muito distante do arraial de Xiririca (Eldorado), Rio Ribeira acima, seguindo por uma estrada que lhe é paralela, a certa altura de sua margem direita, a qual se faz a travessia, chega-se à localidade conhecida atualmente por Barra do Batatal. É o início da estradinha de terra sinuosa que nos conduz, após 2 horas de caminhada, à pequena Vila de Santa Catarina. Área habitada por famílias negras, lavradores aparentados. Os primeiros ocupantes dessas terras.

A Vila de Santa Catarina é parte de uma localidade mais ampla, referida por seus moradores, ora como bairro, ora como comunidade de Pedro Cubas. Ao longo de uma teia formada pelas águas dos afluentes do Rio Ribeira – Rio Pedro Cubas e Rio Ivaporunduvinha – e inúmeros cursos d’água - Quebra Canela, Braço Grande, Areado, Bromado, Penteado, Laranja Azeda, Catas Altas, Chico Ramos, Raposa, Forma de Colher, Quebra Canoa e Ribeirão Pinto; nas paragens às quais chamaram de Cerrado Grande, Penteado, Bromado, Boqueirão/Pedrinha, Itopava, Rio dos Peixes, Areado, Areadinho e Braço Grande (ITESP, 1998; 2003); estabeleceram-se estes lavradores, formando pequenos núcleos familiares interligados por trilhas. Sua população é hoje composta por aproximadamente 65 famílias, em torno de 222 habitantes, distribuídos entre dois núcleos: Pedro Cubas, área localizada na parte baixa do Rio Pedro Cubas<sup>1</sup>, próximo à Vila de Santa Catarina, e Pedro Cubas de Cima, área situada nas proximidades da cabeceira do rio.

Embora estudos acadêmicos (teses e dissertações), laudos antropológicos e documentos do Estado reafirmem a existência legal de duas comunidades, suas lideranças fazem-nos saber, de antemão, que *Pedro Cubas é uma coisa só*<sup>2</sup>. De acordo com relatos de moradores, essa subdivisão é recente, teria surgido com o processo de demarcação territorial iniciado no final da década 1990.

Nesta dissertação, busco apreender, a partir dos conflitos decorrentes do processo de regularização fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas, como o uso de cartografias como tecnologia de gestão pelo Estado (SANTOS, 2012) coloca em confronto saberes e lógicas distintas de percepção do espaço. A centralidade política e analítica que a representação espacial cartográfica assume dentro do campo de políticas públicas destinadas às populações quilombolas (evidenciados pela multiplicação e difusão de

---

<sup>1</sup> Certificada pela Fundação Cultural Palmares como “Remanescente de Comunidade de Quilombo”, apenas Pedro Cubas recebeu titulação definitiva de suas terras, em 16 de abril de 2007 (código do IBGE 3514809).

<sup>2</sup> Sobre as notações utilizadas neste trabalho, opto pela grafia em itálico como sinalização para os termos enunciados por meus interlocutores em campo. Para as citações bibliográficas, opto pela grafia com aspas duplas. Para não sobrecarregar o texto, nas aparições subsequentes, utilizarei a grafia normal.

dispositivos tecnológicos de geolocalização), e a emergência de propostas para uma cartografia participativa – iniciativas que colocam estes dispositivos de representação espacial em disputa – parecem oferecer um campo de investigação potente, em que podemos vislumbrar um plano comum em que lógicas espaciais distintas são operadas.

Trata-se da tentativa de elaboração de uma etnografia do encontro entre duas razões: uma que desenha e redesenha seu território enquanto caminha com as almas, que entoa cânticos e rezas diante do cemitério, casas e *taperas*; recompõe continuamente suas moradas, desloca-se entre *capuavas*, de um lugar ao outro, ao longo das estações do ano, rituais, procissões; e outra que mapeia o território, a partir de uma combinação incessante de dados, ângulos, coordenadas, escalas e resoluções, elaboradas por sofisticados dispositivos tecnológicos – sistemas de navegação (SIG, GPS<sup>3</sup>) e softwares (WorldKit, OpenStreetMap, MapOMatix), dados que são inscritos sobre uma estrutura totalizante, sobrecodificante, um decalque. O silencioso mundo da cartografia moderna (INGOLD, 2000).

Entretanto, não se trata aqui de um plano de contraste entre dualidades simetricamente opostas. As questões que despontaram a partir de minhas percepções em campo sobre as especificidades das experiências espaciais dos habitantes de Pedro Cubas, e, sobretudo, a decisão de revisitar constantemente minhas anotações, em um esforço de compor e recompor o emaranhado de relações e envolvimento entre pessoas e ambientes (via encontro dos quilombolas com técnicos do INCRA, fluxo migratório, passagens entre mundos dos vivos e dos mortos, histórias de lugares e trajetórias compartilhadas), ao longo do tempo, mostravam-me não a uma contraposição pura e simples entre práticas de conhecimento distintas, mas encontros e interpenetrações constantes.

Esta pesquisa envolveu esforços em dois sentidos. O primeiro foi o contato com outros contextos etnográficos, propiciado pelo diálogo com a literatura. A abrangência e complexidade do debate que compreende e atravessa o tema do pleito territorial quilombola – estudos que perpassam os temas do campesinato, relações étnico-raciais, bem como cenários de análise contemporâneos, como aqueles empreendidos por uma antropologia do Estado e do Direito. Nestes debates contemporâneos, a problemática institucional-legal que envolve a política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos, e recoloca a questão da identificação das etnicidades, a compreensão destas enquanto um atributo determinável por inspeção (VIVEIROS DE CASTRO, 2006), suas problematizações e lutas conceituais, fazendo emergir reflexões como a inserção ético-política da antropologia no

---

<sup>3</sup> Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Sistema Global de Posicionamento (GPS).

campo jurídico institucional, os limites e possibilidades dos laudos periciais antropológicos na aplicação de direitos constitucionais às “comunidades negras rurais” (CHAGAS, 2001) Temas que adquirem relevância no debate acadêmico a partir da consagração constitucional do direito encerrado no artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por meio de abordagens que descreveram o processo que levou à definição da redação do artigo, bem como as interpretações jurídicas que dele derivam, como as dinâmicas de formalização jurídica da categoria de remanescentes de quilombo (processo de nomeação<sup>4</sup>), do reconhecimento público da situação de desrespeito a que foram historicamente submetidos (processo de reconhecimento), de pertencimento e identidade<sup>5</sup> na mobilização frente à garantia de seus direitos (processo de identificação), bem como das mudanças que se operam nas instituições e manifestações dos grupos sociais quilombolas durante o procedimentos de delimitação territorial (processo de territorialização) (ARRUTI, 2006).

Já estudos recentes têm privilegiado uma abordagem que parte do texto constitucional para demonstrar o conflito existente entre a percepção de territorialidade das comunidades e o tratamento que o Estado dá ao reconhecimento jurídico das diferenças étnicas (CHAGAS, 2001). Como uma crítica aos efeitos políticos de um debate que, ao dimensionar o poder, privilegiaram o Estado enquanto instância que toma exclusivamente para si a função de produção e regulação das subjetividades, fragilizando incursões críticas que apontassem para a conformação múltipla e difusa, porém hierárquica, que o poder assume no discurso contemporâneo, bem como a proposição de embates políticos que apontassem para possibilidades de significação e autonomia dos sujeitos.

Neste contexto, são apontadas as implicações políticas do debate construído pela antropologia brasileira em torno da questão quilombola, cujas escolhas políticas e teóricas teriam contribuído para a institucionalização do quadro jurídico que regulamenta a questão quilombola e a validação da categoria oficial de quilombo (BOYER, 2011). Processo em que estas populações, que são chamadas quilombolas a partir de uma razão estatal, frente à necessidade de fazer valer os seus direitos, são instadas a aderirem às categorias oficiais. Este debate tem contribuído para a reflexão em torno de saberes técnicos mobilizados em órgãos estatais na gestão de populações e territórios. Saberes que têm a antropologia como referência

---

<sup>4</sup> Arruti (2006) define por processo de nomeação “o movimento de instituição de uma categoria jurídica ou administrativa que, englobando uma população heterogênea com base em determinadas características comuns, a institui como um sujeito de direito e deveres coletivos e como um objeto de ação do Estado”.

<sup>5</sup> Dentre os aspectos identitários considerados no processo de reconhecimento pelo Estado de um território Remanescente de Quilombo está o critério de autodeclararão dos grupos, associado a uma concepção linear e histórica de ocupação da terra, o compartilhamento de substância (ascendência comum) e memória (trajetórias e experiências dos antepassados com a paisagem).

na elaboração de documentos técnicos, como os laudos periciais. Documentos cujos processos confecção e circulação serão abordados neste trabalho.

Neste sentido, um novo panorama de pesquisa se desenhou, indicando que outros caminhos poderiam ser percorridos e abarcados pela reflexão, caminhos em que se pudesse seguir e descrever um determinado modo de vida. As formas como estas populações concebem, percebem e produzem os lugares e paisagens que vivenciam, bem como as tensões envolvidas em seus projetos de habitar. Um esforço analítico em compreender e enfatizar, a partir da perspectiva das próprias pessoas, as dinâmicas dos processos temporais, socioculturais e políticos que circunscrevem o território. Abordagem cujo foco etnográfico não se limitasse a tomar como dada uma correspondência entre limites étnicos e territoriais (GALLOIS, 2004).

O segundo esforço compreendeu o trabalho de campo realizado em meados de 2012, por um período de três meses. Meu primeiro contato com os habitantes de Pedro Cubas ocorreu em 2010, quando fui convidada por um grupo de estudantes de graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para conhecer uma “comunidade quilombola” do Vale do Ribeira, de forma a dar continuidade num compromisso (não institucional) firmado por alguns integrantes daquele grupo, que haviam participado do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em anos anteriores, de seguirem contribuindo com a “organização” política da comunidade. Acompanhando este grupo, conheci Dona Diva, Dona Cacilda e Sr. Adão, Sr. Antônio Jorge e Dona Leide.

Em 2012, retornei a cidade Registro, onde estabeleci contatos que me permitiram acompanhar algumas reuniões entre as populações dos remanescentes de quilombos de Peropava (Registro), Morro Seco (Iguape) e André Lopes (Eldorado); ONGs e órgãos do Estado. Meus principais interlocutores naquele momento eram o ISA e setores da prefeitura de Registro. Nestas reuniões conheci alguns integrantes do Moab/Eaacone, e a partir então, meu foco deslocara-se completamente para cidade de Eldorado. Nessa ocasião conheci Jorlei, jovem liderança de Pedro Cubas. Por seu intermédio, reaprendi o trajeto de Eldorado até a comunidade, pude reencontrar Dona Leide e Sr. Antônio Jorge e me reaproximar das pessoas de Pedro Cubas.

As dificuldades de deslocamento entre Eldorado e os bairros em que se situam as comunidades fez-me optar por intercalar o tempo de estadia dentro da comunidade com o



tempo de estadia em Eldorado, próximo à sede do Moab/Eaacone. E, por fim, o último esforço envolveu a sistematização do material etnográfico e a elaboração da escrita.

No que concerne ao propósito inicial do projeto de pesquisa, em linhas gerais, interessava-me delinear os diversos planos em que políticas são operadas no encontro entre quilombolas, antropólogos e Estado em contextos de regularização territorial dos *remanescentes de comunidades de quilombos*. Arriscava-me numa tentativa de explicitar o que poderia ser “uma perspectiva quilombola” sobre o poder e o Estado, a partir do esforço em etnografar esse campo de enfrentamentos, atravessado por uma multiplicidade de saberes, interesses e agentes políticos.

Nesse sentido, apontava para os Relatórios Técnicos Antropológicos como um “corpus” empírico importante para tentar delinear estas situações de disputa. Espaço em que falas buscam legitimar seus objetos discursivos. À minha frente, se apresentava um campo extremamente complexo, com uma diversidade de nativos - quilombolas, órgãos do Estado, antropólogos. A ideia era estudar como se dava a relação entre eles. Porém, como fazer isso? Como abarcar todos estes fluxos? Naquele momento, as ideias exploradas por Roy Wagner (2010) e Viveiros de Castro (2002) sobre “levar a sério” o nativo, seguir seu discurso e tentar ver aonde ele nos levava, pareciam ser de grande valia.

Para seguir estes fluxos, minha intuição dizia que o caminho a ser percorrido passava pelas Associações Quilombolas, por suas organizações (MOAB/EAACONE), e, principalmente, pelas inúmeras reuniões que compunham a agenda política de suas lideranças junto a ONGs (ISA) e órgãos do Estado (SEPPIR, INCRA, ITESP, Fundação Florestal, MPF, etc.). Nesse sentido, em campo, optei por intercalar deslocamentos entre algumas comunidades do Vale do Ribeira e as reuniões, com um período contínuo de convívio com a população de Pedro Cubas.

O convívio com as lideranças de Pedro Cubas nestes espaços de negociações e dentro da comunidade fizeram-me notar uma diferença entre as perspectivas das lideranças e dos moradores. Ora estes discursos se afinavam ora destoavam completamente. Nas reuniões, observava que dinâmicas distintas eram operadas, conforme a instituição com a qual dialogavam. Percebia que as lideranças sabiam muito bem com quem falavam e a maneira como falar. Fato que se evidenciava também nas comunidades, no tratamento distinto dado a antropólogos, pesquisadores e funcionários do ITESP (com estes, imprimindo o que muitas vezes parecia ser uma relação de compadrio); o que por sua vez diferia da relação estabelecida com funcionários do INCRA, Fundação Florestal e prefeitura, por exemplo.

Por outro lado, uma parte importante do material etnográfico parecia não encontrar relação com minhas hipóteses. Experiências e falas que pareciam delinear especificidades da espacialidade local, como quando cheiravam a terra e observavam se esta escorria por suas mãos, quando diziam: *os animais são a mesma coisa que nós, só que são pagãos*<sup>6</sup>, ou cantavam em suas procissões: *nesse solo que vós estais, lembrai-vos que é de morrer*.

O caminho a percorrer passou a ser então debruçar-me sobre os laudos antropológicos (atualmente chamados relatórios técnicos)<sup>7</sup> e tentar perceber de que modo esse discurso nativo estava presente e era articulado ao pleito territorial. Nestas “peças técnicas”, dados significativamente diversos, referentes às comunidades, apareciam sistematizados sob um determinado conjunto de categorias: “padrões genealógicos”, “condicionantes históricos”, “modos de ocupação”, “religiosidade”, “memória e identidade”, “uso dos recursos naturais”, etc. Lógica que se apresentava logo na introdução destes relatórios, sempre muito semelhantes: “tendo em vista a necessidade de aglutinar elementos fáticos que atestem a condição histórica das comunidades” (...). A esta seção, sucedia-se um capítulo no qual eram apresentadas discussões em torno dos conceitos de “territorialidade negra”, quilombo (a “ressemantização” do conceito) e remanescente de quilombos (ITESP, 1998a, 1998b, 1998c, 1998d, 1998e, 2000a, 2000b, 2000c, 2002 e 2003)<sup>8</sup>.

Estes laudos, reuniões e convivência com os habitantes de Pedro Cubas mostravam-me que, de fato, percepções espaciais distintas entrelaçavam-se, mas a forma como isso acontecia não se evidenciava em minha escrita. Tampouco conseguia delinear, de forma clara, como estas lógicas distintas de experimentação do espaço<sup>9</sup> se desenhavam e se entrelaçavam, fora dos espaços institucionais de negociações. O revisitar de minhas anotações e o contato com leituras completamente distintas daquelas que ampararam a formulação do projeto, colocaram-me diante de questões e reflexões ainda pouco exploradas pela abordagem antropológica que perpassa a temática quilombola.

---

<sup>6</sup> Fala de Dona Leide, esposa de Sr. Antônio Jorge, liderança de Pedro Cubas.

<sup>7</sup> Estudos tidos como capazes de acessar e tornar inteligível ao Estado significações que grupos, como o que este trabalho visa abordar, atribuem ao território que ocupam.

<sup>8</sup> Publicações referentes aos Relatórios Técnico-Científicos das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Ivaopurunduva (1998a), Maria Rosa (1998b), Pedro Cubas (1998c), Pilões (1998d), São Pedro (1998e), André Lopes (2000a), Nhunguara (2000b), Sapatu (2000c), Mandira (2002) e Pedro Cubas de Cima (2003).

<sup>9</sup> Neste trabalho procurei tratar de um conjunto de relações imbuídas de uma espacialidade específica. Neste contexto, espero tornar claro ao longo de minha argumentação, que a ideia de espacialidade a qual me refiro, corresponde a uma dimensão inerente ao ato de conhecer e processos de vida local. Descreverei, portanto, práticas espaciais a partir das quais diferentes tipos de pessoas se posicionam, apreendem e experimentam o mundo. Consequentemente, a ideia de espaço não poderia aqui ser tomada como um dado fixo e anterior, mas como acontecimento. Este debate é apresentado e desenvolvido, entre outros autores, por Alberto Corsin Jimenez (2003).

Seguindo a abordagem ecológica da percepção sugerida por Ingold (2000), compreendi que o conhecimento (experiências cognitivas, epistemológicas, perceptivas, etc.) só pode ser gerado em um campo de práticas (afetivas, movediças e passageiras), dentro de um contexto-ambiente em contínua transformação (INGOLD 2011, p.28).

Somente a partir desse deslocamento analítico pude vislumbrar o modo como algumas noções e práticas cotidianas dos habitantes de Pedro Cubas – como dispõem suas casas, como cultivam seus quintais, compõem seus caminhos - traz implícitas outras lógicas, outros agentes (como as almas e os antepassados), outras escalas, outras temporalidades (passado e presente), outras linguagens que os conectam a terra, que produzem sentidos espaciais, criam territórios, inventam uma nova geografia, mapeiam o mundo. Neste sentido, a questão de partida para a elaboração desse trabalho passou a ser: o que esta maneira de “estar no mundo” dos habitantes de Pedro Cubas nos ensina sobre a forma como mapeiam o mundo?

Modo de percepção distinto daquele encerrado nos laudos, texto sob o qual se organiza e tenta estabilizar um discurso nativo. O contraste, entretanto, não era evidente. Assim, busquei descrever parte dos processos de regularização fundiária em que estes dois modos distintos de conhecer e tecer o mundo se encontram em uma situação de diferença radical: a cartografia científica. Coloco em foco a mobilização de saberes técnicos que, a partir de lógicas específicas de produção e obtenção de dados espaciais (como entrevistas, reuniões, caminhadas guiadas, etc.), convergem como dados para a elaboração de um conjunto cartográfico – forma representacional do espaço a partir da qual o estado compreende e reconhece um território quilombola.

Consequentemente, o material e as hipóteses iniciais sugeriram reflexões importantes a serem feitas a respeito das Associações Quilombolas e suas organizações (o fazer política a partir delas). Pois as lideranças das associações são aqueles que transitam entre essas lógicas. Como estas pessoas (que são chamadas quilombolas a partir de uma razão estatal) imprimem a razão presente no cotidiano de Pedro Cubas nesta política que é pautada por uma razão estatal? A reflexão final sobre a ideia de cartografia participativa é uma tentativa de elaboração desses argumentos.

## **Estrutura da Dissertação**

A dissertação está organizada em três capítulos assim dispostos: no primeiro capítulo, intitulado Compondo Caminhos, a descrição etnográfica tentou seguir os caminhos trilhados

por seus antigos moradores e a maneira como estes itinerários são percorridos por seus habitantes atuais. Caminhos que compõem um modo específico de habitar o mundo. Um mundo de chão de terra batida, rios de curvas tortuosas, almas, “gente da água”, “gente da terra” e agentes do INCRA. Como ponto de partida, descreverei a Recomendação das Almas, ritual realizado na noite de sexta-feira santa no período da quaresma. Uma procissão na qual os habitantes de Pedro Cubas percorrem uma antiga estrada de terra que liga a Vila de Santa Catarina às margens do Rio Ribeira de Iguape, localidade conhecida como Barra do Batatal.

Neste local encontra-se o cemitério onde seus antepassados foram enterrados. Argumento que embora os diversos elementos observados na Recomendação das Almas encontrem correspondências com os elementos representados em cosmogramas africanos (como as relações com os mortos, os instrumentos utilizados, a relação com a água, etc.), opto por enfatizar aqui o movimento no qual estes elementos são performados em Pedro Cubas. Movimento que se expressa no desempenho de suas práticas sobre a terra (entre capuavas), na construção de suas habitações, nas andanças pelos caminhos de seus antepassados (entre taperas), nas histórias que trazem lugares e itinerários à existência, na relação cotidiana com os rios (suas travessias quase que diárias), na ação política que constroem frente ao Estado. Ressalto assim, ao leitor, não as origens, mas os devires dos habitantes de Pedro Cubas. A observação destes deslocamentos cotidianos levou-me a pensar sobre o modo como os habitantes de Pedro Cubas conectam-se com a terra e as pessoas. É durante este caminhar, com suas diferentes composições de ritmos, que o mundo vai sendo tecido <sup>10</sup>.

Apono, ainda, a importância deste ritual, como a circunstância do encontro entre os habitantes de Pedro Cubas (gente da terra) e os agentes do Estado (gente dos papéis). Aqui, o caminhar e a cartografia emergem como uma possibilidade de aproximação e trânsito entre estes dois mundos.

No segundo capítulo, com base em peças técnicas pertinentes a processos de regularização fundiária de territórios quilombolas do Vale do Ribeira (como cartas cartográficas, croquis de uso e ocupação, memoriais descritivos e relatórios antropológicos), procurei descrever como o encontro entre tecnologias e técnicas sensíveis de percepção

---

<sup>10</sup> É importante destacar que o foco da reflexão aqui, não está nos mapas “nativos” ou representações gráficas dos habitantes sobre o lugar em que vivem, mas sobre uma experiência sensível do espaço – práticas que eventualmente são expressas sob o desenho de recursos numa folha de papel (SEEMANN, 2012). Em campo, eu não segui uma experiência de “mapeamento participativo” ou “etnomapeamento” entre os habitantes de Pedro Cubas, embora estas práticas de mapeamento sejam objeto de ação política frequentes entre ONGs e como modalidades de ações complementares do Estado, como forma de dar maior legitimidade a projetos de ordenamento territorial no Vale do Ribeira. Sigo pelos caminhos, trilhas e encruzilhadas, percorridos, adentrados e experimentados pelos habitantes de Pedro Cubas, e é a partir desse movimento que trago os dados e reflexões que apresentarei no primeiro capítulo.

espacial toma forma e é estabilizado nos documentos. Aqui o espaço irregular e descontínuo dos roçados dá lugar aos vértices, poligonais, triangulações, distâncias e quilometragens.

O que pretendo demonstrar é que a lógica espacial encerrada nas peças técnicas que compõem os processos de regularização fundiária de territórios quilombolas é uma racionalidade outra, que não aquela operada entre os habitantes de Pedro Cubas. Mas que produzem “efeitos de realidade” (LÉVY, 2008). Efeitos como a validação de modelo político e analítico de demarcação e gestão territorial como produto de negociações e determinado tipo de assimetria de poder. Processos que, em última instância, possibilitam que as dinâmicas de deslocamento dos habitantes de Pedro Cubas continuem operando - enquanto caminham com as almas e os técnicos do INCRA - movimento que procurei descrever no capítulo um.

Os desdobramentos e tensões decorrentes do encontro (e, por vezes, confronto) entre estas duas razões, por assim dizer, entre coordenadas estatais e perspectivas nativas, serão aqui abordadas. Em campo, alguns conflitos eclodiram. Exponho uma disputa que ocorreu diante de mapas, num processo de negociação que envolveu o território do Remanescente de Quilombos de Bombas, órgão estatais (ITESP e SMA), entidades quilombolas (EAACONE) e ONGs (ISA), e resultou na proposta de redução territorial da comunidade.

Seguindo estas reflexões, no terceiro capítulo destaco algumas experiências de mapeamento participativo em processos de demarcação de territórios quilombolas da porção paranaense Vale do Ribeira. Nestes novos contextos demarcatórios, propostas de mapeamento participativo (SLETTTO, 2009), como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), buscam algum potencial emancipatório para estas populações, embora as implicações políticas resultantes desses processos ainda aguardem reflexões mais demoradas. Para esta etapa da pesquisa, a constituição dos cenários de análise será complementada por experiências de oficinas de construção de mapas descritas pela literatura sobre o tema<sup>11</sup>, dialogando com suas metodologia e abordagens.

As questões que irão perpassar este capítulo serão as seguintes: partindo da compreensão de que as propostas que a etnocartografia apresenta não pretendem oferecer uma “interpretação correta” da paisagem local, mas sim capacitar “grupos vulneráveis” para a disputa do campo cartográfico (SLETTTO, 2009), seria esta uma tentativa de produzir uma razão híbrida – parte quilombola, parte estatal? Ou não seria, no fim das contas, o englobamento de uma lógica sobre a outra?

---

<sup>11</sup> Refiro-me aos trabalhos de Bjorn Ingunn Sletto (2009), e às experiências de mapeamento do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

## Capítulo 1 Compendo Caminhos

And just as kinship is geography, so the lives of persons and the histories of their relationships can be traced in the textures of the land (INGOLD, 2000, p.150).

Mesmo onde os olhos nada alcançam e só o que percebemos é um descampado, para os habitantes de Pedro Cubas há sempre uma casa, uma tapera, uma antiga capuava e histórias a serem contadas. São denominadas taperas os lugares onde viveram seus antepassados, encontrem-se estes desabitados ou não, referindo-se não apenas a edificações, mas a pequenas áreas onde estas tenham sido levantadas. Margeadas pelos rios, enfeixadas pela mata, é durante o caminhar com os antigos habitantes de Pedro Cubas que as taperas nos são apontadas. Dentre muitas de suas marcas, podemos distingui-las numa pequena clareira encoberta por vegetação rasteira ou num aglomerado de árvores frutíferas. São inúmeros os caminhos pelos quais chegamos até elas. Caminhos que se entrecruzam e se misturam, parte água, parte terra; onde quer que se queira chegar ou partir.

Em Pedro Cubas os rios também compõem caminhos. Os caminhos percorridos por seus antepassados, por onde chegaram e por onde partiram. Pelo Rio Ivaporunduvinha, pequenas canoas caiçaras levaram seus mortos para o sepultamento, enrolados em redes, rio abaixo, até o cemitério da Barra do Batatal <sup>12</sup>. Sobre um ponto de vista, pode-se dizer que na experiência de deslocamento dos habitantes de Pedro Cubas, pessoas e caminhos tecem continuidades. Seja no cotidiano deslocamento entre as casas e seus roçados, seja no caminhar entre o cemitério e as taperas revisitadas na quaresma. Esse contínuo deslocar de seus habitantes envolve a passagem do tempo. O tempo do descansar da terra, o tempo de acordar as almas.

Neste sentido, seguir na trilha deixada pelos antigos é compor caminhos, experiências que se desdobram no tempo e no espaço, processos em que caminho e caminhante são gerados. Ou como Tim Ingold (2000) propõe pensarmos, trata-se aqui de um terreno extremamente variado de idas e vindas, que está continuamente a tomar forma em torno do viajante, mesmo quando o movimento do último contribuiu para a sua formação (INGOLD, 2000).

Nesse capítulo, aproximo-me de uma perspectiva “habicionista”, à medida que procuro compreender uma espacialidade nativa – suas percepções, concepções e experiências

---

<sup>12</sup> Batatal é uma Vila de Eldorado que teve o processo de reconhecimento como remanescente de quilombo interrompido, em decorrência de conflitos surgidos entre seus moradores. O Relatório Técnico-Científico e as demarcações estavam em andamento quando houve a desistência. Comenta-se em Pedro Cubas que os moradores do Batatal teriam se arrependido de tal decisão, quando perceberam que os investimentos governamentais posteriormente realizados em Pedro Cubas, como a construção de quadra, sede, escola e posto de saúde, decorriam de sua condição de Quilombo; ou seja, como bairro, não lhes seriam destinados investimentos advindos de políticas governamentais específicas.

sensíveis de deslocamento e orientação espacial – como dinâmicas imersas em um processo de habitar o mundo (INGOLD 2011, p.28). Trata-se de uma abordagem erigida sob o princípio de entrelaçamento da vida sensorial e as práticas de conhecimento, proposta que opera um deslocamento do foco de análise do sujeito cartesiano (que neste trabalho pode ser mais definido como sujeito euclidiano) para um ser relacional e perspectivamente engajado no mundo. Perspectiva distinta daquela operada nos genogramas, laudos e cartografias; cujo esforço analítico situa-se na tentativa formal de definir e estabilizar um discurso nativo sobre o pertencimento territorial<sup>13</sup>, remetendo-o a critérios de elegibilidade, tais como modelos de descendências, padrões de uso e ocupação da terra, e condicionantes históricos.

Como ponto de partida, descreverei a Recomendação das Almas, ritual realizado na noite de sexta-feira santa no período da quaresma. Uma procissão na qual os habitantes de Pedro Cubas percorrem uma antiga estrada de terra que liga a Vila de Santa Catarina às margens do Rio Ribeira de Iguape, uma localidade conhecida como Barra do Batatal. Neste local encontra-se o cemitério onde seus antepassados foram enterrados. Descrevo este caminhar, como um momento em que as almas, para as quais os habitantes de Pedro Cubas entoam seus cantos e orações, são chamadas a caminhar junto a eles, de volta para a Vila de Santa Catarina, o caminhar dos vivos, pelas laterais das estradas, e o caminhar das almas, pelo centro. Neste retornar, são visitados os terreiros de determinadas casas, taperas e encruzilhadas, onde os cantos e orações tornam a ser entoados.

Sigo nas trilhas abertas pelos habitantes de Pedro Cubas buscando compreender como as relações que se dão nesse caminhar se conectam aos seus processos de vida local. Processos que se fundam em relações que não correspondem a princípios de permanência, mas deslocamentos. Deslocamentos que se desenham a partir de suas relações com a terra e seus laços de consanguinidade, simultaneamente. Neste sentido, proponho que a reflexão acerca das relações investidas na experiência da família e do parentesco - relações que iluminam e dão sentido ao tempo e ao espaço (BRIGHTMAN, 2012) - sejam abordadas a partir do entrelaçamento de dois princípios operantes entre os habitantes de Pedro Cubas: as relações produzidas a partir do vínculo com a terra e os laços de consanguinidade.

Em seguida, mostrarei como esta abordagem se afasta daquela que busca um princípio cosmológico determinante para os habitantes de Pedro Cubas. Argumento que embora os diversos elementos observados na Recomendação das Almas encontrem correspondências com os elementos representados em cosmogramas africanos, opto por enfatizar aqui o

movimento no qual estes elementos são performados em Pedro Cubas, seus processos espaciais e temporais. Ressalto assim ao leitor não as origens, mas os devires dos habitantes de Pedro Cubas. O movimento que pretendo provar é aquele que se repete e é atualizado quando as pessoas pisam o chão de terra e atravessam os rios, para firmar seu compromisso contínuo com a terra e com as pessoas. Movimento que tece o mundo. Um mundo no qual se caminha com as almas, com seres subaquáticos e com agentes do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

### 1.1 Caminho dos vivos, caminho das almas

Durante aquelas noites chuvosas de abril, preparavam-se os habitantes de Pedro Cubas para a longa caminhada pela estradinha de terra batida que liga a Vila de Santa Catarina à Barra do Batatal, Vila situada às margens do Rio Ribeira de Iguape, onde está localizado o cemitério para o qual os peregrinos se dirigiram naquela noite, a fim de realizar a Recomendação das Almas.

É sexta-feira santa, tempo litúrgico da quaresma<sup>14</sup>. Em suas galochas já um pouco encharcadas de lama, achegavam-se os primeiros vizinhos, buscando refúgio sob a pequena varanda de folhas de zinco da casa de Dona Leide e Sr. Antônio Jorge. Do lado de fora, nos distraíamos em meio a conversas e anedotas sobre espíritos que assombram aqueles que se aventuram no caminhar solitário pela estrada escura, enquanto aguardávamos os demais moradores da Vila. Também eram esperados visitantes *de fora*, aqueles que como eu - interessada no modo como viviam sua cultura e sua terra – se deslocariam de longe para acompanhar a peregrinação daquela noite.

Não éramos muitos, talvez por esse fato, pude notar que parte significativa das pessoas ali presentes pareciam interligadas a esferas de relações cotidianas muito próximas ao núcleo familiar de Sr. Antônio Jorge e Dona Leide. Já eram por volta de 19h quando Sr. Antônio entrou em sua antiga casa de pau-a-pique, estrutura a qual deixou de habitar e que decidiu

---

<sup>14</sup> Tempo dos gestos circunspectos, do tom de voz moderado, das interdições alimentares, da observância rigorosa das atitudes e práticas da vida cotidiana. A Quaresma é o período de 40 dias que antecede a Páscoa (renascimento de Cristo), experienciado pelos cristãos como um tempo de arrependimento, penitências e conversão. Todas as noites de quarta e sexta-feira da quaresma reuniram-se os devotos na casa de Sr. Antônio Jorge para as orações, ensaios, cânticos; e na última quarta-feira da quaresma, o ritual de lavagem dos pés. Mas nem sempre ocorrera assim. De acordo com o relato de moradores mais antigos, a Via Sacra aparece sob a forma de procissão todas as quartas e sextas-feiras das semanas durante o período da quaresma, o que corresponde a nove dias, levando-se em conta que a quaresma se inicia logo após a quarta-feira de cinzas, sendo a noite de sexta-feira da Paixão e a madrugada do Sábado de Aleluia o ápice do evento.



manter ao lado da casa de alvenaria em que, com a sua família, passou a residir.

Após alguns minutos, retornou do interior da antiga casa com um objeto nas mãos, uma matraca, instrumento de madeira formado por três tábuas paralelas atadas por uma corda, com hastes laterais simetricamente menores. Seu som é gerado a partir da batida das hastes na madeira central, numa sequência rápida de movimentos. A matraca utilizada em Pedro Cubas corresponde a um objeto ritual de mensuração do tempo e do espaço: uma espécie de marcador sonoro do tempo – na medida em que pontua a duração (ou pausa) do entoar dos cânticos e rezas – e, um marcador espacial - posto que é acionado diante de localidades específicas como taperas, terreiros das casas de moradores, encruzilhadas, cruzeiros, espaços específicos correspondentes aos itinerários e às experiências de habitar de seus antepassados.

Ao *capelão* ou *irmão das almas* cabe o conhecimento quanto ao tempo/lugar, ao longo do itinerário da procissão, em que o instrumento será tocado. A posição de *capelão* ou *irmão das almas* é desempenhada por apenas uma pessoa, ao longo de muitos anos. O princípio de escolha operado aqui me parece fundamentar-se não apenas na longevidade e na fé do devoto, como em seu envolvimento cotidiano com pessoas, caminhos e antepassados. Experiências tecidas ao longo de uma vida. Em Pedro Cubas, essa função é atualmente desempenhada por Sr. Antônio Jorge<sup>15</sup>.

Àquela altura da noite e o cessar das movimentações pela estradinha pareciam indicar o momento de partir. Assim, o grupo reunido decidiu seguir pela estradinha, percorrendo cerca de 2 km até chegar à casa de Dona Cacilda, ponto de encontro a saída da procissão, local um pouco afastado do conjunto de casas da Vila, espaço ao qual retornaríamos para o encerramento dos rituais. Algumas mulheres levavam consigo pequenos potes de plástico contendo farofa de paçoca, canjica, coruja - uma mistura de massa de mandioca assada em folha de bananeira - e bolinhos de banana, alimentos que haviam preparado ao longo de toda a semana.

De longe, em meio à escuridão da estrada, podíamos avistar o brilho brando da luz que vinha do interior da casa de Dona Cacilda, cujas portas e janelas encontravam-se abertas. Ao nos aproximarmos de sua entrada, os cachorros começaram a latir, até que uma pessoa surgiu por entre a porta, acenando para que entrássemos. Pedimos licença para entrar. Antes, porém, retiramos nossas galochas, deixando-as do lado da porta, mesmo diante da insistência do dono

---

<sup>15</sup> Não por acaso, talvez, haja relações entre o fato de Sr. Antônio Jorge também ocupar a importante posição de liderança política como presidente da Associação de Pedro Cubas. De modo correspondente, é importante notar que Dona Diva, atual presidente da Associação de Pedro Cubas de Cima, é também a mais importante liderança evangélica de Pedro Cubas, desempenhando o pastorado em igreja pentecostal local.

da casa para que permanecêssemos com elas. Em Pedro Cubas, é comum que as pessoas retirem seus sapatos antes de entrar nas casas de seus vizinhos, salvo algumas exceções, por exemplo, quando a relação estabelecida entre morador e visita é de significativa proximidade. Uma razão bastante perceptível para este costume decorre de alguns fatores climáticos que caracterizam o Vale do Ribeira, como seu alto índice pluviométrico. As chuvas constantes combinadas à composição de seus solos argilosos tornam os deslocamentos por entre trilhas e estradas mais difíceis, sendo quase impossível nos mantermos com pouco barro nos sapatos, provocando a contínua sensação de peso no caminhar. Entretanto, retirar os sapatos aqui, como em outros contextos rurais é, sobretudo, ação que denota respeito para com aquele que o recebe, tratamento que indica o grau de proximidade da relação.

Adentramos a casa por uma ampla sala de paredes azuis densamente adornadas com imagens de santos, velas, retratos, calendários e relógios. Dona Cacilda veio ao nosso encontro. Enquanto as mulheres colocavam os alimentos que traziam consigo sobre a mesa lateral, Dona Cacilda acomodou-se em uma cadeira no centro da sala e iniciou uma conversa em que relembra a participação de seu falecido companheiro, Sr. Adão, nas procissões anteriores.

Sr. Adão, cujo falecimento era recente, foi uma importante liderança, referência para as questões políticas e espirituais que envolviam a comunidade. Por muitos anos de sua vida foi o único benzedor da Recomendação. A ele cabia o processo de preparo da *garrafada de guiné*<sup>16</sup>, bebida de uso ritual destinada ao benzimento dos peregrinos. Elemento essencial na Recomendação, a garrafada de guiné passou a ser preparada por Dona Cacilda. Em razão de sua morte, dizia Dona Cacilda que naquele ano completaria o trajeto da Recomendação até o final do percurso, que abriria mão da comodidade que alguns visitantes ofereciam aos moradores mais velhos, lhes auxiliando a percorrer parte do trajeto de carro. *Precisamos lembrar que isso é uma penitência*, afirmava.

A intensa chuva que caía lá fora levou Sr. Antônio Jorge a decidir que naquele ano sairiam mais cedo do que era costume (às 21h), com mais ou menos uma hora de antecedência ao horário de recomendações anteriores (22h), pois não poderiam incorrer no risco de chegarem após a meia noite no cemitério. Era preciso considerar os passos vagarosos dos moradores

---

<sup>16</sup> Em estudos da ESALQ (USP), a planta (*Petiveria alliacea* L) é descrita como sendo originária de regiões da África e América Tropical. Suas folhas e raízes possuem propriedades terapêuticas anti-inflamatórias e analgésicas. Também são indicadas para doenças reumáticas. Podem ser utilizadas no combate a fungos, vírus e bactérias. A combustão de suas folhas dessecadas produz fumaça que repele mosquitos. A planta é considerada tóxica, o pó obtido de sua raiz é alucinógeno. Curiosamente, o estudo faz a seguinte citação: “considerada pelo povo como um escudo mágico contra malefícios.” Disponível em “Seção Técnica de Informática da ESALQ”: [http://ci-67.ciagri.usp.br/pm/ver\\_1pl.asp?f\\_cod=80](http://ci-67.ciagri.usp.br/pm/ver_1pl.asp?f_cod=80) – 28/07/2013.

mais idosos e o ritmo próprio das crianças sob o chão de terra molhada. Assim, de frente para a casa de Dona Cacilda, às batidas pontuais da matraca, Sr. Antônio Jorge entoou o cântico que em refrão foi repetido por um coro de vozes de diferentes timbres.

*Bendito louvado seja, ai a morte e paixão de Cristo  
Acordai irmão das almas, mas acordai se estão dormindo.  
Nesse solo que vós estais  
Lembraí-vos que é de morrer*

Relativamente próximos, iniciamos o percurso pela estrada em silêncio. Em atitude circunspecta, falávamos baixo, ao ponto de o som produzido pelos pés sobre o chão impedir que nos escutássemos com clareza. Já naquele trecho da estradinha, o chão encobria-se de água, formando uma espessa lama. A chuva havia se intensificado. Naquele momento, era praticamente impossível enxergar as poças d'água, pois a lua estava completamente encoberta por nuvens. Alguns peregrinos traziam consigo pequenas lanternas, que ao se refletirem sobre os corpos em movimento, produziam um efeito visual que muitas vezes causava a impressão da presença de muito mais pessoas do que de fato havia.

Com alguns minutos de caminhada, a procissão deparou-se com carros de visitantes. Eram professores e pesquisadores da USP, alguns funcionários do ITESP e INCRA. Iriam acompanhar e registrar a procissão. Sr. Antônio fez com que esperássemos por todos, e assim que estes visitantes juntaram-se a procissão, seguiu-se com a caminhada. Outros carros chegaram, e não demorou para que Dona Cacilda, Dona Leide e algumas outras mulheres com suas crianças pequenas desistissem da caminhada e optassem por seguir com uma carona até o cemitério.

Seguimos o capelão, agora dispersos em conversas variadas, sem grande preocupação quanto ao caminhar e às localidades. Deslocávamo-nos pelo centro da estrada, em zigue-zague nos desviávamos das poças, quando as percebíamos, ríamos quando em passos descuidados afundávamos nelas. Esta relativa não observância do deslocamento parecia encontrar explicação no fato de que, nesse momento, as almas e os espíritos não se faziam presentes.

Sr. Antônio, Carmo e Seu Bertolino, cercados por pessoas, narravam as *histórias dos antigos*, de procissões passadas, situações em que acontecimentos estranhos lhes acometeram. Quando em uma tentativa de aproximar-me de Sr. Antônio para ouvir suas histórias, adiantei-me à frente dos participantes e do próprio Sr. Antônio, este advertiu-me em um só gesto com seus braços, fazendo-me compreender que meu corpo não deveria estar à frente do seu.

A chuva havia amenizado, cessado praticamente, quando uma claridade intensa espalhou-

se pelos caminhos que percorríamos. Era a lua que, ora revelando-se, ora ocultando-se, produzia um jogo de luzes e sombras contrastante com a paisagem em múltiplas tonalidades. Nesse momento, lembrei-me de uma conversa com Sr. Antônio Jorge em que falávamos das procissões dos antigos, sobre suas vestimentas nas cores pretas e brancas.

A chegada ao cemitério ocorreu por volta das 23h50 da noite. As cantadeiras aguardavam a procissão alguns metros antes do cemitério. A chegada da procissão causou surpresa entre jovens da Barra do Batatal que estavam próximos ao cemitério, com seus carros, e os sons em volume bastante elevado. Houve um mediador que se dispôs a conversar com aqueles jovens e pedir para que deixassem a procissão fazer as orações sem o som dos carros. Ainda que contrariados, os jovens aceitaram aguardar em silêncio.

O cemitério da Barra do Batatal está localizado à margem esquerda do Rio Ribeira, atrás de uma Igreja, em uma grande encruzilhada formada entre o Rio Ribeira, a estradinha que liga a estrada de Eldorado-Iporanga ao Ribeira e a estrada Batatal-Pedro Cubas. Dias antes da procissão, em uma conversa com Seu Dito Chapéu, ex-liderança que não mais participa da procissão por ter se convertido à religião de matriz protestante, Seu Dito explicava-me que o cemitério do Batatal é utilizado há mais de 90 anos pelos habitantes de Pedro Cubas.

Um ou outro antigo foi enterrado no meio do mato. Desciam os defuntos em canoa pelo rio Pedro Cubas até a Barra. Os doentes também iam enrolados num tecido de fibra amarrado em um tronco. Pessoas de André Lopes e Sapatu [dois bairros negros de Eldorado] também foram enterradas ali (Dito Chapéu).

Posteriormente, mesmo os moradores de Pedro Cubas passaram a ser enterrados no cemitério de Itapeúna, distrito localizado próximo ao centro comercial e administrativo de Eldorado. À meia noite, pontualmente, Sr. Antônio Jorge aproximou-se do muro do cemitério, bastante baixo, e acendeu algumas velas.



Figura 1 - O capelão da Recomendação das Almas Sr. Antônio Jorge posiciona-se em frente ao cemitério e inicia os cantos e orações. Foto de Felipe Leal<sup>17</sup>



Figura 2 – A procissão segue, fazendo as paradas diante das taperas, terreiros das casas e encruzilhadas. Foto de Felipe Leal<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/guia/recomendacao-das-almas-do-quilombo-pedro-cubas> – acesso: 29/12/2013.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/guia/recomendacao-das-almas-do-quilombo-pedro-cubas> – acesso: 29/12/2013.

Permaneceram todos do lado de fora, em lugar elevado, de onde é possível visualizar o cemitério completamente. Sr. Antônio bateu a matraca e iniciou os cânticos. Posicionaram-se o capelão e as cantadeiras de frente para o muro do cemitério. Ao redor, os devotos os observavam atentos. Velas foram acesas sobre o muro. As batidas da matraca sinalizavam o entoar dos primeiros versos que, em coro, seriam repetidos pelas cantadeiras e alguns devotos.

*Rezamos outro Padre-Nosso, ai Padre-Nosso, Ave-Maria.  
Rezamos pra mãe de Deus, ai Sr. Deus, o amor de Deus.  
Rezamos e oferecemos, ai pra as almas do purgatório.  
[Na intenção dos afogados/ acidentados /atirados/ ofendidos]*

*Meu Senhor, meu São Miguel.  
Comandante da Glória  
Tende Misericórdia, Senhora  
Das Almas do Purgatório  
Tende misericórdia, Senhora  
Das Almas do Purgatório*

*Senhor Deus, misericórdia (2x)  
Ai miserêcórdia, Senhora (2x)  
Ai micê fique aqui com Deus (2x)  
Ai que com Deus, queremos ir (2x)*

*Amante esposa  
É de Deus amado  
É por vosso filho  
Teu coração*

*Vosmecê fique aqui com Deus  
Vosmecê fique aqui com Deus  
Que com Deus queremos ir.*

Este é o ponto em que a Recomendação assume tons mais dramáticos. Encerradas as orações e os cânticos, a procissão deixa o cemitério e segue o seu trajeto de retorno à Vila de Santa Catarina. Neste instante o caminhar dos vivos e o caminhar das almas se dão por um só caminho. Seguimos em silêncio, pelas laterais das estradas, pois em seu centro caminhavam as almas. Aos desatentos, Sr. Antônio alertava:

O espírito, se ele está no espaço, ele está sem luz. Ele enxergou nós, ele quer alcançar nós para chegar. E se você estiver meio fraco, assim, não está preparado, ele invoca no corpo da pessoa, depois não é fácil, ele não fica assim deitado (Sr. Antônio Jorge).

Ao longo dos caminhos e encruzilhadas formadas entre os afluentes do Ribeira e a estrada, por vezes o capelão era interpelado pelos habitantes mais antigos sobre alguma casa ou tapera deixada para trás. A proximidade ao terreiro de alguma casa ou tapera era indicada pelo

capelão com um simples gesto. Sempre à frente, dispostos lado a lado, o capelão e um pequeno coro de homens e mulheres. Os demais peregrinos, em arranjo semelhante, distribuíam-se nas laterais da estrada. Após as batidas da matraca, eram reiniciados os cânticos e as orações para a Recomendação das Almas daquela casa, tapera ou encruzilhada. A cada parada, novos elementos eram acrescentados aos cantos. Assim, os cantos ora eram oferecidos às almas das taperas, do purgatório, do cemitério, dos necessitados, da encruzilhada, dos afogados, dos ofendidos<sup>19</sup>, dos atirados, do sertão ora *na intenção* dos moradores (vivos).

*Rezamos um Padre-Nosso, ai Padre-Nosso, Ave-Maria.  
Rezamos pra mãe de Deus, ai Sr. Deus, o amor de Deus.  
Rezamos e oferecemos, na intenção dos moradores.*

*Rezamos outro Padre-Nosso, ai Padre-Nosso, Ave-Maria.  
Rezamos para a mãe de Deus, ai Sr. Deus, o amor de Deus.  
Rezamos e oferecemos, ai pelas almas da tapera.*

Seguir em silêncio nestas duas horas de caminhada é tarefa difícil aos devotos<sup>20</sup>, pois neste caminhar somos inundados pelas histórias dos antigos habitantes. Ao lado de Carmo e Juliana ouço as histórias do *Negro D'água* e outros seres encantados que habitam o fundo dos rios. Histórias contadas por sua mãe, que morava num sítio, próximo ao distante local para o qual apontava. Carmo também nos conta sobre a Coluna Prestes, em sua longa passagem pelo Vale do Ribeira. Conta-se que Prestes e seus homens foram muito ajudados pelos quilombolas.

A todo tempo o capelão adverte os devotos sobre a importância de permanecerem em silêncio e manterem-se sobre as laterais das estradas. Não apenas o capelão, mas também os mais velhos indicam as localidades em que devem ocorrer as paradas. As paradas ocorrem em locais especiais como encruzilhadas, taperas, terreiros das casas de moradores, dentre outros. Sempre em número ímpar, é o número de paradas ao longo da estrada e também o número de batidas da matraca. Quando a procissão aproxima-se de sítio de morador, este, em sinal de respeito e devoção, deve acender uma luz dentro de casa para que a procissão saiba que estão acordados.

Quando eu bato a matraca, o pessoal que tá na casa deles, então, para mostrar que eles estão acordados, porque quando fazemos a oração, as crianças que estão deitadas, levantam tudo. Não deixam ficar dormindo, porque não pode. É onde que a gente diz assim, no verso, o pessoal canta assim: 'Nesse solo que vós estais. Lembrai-vos que é de morrer'. Tinha um pessoal que não ia na procissão. Aí tinha

---

<sup>19</sup> O termo ofendido refere-se a pessoas que vieram a falecer em decorrência de mordida de cobra.

<sup>20</sup> Suponho que uma das razões relaciona-se à quantidade de pessoas que vem para Pedro Cubas somente nesse dia para participar a procissão. Tratam-se de pessoas com as quais os moradores de Pedro Cubas, em outras circunstâncias, estabeleceram vínculos de proximidade.

um pessoal que não ia na procissão e ficava olhando pela janela. Aí, caiu um defunto dentro da casa. Não tinha como tirar aquele corpo de lá de dentro da casa. Aí, o pessoal foi embora. Precisou vir o padre fazer oração para tirar o corpo de dentro da casa. Se a pessoa não vai acompanhar não pode abrir a porta e ficar olhando.

Em algumas histórias, Sr. Antônio relata que a procissão viu luzes se acenderem em casas não mais habitadas.

Eu não mostrei pra vocês ali atrás. Tinha uma construção, do outro lado. Ali viveu uma senhora com mais de cento e dez anos, mais ou menos. Ela acompanhava sempre a procissão. Quando era um dia, ela faleceu. Passaram uns cinco ou seis anos que ela era falecida, nós viemos recomendar. Ela chamava Nha Clara. Quando chegamos em frente da casa dela, numa tapera que ela morava (e tinha a antiga igreja logo ali), batemos a matraca, daqui a pouquinho, o pessoal falou, acende a luz Nha Clara. E a luz da casa dela acendeu. Aí o caçulão pai da Cacilda, disse: 'fique quieto'. Aí cantamos, até terminar a oração, quando terminamos, apagou a luz.

Essa luz, eu vi, agora essa outra história que vou contar eu não vi, o pessoal que me contou.

A gente chegou aqui, eu acho mais distante pra chegar, chegou aqui, é um pulinho. Pra chegar em casa, estamos pertinho da casa de Cacilda. Vai pegando essas subidas e descidas (...).

Tem uma série de histórias dessas coisas que aconteceram, tem que pegar e tomar muito cuidado, já aconteceu de ficar gente parado no meio da estrada, vacilando, até meio alcoolizado, acompanhando, chegar lá e darem rasteira nele no meio da estrada, chegar a destrancar a perna da pessoa e ela ficar uns par de tempo sem andar (...). Tem que deixar a estrada limpa. Por isso que a gente fala assim, vou parando, mas deixa a estrada livre, tem que tomar muito cuidado para não cair numa contradição. Mas isso tudo é o pessoal do nosso antepassado, já repassavam para nós, dessa quantidade, então a gente passa explicando para o pessoal seguir (...).

A história, não pode deixar ela esquecida. Tem que dar prioridade de saber contar a história de como eram nossos antepassados, para o pessoal poder seguir e não deixar morrer (Sr. Antônio Jorge).

. O retorno da procissão, ao amanhecer, é finalizado com uma garrafada de guiné, bebida utilizada ao final da procissão, para o benzimento, cura e proteção dos penitentes. Os alimentos e a garrafada de guiné são servidos após a peregrinação. Entre os rituais de preparação que antecedem a Recomendação, o preparo da garrafada de guiné talvez seja o mais importante. Em Pedro Cubas a garrafada é preparada com um ou dois dias de antecedência. Para o seu preparo, a bebida tem de ser enterrada, no quintal, à meia noite, de quinta para sexta-feira santa. Ela deve permanecer enterrada, um dia e uma noite. A garrafada foi por muitos anos preparada por de Sr. Adão. Após seu falecimento, coube a sua esposa, Dona Cacilda, os preparativos.

Sua composição, entretanto, não é completamente revelada. Entre seus ingredientes estão:



cachaça, raiz de guiné, alho, chifre de boi e chifre de veado, raspados. Dona Cacilda explica-nos sobre os poderes curativos e espirituais da guiné. Aos que desejam benzimento e purificação, basta aproximar-se e aguardar que lhes seja servido o copo que por todos é compartilhado. Alguns mergulham os dedos na bebida e fazem o sinal da cruz sobre a fronte, outros apenas a ingerem, em uma pequena dose.



Figura 3 – A chegada da Recomendação à casa de Dona Cacilda. Figura 4 - Dona Cacilda com a garrafada de guiné, explica aos peregrinos suas propriedades mágicas e curativas.

Ao clarear do dia, os peregrinos recompõem suas energias com os alimentos preparados ao longo da última semana da quaresma<sup>21</sup>. Monta-se uma farta mesa com corujas<sup>22</sup>, bolos, bolinhos de banana, farofa de paçoca (preparada no pilão por Dona Leide), chás e cafés.

<sup>21</sup> Em Pedro Cubas, este é um tempo de observâncias e interdições, período guardado com rigor pelos habitantes mais antigos. Tempo em que se deve estar atento às práticas e expressões da vida cotidiana como a alimentação, os cuidados com a casa, quintais e roças, com os cuidados de si. Não é recomendado comer animais que cisquem para trás, e não se deve comer carne, não há bailes e durante a semana santa, trabalhos pesados são evitados. Durante a semana santa, junto aos rituais de Via Sacra, acontecem os ensaios das cantadeiras. Estes aconteciam logo após o término das orações na casa do capelão. Os devotos deslocam-se da casa de Sr. Antônio e juntos, chegam à casa de Sr. Bertolino, no alto de um pequeno morro, de onde se pode avistar toda a Vila. Lá, mais café e chá são servidos enquanto conversam sobre os preparativos. Depois de alguns minutos, seguem todos para frente de sua casa, e como se olhassem para além das serras encobertas pela neblina, seguem, em coro, os cânticos puxados por Sr. Antônio Jorge. O ensaio acontece em torno da meia noite.

<sup>22</sup> Na casa de Dona Leide, esposa de Sr. Antônio Jorge, as mandiocas colhidas na semana anterior haviam sido deixadas em recipiente fechado por uma semana, para que fermentassem, tornando-se *pubas*; parte do processo necessário à produção das *corujas*, massa que leva em sua composição uma mistura de mandioca-puba (azedada) e mandioca crua ralada, ovos, óleo (ou banha) e sal. Essa mistura é assada em folha de bananeira por quase uma tarde inteira.

A Recomendação das Almas permite-nos perceber como os antepassados conectam os habitantes de Pedro Cubas a terra, interpenetram sua paisagem. Uma conexão singular entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos é estabelecida ou reestabelecida.

Em Pedro Cubas o passado é performado no presente, quando ao menos três gerações diferentes deslocam-se para as capuavas para derrubar milho (*milho forte, pois é semente dos antigos*); quando os pais ensinam sobre processos de construção de uma casa aos filhos que acabaram de retornar às suas terras, por não terem encontrado vida melhor longe de suas famílias; quando estes mesmos filhos, apoiados em experiências anteriores e apostando no futuro, insistem para que seus filhos e netos permaneçam junto a eles. Os que vão constituem os que ficam. A transmissão intergeracional de conhecimento ocorre aqui por meio desse envolvimento mútuo, de experiências compartilhadas. Experiência semelhante ao caminhar com as almas, trajeto rememorando os lugares em que seus antepassados viveram.

O tempo não aparece numa sequência linear, diacrônica e eterna (INGOLD, 2000). Não é cumulativo como querem os modelos operados nos laudos, das genealogias da cartografia. Não há um ponto de origem, como querem os modelos. É nesse ato de “estar no mundo”, ao longo da vida, que a história se desenrola.

## **1.2 A Recomendação das Almas sob uma perspectiva centro-africana**

Em um trabalho recente sobre a Recomendação das Almas, a historiadora Gabriela Paes (2007) interpreta a procissão, tal como acontece hoje em Pedro Cubas, a partir da cosmologia centro-africana. Segundo a autora, neste rito estão presentes elementos diversos, como um fundo cristão (por sua menção às almas do purgatório e o período da quaresma), sendo possível mesmo traçar sua gênese relacionada ao esforço de doutrinação jesuítico na região do Vale do Ribeira (Iguape e Cananéia) e a difusão das Irmandades<sup>23</sup> (que teriam prestado auxílio especialmente importante para com os descendentes de africanos ao garantir os funerais e enterros aos seus mortos). Contudo, para Paes, é fundamentalmente a partir dos “princípios

---

<sup>23</sup> Segundo Souza (2002) “Diante do pouco investimento da Coroa portuguesa na construção de templos e da insuficiência de sacerdotes que suprissem as necessidades religiosas dos colonos, dispersos em grandes extensões territoriais, (...) as irmandades foram elementos fundamentais no exercício de uma religiosidade colonial barroca, caracterizada pelo culto aos santos, pelas devoções pessoais e pela pompa das procissões e festas (...), na qual conviviam elementos sagrados e profanos” (SOUZA, 2002, p.183-184 apud PAES, 2007, p.48).

básicos amplamente compartilhados pelos aglomerados de africanos” aportados nesta região<sup>24</sup> (princípios que foram reinterpretados em solo americano) que a Recomendação das Almas em Pedro Cubas deve ser compreendida. De acordo com esta interpretação, elementos como o “papel ativo dos mortos na vida dos vivos, a importância do parentesco sobre o uso da terra e o uso da terra como recurso para definir o tempo e a ascendência” (PAES, 2007, p.54- 56), presentes no ritual praticado no Vale do Ribeira, encontrariam fortes relações com elementos que organizam a cosmologia da “Cultura Kongo”. Em sua exemplificação, baseando-se em autores como Thompson (1984) e Slenes (1991), a autora descreve um “Cosmograma Kongo”:

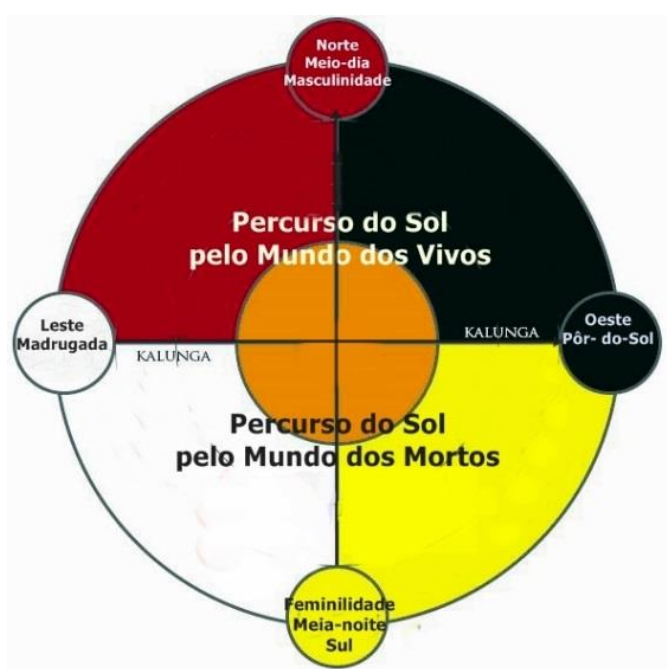


Figura 5 - “Cosmograma Kongo”<sup>25</sup>

Segundo a descrição da autora, o cosmograma constitui uma representação gráfica de uma encruzilhada entre o mundo dos mortos (espiritual/vidência) e o mundo dos vivos (material/vitalidade) e a fronteira entre ambos (a linha horizontal), que é a “kalunga”, representada por qualquer superfície reflexiva. De acordo com essa explicação cosmológica,

<sup>24</sup> A autora toma por quadro da cultura afro-americana, um conjunto de pressupostos comuns sobre as relações sociais e o funcionamento do universo ou sistemas de valores e orientações cognitivas, que sendo “amplamente compartilhados” pelos africanos recém-chegados na região, possibilitou-lhes “a formação de novos laços sociais”. De acordo com a literatura mobilizada em sua pesquisa, esta “troca de noções culturais”, era possível porque as *zonas culturais* das quais provinham os africanos que abasteceram o tráfico Atlântico para a região do Vale do Ribeira (Alta Guiné, Baixa Guiné e Costa de Angola) falavam línguas do grupo banto (quicongo e quinbundo). Assim, a autora demonstra que mais do que a língua, os africanos que para a região do Vale do Ribeira foram trazidos, compartilhavam “visões de mundo, ideias religiosas, princípios estéticos e conceitos” (PAES, 2007, p.54-59).

<sup>25</sup> Sobre o “Cosmograma Congo”, ver em Comunidad Yoruba On-line: <http://omibabalu.com> - 29/07/2013.

uma superfície reflexiva poderia corresponder ou ser representada tanto por um espelho como pela “superfície da água”. Esta compreensão indica a importância que o elemento água possui na cosmologia centro-africana. O que nos levaria a supor sua importância também para as populações negras do Vale do Ribeira, tendo em vista as conexões por estas estabelecidas, dentre elas, seu mito de origem relacionado ao negro d’água.

Assim, os quatro pontos nas extremidades da encruzilhada comporiam os quatro momentos do sol (e da vida) em seu movimento: o ponto leste (a madrugada e o nascer do dia) quando o sol rompe a barreira da kalunga e percorre o mundo dos vivos; o ponto norte representa o apogeu da força de uma pessoa na terra; o ponto oeste (pôr do sol), quando o sol rompe a kalunga novamente e começa o percurso pelo mundo dos mortos; e o ponto sul, o apogeu de um ser do outro mundo. O movimento circular indicaria um eterno retorno (SLENES, 1991, p.128; THOMPSON, 1983, p.108).

Ainda que seja importante notar que eles não usam a palavra kalunga, há certos elementos que estão de fato presentes no ritual da Recomendação das Almas em Pedro Cubas: os horários de saída (após o pôr do sol); o trajeto, o caminhar com as almas e as paradas em pontos especiais (encruzilhadas e taperas), as quais recebem cânticos e rezas; a chamada dos mortos (à meia-noite) e, depois, a chegada ao amanhecer (no leste) e desaparecer dos mortos (evidenciados pela ingestão da guiné); a água (kalunga), representada pelo Rio Ribeira, bem como a teia de rios e riachos que entrecortam o território; e assim por diante. Ainda segundo esta leitura, a matraca e a garrafada de guiné poderiam ser compreendidas como “objetos mágicos” (confeccionados e manipuladas por feiticeiros), indispensáveis à execução dos ritos, conferindo-lhes vidência, cura e proteção. Na Recomendação das Almas, tal como acontece em Pedro Cubas, os objetos rituais utilizados parecem encontrar correspondência à descrição da autora, já que são as batidas da matraca que marcam o início da procissão até o cemitério e a ingestão da guiné (preparada e enterrada na noite anterior) seu encerramento (PAES, 2007).

Embora seja possível traçar algumas correspondências entre o modelo fornecido pelo cosmograma centro-africano e a Recomendação das Almas, posto que remete a circulação de coisas e pessoas entre mundos; seguir os caminhos percorridos pelas almas revela um processo mais complexo de entrelaçamento entre mundos, conectáveis em todas as suas dimensões ao longo de processos sucessivos de deslocamentos (não apenas espaciais) dos habitantes de Pedro Cubas. Há sempre um ir e vir sobre o mundo, ao longo da vida (INGOLD, 2000), do envolvimento que tecem com a terra que habitam e as relações que dela derivam, de suas percepções e concepções quanto à duração dos acontecimentos, fonte de compreensão sobre o

mundo. Neste sentido, o território de Pedro Cubas não pode ser apreendido como uma extensão física, como apontam os modelos analíticos, mas como um acontecimento em contínua reverberação no mundo.

O modelo cosmológico busca um princípio definidor. O esforço aqui, no entanto, não é criar um modelo padrão que valha para todas as recomendações das almas, para todos os quilombolas. Neste trabalho o esforço é mostrar como na performatização das relações com seus antepassados, através de elementos que a autora conecta às cosmologias africanas – como a presença de “objetos mágicos”, os horários de sua realização, assim como a repetição de certos números, e sua correspondência à quantidade de “lugares especiais” visitados – o mundo vai sendo tecido.

O acompanhar das procissões ao longo dos anos poderia oferecer algum tipo não de princípio organizador de casas visitadas durante o percurso, mas o contínuo fazer de suas relações entre as pessoas e suas terras, no mundo. Assim como se faz com a terra, é preciso cultivar essas relações. O esforço aqui, portanto, não é o de oferecer um princípio organizador, mas insistir que os laços de consanguinidade estão implicados na mobilidade na terra.

Nesse sentido, aponto para as experiências de deslocamentos que dão forma às suas relações. Movimento que se expressa no desempenho de suas práticas junto à terra, na construção de suas habitações, e que está incorporada às narrativas-históricas que trazem a vida e os movimentos de seus antepassados à existência; enquanto tecem caminhos - caminhos, que se entrecruzam e se misturam, parte água, parte terra - no acolhimento daqueles que de longe se deslocam, em seus projetos de conhecer e fazer política frente ao Estado.

### **1.3 Gente da Água, Gente da Terra**

Os habitantes de Pedro Cubas mencionam em suas histórias de fundação do bairro o nome de Gregório Marinho, antepassado cuja trajetória e laços de parentesco parecem misturar-se aos de outros bairros negros do Vale do Ribeira (MIRALES, 1998; ITESP, 1998c, 2003). Os Marinheiros teriam sido a primeira família a habitar Pedro Cubas. Em torno deste predecessor, diferentes relatos encontrados na região explicam o seu aparecimento nestas terras. Segundo tais descrições, trata-se de um ser proveniente do mundo aquático que, em determinada circunstância, é desencantado, passando a habitar o mundo da “gente da terra”. Dentre os

relatos de moradores de Pedro Cubas, alguns trechos encontrados em estudos recentes sobre a região apresentam as seguintes versões:

Em Pedro Cubas de Cima, todos os moradores concordam na sua ‘fundação’ a partir da vinda dos Marinho e quase todos dizem dele descender. Entretanto, consideram que o primeiro Marinho era um negro d’água. Estes seres vivem num mundo localizado no fundo dos rios. Os rios seriam como que canais de comunicação entre os dois mundos e é comum que no fim da tarde pessoas do mundo d’água venham se refrescar na terra. Nessas ocasiões ainda podem ser vistos. Às vezes a gente da terra captura a gente da água, com redes, tarrafas, laços e cordas. Também é comum o negro d’água levar as mulheres da terra para o seu mundo. Há casos de homens e mulheres da água que foram capturados pela gente da terra. Quando isso ocorre, às vezes juntam-se à comunidade, casam, constituem família e se tornam, com o passar das gerações, parentes de todos (...). Segundo eles há notícias de outros negros d’água pegos em Ivaporunduva e Nhunguara (também da família Marinho) e em outros bairros negros (ITESP, 1998c).

Em Paes (2007), versão semelhante, também recolhida na comunidade de Pedro Cubas, narra a existência de um negro baixinho, habitante de um mundo localizado no fundo das águas:

Segundo este mito, ao passear pela superfície do rio, este negro encantou-se com uma escrava da região, a qual correspondeu aos seus sentimentos e passou a incentivar as vindas do negrinho. Planejando capturá-lo e fazê-lo perder seus poderes, esta escrava passou a preparar comida com sal para o negrinho, sem que ele desconfiasse, e aos poucos ele foi sendo amansado, até um dia em que a negra pediu auxílio para outras pessoas e assim conseguiu capturá-lo. Foi construído um tanque na terra para que ele conseguisse sobreviver, e a escrava e o negro d’água constituíram família, com seus descendentes sendo os moradores de Pedro Cubas. Como este negro d’água não tinha nome foi chamado Gregório Marinho (PAES, 2007, p.67-68).

O mito do negro d’água parece ser recorrente entre os diversos bairros da região. Em Ivaporunduva, versão semelhante à encontrada em Pedro Cubas explica a origem da mesma família Marinho. Relata-se que um homem teria recolhido uma *negrinha d’água* e a desencantado dando-lhe sal. Este homem, que ao desencantar a negrinha d’água a transformou em humana, teria se unido a ela e gerado muitos descendentes. Seriam estes a primeira família Marinho de Ivaporunduva. Outras versões mais detalhadas revelam ainda que a negrinha d’água possuía uma marca no pescoço, onde outrora possuía brânquias.

Um aspecto interessante é que nos diferentes bairros em que os relatos foram recolhidos, independentemente de suas variações, a maioria das descrições relaciona o encontro entre a “gente d’água” e a gente da terra, fato que teria originado a família Marinho, como tendo ocorrido em Ivaporunduva. É intrigante notar que dentre as versões conhecidas, apenas em Ivaporunduva encontramos a descrição deste ser encantado em sua expressão feminina (a

negrinha d'água). Fato que talvez lance luz sobre a composição de antigas trocas matrimoniais constituídas entre os bairros da região hoje reconhecidos como Remanescentes de Quilombos.

Além do negrinho e da negrinha d'água, outros seres do mundo subterrâneo aquático compõem a cosmologia dessas populações negras ribeirinhas, como bois d'água, cavalos d'água, dentre outros. Quando questionados sobre a presença destes seres encantados nos dias atuais, atribuem seu desaparecimento ao desmatamento provocado em áreas próximas aos rios e riachos, suas moradas.

A importância em se falar dos mitos aqui, está no fato de estes seres encantados estarem presentes na Recomendação das Almas. Eles são lembrados pelos habitantes de Pedro Cubas à medida que se movem e tecem os caminhos da procissão. Os mitos apontam que os habitantes de Pedro Cubas são gente da água (do fundo dela) tornada gente da terra. Conexão entre água e terra que está presente em todo o território. Esta relação é atualizada em algo em que eles pisam e atravessam o tempo todo.



Figura 6 – Sr. Antônio Jorge e Dona Leide indo para o roçado. Figura 7 - O retorno de um dia de trabalho na capuava de milho.

Esta relação não é enfatizada por suas lideranças. Para estas, importa chamar atenção para a relação com o primeiro escravo fugido, garantia de seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. Mas para as pessoas, que nos dizem *aqui só dá parente*, a conexão entre o fundador e a terra é a transformação de gente da água (do fundo dela) em gente que se desloca na terra. Relação que é lembrada à medida que se movem e vão tecendo o mundo.

#### 1.4 Nas texturas da terra: *aqui só dá parente*

Nas circunstâncias do envolvimento com a terra a existência dos habitantes de Pedro Cubas é promulgada e articulada à vida de seus antecessores. É na experiência cotidiana e no compromisso contínuo com a terra que se constroem os valores e as práticas entre parentes e gerações em Pedro Cubas. Domínio em torno do qual convergem e se sedimentam as redes de solidariedade, os circuitos de troca e cooperação.

Assim como em outros bairros negros da Região do Vale do Ribeira, suas terras são de uso comum, partilhadas sob a forma de sítios vinculados aos núcleos familiares. Núcleos que, entrelaçados pela dinâmica das experiências familiares, compõem a base de seu sistema produtivo, que conjuga o manejo das capuavas<sup>26</sup> em regime de coivara (sistema de plantio em que ocorre o corte da vegetação em estágio médio e avançado e a queima para o plantio).

Capuavas são áreas de plantio distantes dos sítios ou casas em que se localizam os núcleos familiares. Quando perguntei sobre o que seria uma capuava, responderam-me: *é lugar que se trabalha longe*. Antigamente, as famílias mantinham casas ou/e paióis (ranchos improvisados) próximos às capuavas, locais dos quais retornavam, ao final de um ciclo de dias de trabalho (que poderia durar dias ou semanas), para suas casas, próximas à Vila de Santa Catarina.

As roças ou capuavas configuram um espaço cujas dinâmicas de relações estão amplamente associadas ao domínio da casa. As casas, por sua vez, não podem ser dissociadas de seus quintais e terreiros, em que se destacam determinados tipos de cultivo que exigem um tipo específico de cuidado. É o caso das ervas medicinais e hortaliças, incluindo determinadas árvores frutíferas. Os terreiros das casas são locais que devem ser mantidos limpos, para que não sejam tomados pela mata e ofereçam abrigo a certos bichos. Dentre os animais que podem circular por um terreiro estão os cachorros e as galinhas. Um terreiro limpo e bem cuidado denota zelo por parte de seu morador. É bem visto perante os vizinhos.

Em Pedro Cubas os dias da semana são intercalados aos dias de trabalho com a terra e compromissos em Eldorado. Segunda-feira é dia de ir à capuava de palmito pupunha do *grupo de homens*; terça-feira é dia dos arrozais; quarta-feira há reunião em Eldorado; quinta-feira

---

<sup>26</sup> A expressão capuava é encontrada com variações em sua pronúncia. Segundo Carvalho (2006), em Galvão e São Pedro a palavra é pronunciada como “capova”, possuindo significado semelhante: “ocupação na mata, geralmente afastada das casas principais na vila, que compreende espaço de roças, áreas de capoeira, paiol (moradia provisória) e, às vezes, tarimba para estocar arroz” (CARVALHO, 2006, p.7).



também (no intervalo de uma reunião e outra, aproveita-se para comprar alguns suprimentos para casa, remédios ou uma encomenda do vizinho); na sexta-feira, os cuidados com as criações são mais demorados e vai-se à missa ao entardecer. Sábado e domingo, *se Deus ajudar e o rio não estiver muito cheio*, a família toda e alguns vizinhos irão à capuava derrubar o milho. É preciso estar atento ao tempo da colheita, pois os ratos e as capivaras podem comer toda a plantação de milho. Na semana seguinte, outro ciclo de capuavas (missas e reuniões) e deslocamentos, dão forma aos dias.

Segundo o sistema explicado por seus moradores, o modo de abertura da mata para o plantio segue as seguintes categorizações: *capoeirão* - mata virgem derrubada pela primeira vez para abertura do roçado; *capoeira* - roça *encapoeirada* pela mata e que será limpa e utilizada pela segunda vez; - *capoeira fina ou capoeirinha fina* - roça aberta pela terceira vez; e *tiguera* - roça utilizada com frequência para o plantio. O plantio deve ocorrer nos meses que não tem “1” e em lua minguante. Para o plantio, Sr. Antônio segue com a seguinte demonstração:

Pegue um punhado de terra nas mãos e amasse: se a terra sair pelas mãos é porque ela não está firme, se não encontrar minhoca e não sentir seu cheiro, não está boa para plantio. Se estiver boa: retire um pouco da terra, faça um berço, coloque esterco, depois o palmito e jogue o capim por cima. Não pode colocar o capim por baixo para não azedar. Em alguns dias, retorna-se ao local para roçar a plantação. Quem trabalha no sistema dos antigos não precisa jogar veneno. Mas os outros agricultores não gostam desse sistema, jogam o veneno e com isso matam também o palmito (Explicações de Sr. Antônio anotadas em caderno de campo).

Ao explicar-me como reconhecer um bom solo para se plantar, Sr. Antônio tece suas considerações a partir de uma combinação de elementos que se encontrariam em funcionamento no solo. Estes elementos foram-me detalhados segundo a experiência que Sr. Antônio julgava que eu teria com a terra. Assim, enfatizava-me como perceber uma boa terra para o cultivo através de sua textura, seu cheiro e a presença de determinados organismos. Esta forma de perceber, identificar e organizar o mundo se realiza não como um conhecimento técnico que pode ser distinguido em domínios específicos, como em termos climáticos, biológicos e geográficos, por exemplo; mas antes, como um modo de conhecer interligado aos processos temporais e envolvimento mútuo das pessoas no mundo, ao longo da vida. Um entrelaçamento entre ciclos de vida.

Há uma complexidade das relações investidas nesse tipo de cultivo, cuja produção demanda a cooperação na forma de mutirão ou “puxirão”, operações coletivas que confirmam e colocam em jogo as trocas matrimoniais, as alianças familiares e os laços de afinidade.

Segundo Dona Leide, no mutirão, o *almoço é o pagamento. Se for o dia todo, é baile.*

Dona Leide conta que antigamente, nos meses que não chovia, os antigos, *que eram muito religiosos, faziam penitência*<sup>27</sup>. Esta penitência acontecia principalmente no mês de novembro, mês em que se plantava arroz e milho:

Aqui em Pedro Cubas quando fica um tempo sem chover, o pessoal chama de seca. Como os antigos eram muito religiosos, faziam a penitência. Os antigos iam até a barra do Ribeira descalços. Chegavam numa baixada, lavavam os pés na água do Ribeira e colocavam seus tamancos para entrar na igreja. Daqui levavam a imagem de Santa Cruz, Santa Luzia e Santa Catarina até a Barra. E de lá, da Igrejinha do Batatal, traziam outro Santo que ficava aqui na igreja de Pedro Cubas (Dona Leide).

Verificamos aqui, que quando o entremear entre suas casas e roçados cessa, os habitantes de Pedro Cubas tornam a se deslocar na forma da penitência, confirmando o vínculo que estabelecem com a terra e entre si.

### **1.5 Casa, Paiol e Tapera: movimentações, deslocamentos, multilocalizações**

Uma característica marcante das habitações dos bairros negros do Vale do Ribeira é a sua transformação contínua, do ponto de vista material, espacial, temporal e intersubjetivo. Um processo sucessivo de fabrico de casas e deslocamentos.

O costume das pessoas naquela época era não ter paradeiro. Um ano para lá, um ano cá. Eles resolviam, voltavam atrás, mudavam para a outra banda [do rio Pilões]. Ali ficavam dois, três anos, depois mudavam mais para frente. Aqui era desse tipo. A pessoa não tem uma história certa de raiz. A não ser que seja o caso como o do Lupércio, no Tavares. Esse foi uma raiz que a própria família criou uma comunidade lá. Agora, quanto a esses lugares passageiros, era moradia de poucos (Jovita, entrevista em 18/11/1999, in Carvalho, 2006: 59).

Movimento que se expressa na edificação de suas casas, traduzidas em suas normas ecológicas e arquiteturas, na organização de seu espaço interior, bem como na forma como produzem sua domesticidade. Experiência articulada na circulação de parentes, alimentos e informações por todo o território. Relações que interconectam seus habitantes entre si e aos seus antepassados.

Trata-se de conjunto de práticas e operações que revelam uma maneira singular de “habitar o mundo” (INGOLD, 2000), que é eminentemente móvel e multilocal. Esta maneira de

---

<sup>27</sup> É curioso notar que a Padroeira de Pedro Cubas é Santa Catarina, sendo sua data de celebração o dia 25 de novembro, período apontado por Dona Leide como sendo de grandes dificuldades para seus habitantes.

experienciar o mundo talvez nos apresente domínios de relações e percepções de um ponto de vista nativo, uma perspectiva territorial negligenciada em processos de negociação de direitos com agentes e órgãos estatais. Talvez também exponha aspectos importantes para a compreensão da micropolítica das relações produzidas no domínio intersubjetivo e ecológico dos moradores de Pedro Cubas e, sobretudo, possibilite-nos a compreensão de uma perspectiva espacial que nunca se estabiliza.

Nesse sentido, “casa” será entendida aqui, não apenas como construção física, fixa e imediatamente localizável, mas como espaço de produção de domesticidade, domínio<sup>28</sup> em torno do qual as relações investidas na experiência da família e do parentesco se articulam, como nos propõe Louis HERNS MARCELIN (1996), em seu estudo sobre a experiência familiar entre os negros, tal como observou nos bairros populares de Salvador, Cachoeira e outras cidades do Recôncavo da Bahia.

Distribuídas irregularmente pelo território, confeccionadas a partir do barro, uma mistura relativamente homogênea e compacta de argila e cascalho que preenche os vãos de uma estrutura de madeiras verticais e bambus horizontais, entrelaçados com cipó, em chão queimado ou terra batida, com seus telhados de palha ou sapê; assim são construídas as casas que um dia poderão tornar-se taperas. Construções conhecidas como pau-a-pique ou taipa, cuja técnica é bastante difundida em todo o Vale do Ribeira, bem como em diversas regiões do país.

A “durabilidade” de suas casas está relacionada aos recursos utilizados em sua construção, escolha que levará em consideração os projetos relacionados à casa, e com o local em que será construída. *Com madeira branca, dura mais de dez, quase vinte anos*, explica Sr. Antônio. Se utilizadas madeiras como Ariba, Canela, Tapuia, madeiras originárias da Mata Atlântica, a durabilidade pode chegar a sessenta anos. O cedro pode proporcionar uma durabilidade de mais de cem anos. Não oferecem riscos de alojar insetos quando são adequadamente rebocadas e recebem pedras em sua base. Possuem a propriedade térmica de conservarem o calor no inverno e manterem-se frescas no verão.

Nas proximidades da Vila de Santa Catarina, a disposição espacial sobre os terrenos ou sítios sobre os quais a casa é construída segue uma composição que se repete: uma construção central, onde estão os dormitórios e uma grande sala que pode ou não conter divisórias. Ao

---

<sup>28</sup> Como pretendo sugerir ao longo da argumentação do capítulo, entendo que a observação das experiências familiares no universo das populações quilombolas do Vale do Ribeira, tema no qual não me deterei de forma específica neste trabalho, parece implicar que a casa, ou o “domínio da casa” – enquanto experiência central através da qual as redes de relações entre os agentes se concretizam (MARCELIN, 1996) – seja pensada a partir das relações que a constituem em continuidade com os roçados.

lado dessa casa central, com o mesmo material e técnica, ou apenas com madeira, constrói-se uma cozinha - espaço ocupado por um fogão de taipa à lenha sobre o qual são pendurados alimentos e alguns utensílios. Seu pequeno espaço, - limitado à circulação de uma ou duas pessoas - e o fogão são continuamente reformados ou completamente reconstruídos, com determinada constância. Processo de fabrico geralmente empreendido pelas mulheres. Talvez em razão do seu aquecimento a durabilidade da taipa fique prejudicada.

Esse padrão de cozinhas separadas da construção central das casas parece repetir-se em outros bairros negros do Vale do Ribeira paulista e paranaense. Dona Leide diz que nestas casinhas construídas pelo governo, não fizeram cozinhas separadas, explica que a fumaça queima a telha, e não é bom tê-la próxima de onde se dorme. Quase todas as famílias possuem fogão a gás, mas apenas as famílias mais jovens abandonaram completamente o uso do fogão de taipa. Abaixo, apresento dois exemplos de cozinha, uma de pau-a-pique, reconstruída recentemente; e a segunda, improvisada com madeiras, ambas com fogões de taipa.



Figura 8 - À esquerda, Dona Leide preparando feijão em sua cozinha. Figura 9 - À direita, a cozinha de Sr. Miguel (irmão e vizinho de Dona Leide).

Em muitas casas, os banheiros de taipa permaneceram do lado de fora, geralmente na parte mais recuada do terreno. Todas as casas estão próximas aos diversos rios e riachos que entrecortam o território de Pedro Cubas. Nestes terrenos há espaços determinados para o galinheiro, canil, mangueirão e os quintais (onde são cultivados alguns gêneros alimentícios).

As antigas casas, ainda que relativamente próximas, deslocavam-se de forma significativa sobre os terrenos. Movimento que passou a ocorrer de forma limitada, a partir do momento em

que passaram a residir nas casas de alvenaria. As casas entregues recentemente pelo governo do estado através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) vêm sendo adaptadas pelos moradores.

Às casas de alvenaria construídas foram incorporados novos cômodos (alguns de taipa outros de blocos de cimento), coberturas, cercados que protegem os quintais (plantações) de suas criações. As grandes portas principais projetadas para dar acesso à estrada, pela cozinha, foram obstruídas. Comumente utilizam suas portas laterais que, menores, permitem o acesso direto aos quintais e ao fundo de seus terreiros.

Apenas Sr. Antônio Jorge mantém sua antiga casa de taipa ao lado de sua atual casa de alvenaria. Segundo sua explicação, os outros moradores não deixaram suas antigas casas de pé porque servem de morada para cobras e baratas.

A longa permanência de seus habitantes nos espaços que compreendem suas capuavas, roçados ou na própria mata, torna inviável o retorno diário às suas casas. Assim, moradias provisórias são edificadas para que possam dormir e estocar os alimentos produzidos. Tais edificações são designadas por *paiol* ou *tarimba*. Esta multilocalização de suas residências, que era bem mais frequente no passado, parece apontar para uma dinâmica de circulação bastante específica, segundo a qual as casas distribuídas pelo território, construídas próximas ou afastadas dos roçados, se constituiriam como referências de permanência e de passagem para a experiência familiar cotidiana. Neste sentido, a casa e as roças configuram continuidades. Não apenas em razão de uma maior ou menor proximidade, mas em razão das relações que fundam e articulam, e que os diferenciam de outros domínios.

Convivendo com os moradores de Pedro Cubas, descubro, aos poucos, que é comum famílias possuírem uma casa próximo à Vila de Santa Catarina, uma casa próximo à capuava, outros na Barra do Batatal. Hoje, é possível perceber que esta dinâmica estendeu-se para fora dos limites do bairro. Alguns possuem casa em Pedro Cubas, na Barra do Batatal, Eldorado e Registro. Podemos dizer que a singularidade das relações entre pessoas e seus ambientes, em Pedro Cubas (e talvez em outros bairros negros), não corresponde a princípios de permanência, mas deslocamentos, multilocalizações.

## **1.6 Idas e Vindas: os que vão e os que ficam**

Entre os anos setenta e oitenta houve um período de acirramento dos conflitos entre a

população de Pedro Cubas e fazendeiros que se instalaram na região. Sr. Antônio Jorge, uma importante liderança de Pedro Cubas, relata o caso de um poderoso fazendeiro chamado Abel, proveniente de Jundiáí, que passou a comprar as terras que circundavam o bairro e pressioná-los a saírem. Sob a ameaça de seus capangas, famílias inteiras foram despejadas, no meio da noite, de baixo de chuva, com a roça que haviam plantado aguardando colheita. Por vezes conseguiram resistir e voltar às suas casas, em outras, tiveram que sair em busca de auxílio de juízes, autoridades políticas locais, advogados, pessoas a quem pudessem recorrer para comprovarem que possuíam as escrituras de suas terras. Ao todo foram quatro despejos, em meio às coações e emboscadas.

A insegurança deste período levou a uma intensa migração da população de Pedro Cubas, principalmente os mais jovens, para cidades como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Sorocaba, em busca de melhores condições de vida.

Antes as pessoas não valorizavam a terra. Vendiam, pois a terra não significava mais vida e sim morte. Antigamente as pessoas vendiam suas terras, agora não pode mais vender. Os antepassados não sabiam, vendiam uma parte das terras e continuavam aqui. As terras deles eram bastante para trabalhar. Às vezes fazia uma roça, uma lavoura, mas não tinham alguma coisinha que precisavam, aí vendiam uma parte de suas terras. Mas não vendiam porque queriam, vendiam porque precisavam. (Sr. Antônio Jorge).

A geração de minha mãe teve que ir embora quando os terceiros chegaram, pois começaram a mexer com as meninas, aprontarem, até que juntaram algumas pessoas do quilombo e deram um pau neles, e eles foram embora (Silmara, sobrinha de Dona Diva).

O intenso processo migratório da população de Pedro Cubas para grandes centros urbanos e sua permanência prolongada nestes novos contextos produziu uma reconfiguração de noções e formas de relações dentro de um novo universo de experiências familiares, agora interconectados a outras dinâmicas de espaço e tempo. Esta foi a trajetória de algumas lideranças de Pedro Cubas. Partiram jovens, casaram-se, trabalharam, estudaram, aposentaram-se e decidiram retornar, deixando filhos, sobrinhos e uma rede de parentes. Essa distensão das experiências familiares e de parentesco provocada pelo fluxo migratório aciona outros vínculos que passam a operar simultaneamente ao princípio da consanguinidade. Ao retornarem, estes agentes familiares são reconectados aos processos de vida local. Essa atualização das relações efetua-se no uso conjunto da terra, na reconstituição das relações de troca e laços reciprocidade tecido nos puxirões e na apropriação dos recursos, na dinâmica de cooperação familiar cotidiana da casa, nas trocas matrimoniais e tradição sucessória, na lógica de circulação por todo o território que confirma alianças como forma de defesa dele (ANJOS, 2004).

Este foi o caso de Silmara, sobrinha de Dona Diva. Silmara retornou com a família que constituía em São Paulo, passando a viver em uma casa que foi construída próxima à casa de sua tia Diva, no mesmo sítio. Seu filho mais velho e seu companheiro, entretanto, voltaram para São Paulo pouco tempo depois. Silmara explicou-me que seu filho não conseguiu adaptar-se ao novo tipo de vida e que seu companheiro havia desanimado com o plantio, pois a chuva constante daquela região havia destruído toda sua colheita, mas que ela que permaneceria em Pedro Cubas com seus outros filhos, pois agora *tinha sua casinha, tinha escola para os filhos e aos poucos as coisas melhorariam*.

História semelhante à de Sr. Benedito Alves (Seu Dito Chapéu), que depois de longos anos em São Paulo e do falecimento de sua primeira esposa, retornou para junto de seus parentes em Pedro Cubas, recompôs uma família, a partir de um segundo casamento (também exógeno)<sup>29</sup>. Como Silmara e Seu Dito, muitos outros moradores de Pedro Cubas, por algum período de suas vidas, residiram em grandes centros urbanos, retornando, mais tarde, para junto de seus familiares em Pedro Cubas.

O que as trajetórias como a de Silmara e Sr. Benedito Alves caracterizam e exemplificam, é que, mais uma vez, as relações entre os habitantes de Pedro Cubas não correspondem a princípios de permanência, mas de deslocamentos. Eles vão, mas ao retornarem eles também ficam, para continuarem circulando por todo o território. E o que permite esse contínuo deslocar é justamente o entrelaçamento entre os laços de consanguinidade e os processos de vida local – performados nas relações com a terra e modos de habitar.

Desde o final da década de noventa, há uma inversão do fluxo migratório e o retorno de algumas famílias, em função dos processos relativos à demarcação do território e a promulgação das primeiras leis de desenvolvimento rural específicas aos “Remanescentes das Comunidades de Quilombos”. Esta foi a trajetória de suas principais lideranças. Partiram ainda muito jovens, retornando vinte, trinta anos depois, casados, deixando seus filhos e netos para

---

<sup>29</sup> Com a chegada das Igrejas Evangélicas no bairro, houve forte pressão por parte destas para que uniões matrimoniais fossem oficializadas religiosa e legalmente. No dia posterior à minha partida, na primeira semana de agosto, haveria uma grande festança na comunidade para a celebração da união de Dona Diva (principal liderança da comunidade e presidente da associação de Pedro Cubas de Cima) com Sr. Moisés, juntos há mais de 40 anos. A festa seria realizada na casa de Dona Diva, já que a igreja de denominação Batista em que congrega fica no quintal de seu sítio. É possível notar que as Igrejas Evangélicas introduziram uma nova dinâmica entre os moradores de Pedro Cubas. Os casamentos que vêm sendo realizados com maior frequência nos últimos tempos (sacramento de uniões antigas) parecem imprimir uma nova dinâmica nas relações de parentesco e laços de reciprocidade, aspecto que certamente atravessa a lógica de sucessão e transmissão da terra. O fato de os moradores evangélicos estarem concentrados numa região mais distante da Vila de Santa Catarina, em uma região nomeada pelo Estado como Pedro Cubas de Cima, e o fato de circularem menos entre espaços e eventos católicos, tornou-se um fator limitador para esta pesquisa.

trás. Há muitas referências a estes familiares que permaneceram nas grandes cidades, assim como as experiências de um período de grandes dificuldades vividas nas periferias e favelas em que moraram. Situações de vulnerabilidade advindas da condição de subempregados possibilitou-lhes uma importante compreensão quanto ao cenário político no qual estavam inseridos e as transformações políticas em curso no país. É importante destacar que neste período, entre final da década de setenta e início da década de oitenta, impulsionados pela crise de uma ditadura civil-militar que assolava o país, ocorrem as grandes greves operárias, a emergência de um partido de massas (Partido dos Trabalhadores), a reorganização de movimentos sindicais (Central Única dos Trabalhadores), entidades estudantis (União Nacional Estudantil), movimentos populares urbanos (dentre muitos, destaca-se o Movimento Negro Unificado, em 1978) e rurais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Ao retornarem, estes grupos são reconectados às relações que constroem com a terra, junto aos núcleos familiares que permaneceram, por meio de práticas relacionadas às experiências de residir, nutrir, cultivar e defender suas terras. Eles se deslocam, e estes dois princípios estão operando: os laços consanguinidade e as relações que estabelecem com a terra. Ao retornarem, trazem consigo um saber, esse sim exógeno, que irá ajudar a compor suas associações.

### **1.7 *Pedro Cubas é uma coisa só: associação quilombola***

Embora estudos acadêmicos (teses e dissertações), laudos antropológicos e documentos do Estado reafirmem a existência jurídica de duas “Comunidades Remanescentes de Quilombos”, suas lideranças fazem-nos saber, de antemão, que *Pedro Cubas é uma coisa só*. Estas foram as palavras de Dona Diva, em nossa primeira conversa, na tarde em que cheguei a Pedro Cubas. Mais do que um simples pedido, o que dona Diva explicitava eram os termos de um acordo. Assim, a questão que trago para esta seção, e que reitero como compromisso, é demonstrar que as divisões que os documentos oficiais traçam resultam de um diálogo entre pragmáticas atravessado por equivocções (CARDOSO, 2013). Destoam e produzem tensões na medida em que estabelecem uma divisão artificial não consoante às experiências e processos de vida local <sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Dentre as consequência pode-se mencionar que a partir dessa divisão, programas governamentais específicos às populações quilombolas passaram a ser implementados apenas na área demarcada como Pedro Cubas (onde se situa a Vila de Santa Catarina) - uma vez que, além de regulamentada também possuía maior número de famílias. Tais processos geraram diversos conflitos internos, cujos desdobramentos podem ser verificados na coexistência de duas associações, com sedes e presidentes distintos, para gerir questões políticas comuns. A sede



Dona Diva é certamente uma das mais importantes lideranças quilombola do Vale do Ribeira. Posição reconhecida entre os habitantes de Pedro Cubas por suas atribuições políticas como presidenta da Associação Quilombola de Pedro Cubas de Cima - exercício de liderança concomitante ao seu pastorado à frente de uma Igreja Pentecostal. Regionalmente, Dona Diva é conhecida por ser uma das principais articuladoras para a consolidação de uma entidade representativa fundada por Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira<sup>31</sup>. Sua colaboração ativa nos assuntos políticos de Pedro Cubas se dá a partir de seu retorno a Pedro Cubas, passados quarenta anos em que residiu em São Paulo, cidade onde se formou no ensino superior, se casou e se aposentou. Esse retorno ocorreu logo depois que a primeira Associação Quilombola de Pedro Cubas havia sido fundada<sup>32</sup>, em meio ao processo que separou Pedro Cubas em duas comunidades<sup>33</sup>.

Sr. Antônio Jorge (presidente da Associação de Pedro Cubas) relata como um processo de desagregação entre seus moradores e a fragmentação territorial se produziu durante o processo de demarcação territorial iniciado no final da década de noventa. Sua fala enfatiza a chegada de Dona Diva, a pressão e os tensionamentos gerados dentro da Associação. Problemas que implicaram no atraso do reconhecimento e titulação de apenas uma parte de Pedro Cubas.

Aqui estava pra ser titulado, só que daí Gaspar que mora ali em cima e Zé Penteadado que foi vereador aqui uma vez, chegou lá e ele não queria ser reconhecido como quilombo, e a terra dele também não aceitava ser vendida pra quilombo. Aí, foi indo, ficamos três anos esperando ele. Aí já estava com três anos, daqui a pouco o Estado cancela tudo, mais tarde a gente não sabe. Falei pra Neide [Dona Leide], goste ou não goste vou titular. Porque eu não sei como vai ser o governo que está vindo aí. Dito [presidente da associação] estava esperando essa discussão sobre as terras. Aí disse:

---

da Associação de Pedro Cubas, por exemplo, possui uma infraestrutura muito superior à sede da Associação de Pedro Cubas de Cima. Também é mais bem equipada. Possui uma grande biblioteca, sala com computadores, alguns poucos recursos audiovisuais, dentre outros. Por oferecer um amplo espaço de convívio aos moradores, esta sede é bastante requisitada para reuniões, cursos e oficinas oferecidos ou organizados para e pelos moradores de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. A gestão desse espaço faz com que sua população tenha que contornar algumas questões de ordem prática e estabelecer formas de gestão mais adequadas às suas experiências concretas.

<sup>31</sup> Em minha última visita a Pedro Cubas, delineava-se um nome para essa entidade. A sugestão era FAQVAR ou FAQUIVAR – Federação Quilombola do Vale do Ribeira.

<sup>32</sup> A primeira associação de Pedro Cubas foi organizada com o auxílio das Irmãs Sueli Berlanga e Ângela Biagioni da Pastoral Católica. Elas não apenas assessoraram as populações locais na elaboração dos estatutos que transformariam suas associações comunitárias em associações quilombolas, como buscaram subsídio técnico para a realização de levantamentos antropológicos e topográficos necessários à regularização de suas terras (OLIVEIRA, 2009). O Sr. Benedito, conhecido por Seu Dito Chapéu, foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação de Pedro Cubas. Sendo sucedido por Sr. Antônio Jorge, em razão das tensões geradas pelo processo demarcatório. Senhor Antônio Jorge é atualmente o presidente da Associação de Pedro Cubas.

<sup>33</sup> Autorreconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como *remanescente de comunidade de quilombo*, apenas Pedro Cubas recebeu titulação definitiva de suas terras, em 16 de abril de 2007 (código do IBGE 3514809). Segundo dados do ITESP, Pedro Cubas de Cima possui 6.875,22 ha e Pedro Cubas de baixo, 3.806,25 ha.

Dito Chapéu, você queira ou não queira, vamos titular. Porque às vezes, tem tanta mudança do Governo, amanhã ou depois, não titula. Aí ele falou pode titular. Aí Diva entrou com pedido de associação lá também, para não perder lá. Para lá ia ser tudo parque. Aí correu atrás. Precisou arrumar associação pra lá, pra poder ser reconhecido. Aí separou Pedro Cubas um e Pedro Cubas dois, por causa disso. Por motivo de estatuto. Porque estava atrasado e depois não iam mais aceitar. E se não tivesse decidido, estava pra decidir até agora, se eu morresse não dava jeito de o título da terra sair. Tem muitas comunidades, e eles estão percebendo todas as comunidades que têm no estado, no país inteirinho, e o poder tem uma dívida muito grande para pagar com as comunidades. O governo não aceita. De mil e duzentas comunidades no estado, têm seis tituladas. Reconhecida tem bastante, mas apenas seis tituladas. Então tem que tomar cuidado. Se eu não tivesse aberto os olhos, não tinha reconhecido (Sr. Antônio Jorge).

Cabe ressaltar que a constituição das Associações Quilombolas é uma exigência legal (Decreto 4.884/2003) que o Estado impõe como requisito para a abertura dos procedimentos administrativos demarcação territorial <sup>34</sup>, sendo o título obrigatoriamente expedido em nome do presidente (em exercício) da associação. As associações são a entidade jurídica e representativa por meio da qual Estado e populações locais se articulam para mediação, negociação da questão quilombola. Neste sentido, Carvalho (2006) também problematiza a questão nas Associações Quilombolas de São Pedro e Galvão:

No entanto, a obrigatoriedade da associação é inconstitucional, na medida em que as pessoas não podem ser obrigadas a participar de quaisquer associações. Alguns bairros rurais já possuíam associações de moradores, constituídas a partir da década de 1970 para defenderem-se das grilagens (...). Esse é o caso do São Pedro, como veremos adiante. No entanto, em muitos casos não existiam as associações legalmente constituídas, e houve comunidades em que os moradores foram levados a constituí-las às pressas, sem maiores esclarecimentos. Ocorre que muitos se recusaram a fazer parte delas, e até hoje não estão associados, mesmo em bairros que já tiveram suas terras tituladas. Outra questão diz respeito à sustentabilidade dessas associações. Para serem legalmente instituídas, elas precisam ser registradas em cartórios, os quais cobram taxas mensais de manutenção. No entanto, as taxas cobradas mensalmente dos associados têm sido insuficientes para o pagamento dos cartórios, com os quais a maioria das associações contraiu dívidas que aumentam a cada ano. Por outro lado, a existência das associações proporciona maior força política para as lutas pela terra e contra as barragens (CARVALHO, 2006:24).

A importância do debate em torno das Associações Quilombolas está em situar as distintas modalidades de relações e apropriações práticas de instâncias estatais (Comerford,

---

<sup>34</sup> A Lei Estadual nº 9.757, de 15 de setembro de 1997, em seu Artigo 2º dispõe sobre a obrigatoriedade das Associações e o Decreto nº 4.887, publicado em 2003, regulamenta que “o critério de autodefinição para identificação dessas comunidades, bem como a garantia da propriedade coletiva da terra, na medida em que o título é registrado em cartório em nome de uma associação representativa da comunidade. Assim, o território não pode ser dividido, vendido ou arrendado. Além de definir as competências dos órgãos envolvidos, o decreto criou o Comitê Gestor interministerial, coordenado pela SEPPPIR, para elaborar um plano de desenvolvimento sustentável para tais comunidades”. Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 10, IPEA, 2005 in Relatório do Grupo de Trabalho População Quilombola – MDS, Brasília. 2007 (em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) – 18/01/2013).

2003) estabelecidas por estes agentes que retornaram no final dos anos noventa e que passam a articular suas experiências aos processos de organização política local<sup>35</sup>. No entanto, o que chamo atenção neste debate, ao qual não me deterei com a profundidade que ele exigiria, envolve os termos nos quais as lideranças quilombolas são instadas a objetivar suas experiências, demandas e aspirações perante o Estado.

Uma das imagens à qual a entidade política regional (MOAB/EACONE)<sup>36</sup> se associa é a dos homens e mulheres quilombolas enraizados em suas terras, como é representado na figura que se segue:



Figura 10 – Imagem presente em documentos e plataformas digitais de ampla circulação. Foi originalmente retirada de um documento produzido por Biagioni e Berlanga, em “Metodologias do Trabalho com as Comunidades Negras do Vale do Ribeira” (1999). Fonte: Arquivos do MOAB/EACONE.

Com esta imagem as lideranças quilombolas estão enfatizando o seu enraizamento e não o movimento. Aqui as lideranças estão afirmando que suas raízes os tornam firmes à terra, pois são “gente da terra” e dela não sairão. Não sairão porque é preciso que fiquem para continuarem a se deslocar. Mas este modo de entendimento não deve ser apresentado, pois não lhes garantiria o direito sobre a terra. As raízes ou o enraizamento são os termos nos quais as lideranças quilombolas formatam suas experiências concretas de suas vivências de forma a

<sup>35</sup> Estas questões foram exploradas por trabalhos como o de José Maurício Arruti (2004) e Alfredo Wagner Almeida (1999). E em trabalhos não diretamente relacionados à questão quilombola, mas que se constituem como importante referência para a discussão de Sindicalismo Rural, como é o caso do trabalho de John Comerford (1999; 2003).

<sup>36</sup> Movimento dos Ameaçados por Barragens/ Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras. Sua sede se localiza no centro da cidade de Eldorado Paulista.

torná-las compatíveis e compreensíveis ao discurso oficial. As lideranças veem e percebem que para falar com o Estado elas têm que seguir uma lógica que é distinta daquela que busquei delinear ao longo deste capítulo: a lógica do enraizamento, a lógica da árvore genealógica.

Aqueles moradores que foram e voltaram a partir das décadas de setenta e oitenta, aprenderam que para garantir seus direitos à terra eles tinham que aprender como dialogar com o Estado. Aprenderam isso caminhando com os funcionários do INCRA, fazendo reuniões com antropólogos. Caminhar com os agentes do INCRA implicou compreender, portanto, a forma como pensa essa “gente dos papéis”, como mostrarei no capítulo dois.



Figura 11 – Mapa de Pedro Cubas e o trajeto percorrido pela Recomendação das Almas. Nele o território de Pedro Cubas é representado a partir da divisão estatal. Fonte: ISA<sup>37</sup>.

O caminhar da Recomendação das Almas é um dos momentos no qual se dá o encontro entre a gente da terra e a gente dos papéis. Há outros: nas reuniões com X, nas visitas de campo de equipes de Z, K. Pedro Cubas aprendeu antes de Pedro Cubas de Cima a andar com a gente dos papéis. Trata-se de um movimento que as lideranças de Pedro Cubas passaram a fazer junto a pessoas que fazem uso de uma lógica estatal, como geógrafos, agrônomos, agrimensores, engenheiros cartográficos e cientistas sociais.

<sup>37</sup> Disponível em: [www.quilombosdoribeira.org.br/media/Image/pedroCubas4.1.png](http://www.quilombosdoribeira.org.br/media/Image/pedroCubas4.1.png) - 27/01/2013.

A importância em se falar em Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima está em mostrar como aqueles que aprenderam a caminhar primeiro com os agentes do Estado, obtiveram a titulação de seu território. Enquanto os outros, que por razões diversas demoraram a constituir sua associação, e hoje não performatizam essa outra forma de mover-se no mundo, ainda não tiveram seus direitos garantidos. Não performatizam porque outras relações e linhas de tensão política estão em jogo em Pedro Cubas de Cima<sup>38</sup>. Penso que minha conversa com Dona Diva corresponde a esta tentativa por parte das lideranças de Pedro Cubas de Cima em compor outros caminhos e distintas formas de caminhar com essa gente dos papéis que chega até eles.

O que busquei argumentar, nesta seção, é que o fazer política dessas populações (via lideranças e Associações) não implica na adoção de uma razão estatal, pois, se em alguns momentos a razão estatal parece se impor - pois lá aprendem, familiarizam-se e reconhecem um mapeamento do Estado - noutros, é atravessado por razões que continuam operando, em seus quintais, com outras lógicas e outros agentes, enquanto caminham com as almas e os técnicos do INCRA. Assim, ainda que em meio às experiências de reconhecimento de direitos e gestão de territórios quilombolas a razão estatal se afigure determinante e em algumas circunstâncias possa mesmo se sobrepor, esta também é ofuscada por outras razões ali contidas. Como os habitantes de Pedro Cubas imprimem esta razão presente em seu cotidiano nesta política que é pautada por uma razão estatal é o que pretendo explorar adiante.

---

<sup>38</sup> Relações e linhas de tensões que interpenetram os domínios do parentesco e da religião.

## Capítulo 2 Mapeamentos em disputa

There is a paradox at the heart of modern cartography. The more it aims to furnish a precise and comprehensive representation of reality, the less true to life this representation appears (INGOLD, 2000, p.242).

A temática da relação tempo- espaço, sua separação e abstração, como objeto de reflexão e experimento etnográfico, é aqui explorada sob a perspectiva das peças técnicas produzidas em experiências de efetivação de direitos territoriais, manejo ambiental e gestão de conflitos em territórios Remanescentes de Quilombos<sup>39</sup> – processo conduzido sob o exercício estatista de controle e ordenamento territorial, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Art. 68, ADCT) e da ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho<sup>40</sup> (OIT) em 2002.

A reflexão acerca da confecção e circulação das peças técnicas (cartografias, relatórios antropológicos, memoriais descritivos) se efetua a partir da mobilização de saberes técnicos – seus procedimentos, pressupostos teóricos e modelos representacionais do espaço – na caracterização de um modelo de ocupação e organização territorial como “bem juridicamente enunciável” (BRUSTOLIN, 2009). Neste processo, a produção antropológica ora se aproxima do campo de conhecimento cartográfico<sup>41</sup>, quando indica que os fundamentos da ocupação e territorialidade quilombola devam ser lidos por meio de uma concepção abstrata e substancialista da terra e das relações que nela se promulgam - movimento em que se supõem a comensurabilidade de práticas e saberes locais e sua intercambialidade às categorias jurídicas de “uso e ocupação da terra” - ora se realiza numa abordagem mais consoante à perspectiva das populações locais, consideradas suas formas diversas de habitar o território<sup>42</sup>.

Ao longo desta seção pretendo demonstrar como uma epistemologia espacial está prefigurada nas diretrizes e definições enunciadas nos instrumentos normativos que sustentam

---

<sup>39</sup> Segundo definição do INCRA, Remanescentes das Comunidades dos Quilombos são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas. Em: <http://www.incra.gov.br> 15/06/2013.

<sup>40</sup> A Convenção 169 da OIT dá o amparo legal ao critério de autodefinição dos Remanescentes de Quilombos, determinações que foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto nº 5.051/2004.

<sup>41</sup> Entendido em sua tradição antiga como conhecimento disciplinar que aspirava à racionalidade científica (CRAMPTON e KRYGIER, 2008).

<sup>42</sup> Embora o eixo de minha argumentação tenda a aproximar o saber antropológico dos saberes técnico-científicos e da lógica cartográfica (gente dos papéis), acredito que algumas questões aqui apontadas abrem espaço para trabalhos futuros sobre para uma melhor compreensão do discurso etnográfico neste diálogo entre quilombolas e Estado. No caso dos etnomapeamento (discussão que procuro fazer no terceiro capítulo), a antropologia, enquanto um “intersaber”, que se propõe a realizar uma passagem entre mundos, se aproximaria da lógica da gente da terra.

a elaboração das peças e Relatórios Técnicos que integram os procedimentos administrativos conduzidos pelo INCRA com vistas à titulação de um território quilombola. Trata-se, segundo Acselrad (2010), de uma “aritmética política que mede o território e seus recursos em séries temporais comparáveis como instrumento de apropriação utilitária do território” (ACSELRAD, 2010, p.11). Aponto como conceitos, noções, proporções e direções irão conformar esta série de peças mediante às quais a dinâmica espacial dos moradores de Pedro Cubas é colocada sob a perspectiva dos saberes técnicos operados em instâncias estatais. Percorro esse conjunto de enunciações e formulações, tal como foram reunidas, descritas e representadas pelo mapeamento estatal, a fim de exemplificar um processo de produção espacial (e concepção paisagística) em que o positivismo e o realismo pragmático enquanto princípios epistemológicos das técnicas de pesquisa - como a localização euclidiana e as práticas de objetivação - estão profundamente implicados. Neste sentido, irei sugerir como uma perspectiva – à qual Pickles (2004) chama de razão cartográfica – subjaz às categorias e definições enunciadas nos textos legais que sustentam a elaboração técnica e conceitual desses documentos, cujos resultados irão definir a base territorial de um Remanescente de Quilombo.

O reconhecimento formal de um remanescente de comunidade quilombo se constitui na interseção de diferentes lógicas espaciais. Minha preocupação neste texto é explorar como esse intercruzamento de perspectivas se efetua e se estabiliza nos documentos estatais. Discuto como os tensionamentos e equivocações evidenciam-se na “delimitação do traçado do Estado”<sup>43</sup> (ALCSELRAD, 2008), quando, para garantir direitos, essa razão exige que as populações sobre as quais suas políticas incidem, passem a transitar sob a lógica espacial do “perímetro, dos limites e confrontações”, da posse<sup>44</sup>, do “Título de Reconhecimento de Domínio e Registro Cadastral”.

Inspirada pelo debate contemporâneo acerca das “equivocações”<sup>45</sup> epistemológicas envolvidas no ato de mapear e produzir mapas (INGOLD, 2000), neste capítulo, elaboro uma reflexão acerca do exercício das técnicas mais variadas - como a cartografia, agrimensura e a antropologia - em torno dos procedimentos administrativos de regularização de um território quilombola, processos conduzidos pelo INCRA. Argumento que, a abordagem técnica das

---

<sup>43</sup> Trata-se do processo de delimitação territorial associado à formação do Estado, a fabricação e validação de suas fronteiras.

<sup>44</sup> Refiro-me aqui a uma concepção jurídica de propriedade reiterada nos textos legais e atos normativos que instruem e regulamentam os procedimentos de regularização fundiária de territórios quilombolas.

<sup>45</sup> Faço alusão aqui à discussão proposta por Eduardo Viveiros de Castro a respeito do “perspectivismo” e “equivocos controlados” em seu artigo intitulado “Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

“formas de ocupação territorial” de um remanescente de quilombo, implicada na confecção de relatórios e pareceres envolvidos neste processo de identificação, promovem articulações e o confronto entre lógicas espaciais distintas (GALLOIS, 2004). Neste sentido, sob a tentativa de tradução ou adaptação, as experiências espaciais dos habitantes de Pedro Cubas foram lidas por meio dos parâmetros jurídicos pré-definidos nestes procedimentos<sup>46</sup> – cujas definições apontaram para uma forma de ocupação territorial associadas às concepções cartesianas e econômicas do território como superfície.

O que pretendo demonstrar é que a lógica espacial encerrada nas peças técnicas que compõem os processos de regularização fundiária de territórios quilombolas – textos e registros visuais sob os quais se organiza e tenta estabilizar um discurso nativo – é uma racionalidade outra, que não aquela operada entre os habitantes de Pedro Cubas. Mas que são lidos e produzem “efeitos de realidade” (LÉVY, 2008). Efeitos como a titulação de seu território e a institucionalização de um conjunto de direitos em torno da categoria remanescente de quilombo<sup>47</sup>. Processos que, em última instância, possibilitam que suas dinâmicas de deslocamento continuem operando - enquanto se caminha com as almas e os técnicos do INCRA - movimento que procurei descrever no capítulo um.

É importante enfatizar que a insistência analítica nesta distinção percebe-se afastada de um movimento de desqualificação dos saberes técnicos que se realizam sob demanda administrativa. Tampouco se pretende negar que entre estes modos de conhecer haja mesmo um vínculo muito estreito. Trata-se, simplesmente, de afirmar que elas não são as mesmas. Fazer frente ao que alguns autores chamaram de “matematização do mundo”<sup>48</sup>. O contraste mostra-nos como da assimetria desse processo resultam algumas equivocções.

Para tratar deste processo, proponho que os dados e formulações acionadas nas peças técnicas, e que conformariam, segundo a exigência estatal, uma “relação territorial específica”, sejam abordadas a partir de três dimensões: a noção de “terra”, concebida superfície a ser ocupada; temporalidade e genealogia. O encadeamento dos aspectos ressaltados e a discussão proposta seguem as questões suscitadas ao longo da pesquisa e da escrita.

---

<sup>46</sup> Definidos pelos inúmeros instrumentos normativos que os disciplinam.

<sup>47</sup>

<sup>48</sup> Paul Virilio, em entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil* (03/06/2011), disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2972> – 02/12/2013.



## 2.1 Gente dos papéis

“Mensurar”, “conhecer a inequívoca geometria do imóvel”, “materializar seus limites físicos”, “garantir a confiabilidade na geometria descritiva”, torná-lo propriedade. Estes são alguns dos termos enunciados na “Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais” do INCRA (Portaria nº1.101/2003), documento pelo qual se obtém os “preceitos técnicos” destinados a padronizar os trabalhos de cálculo de área, em projeção topográfica<sup>49</sup> e cartográfica<sup>50</sup> (georreferenciamento), de imóveis rurais passíveis de serem certificados<sup>51</sup> pelo INCRA.

Conforme o parágrafo único da seção “Demarcação” do texto da *Instrução Normativa* do INCRA em vigor (Art. 23. IN57/2009), os procedimentos para georreferenciamento de imóveis rurais estabelecidos por esta Norma Técnica, serão observados na demarcação das *terras ocupadas* por Remanescentes das Comunidades de Quilombos. Ao utilizar um manual que adota o conceito de imóvel rural estabelecido pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), as terras ocupadas por Remanescentes de Quilombo passam a configurar, neste processo, um *Imóvel Rural*, devendo ser demarcadas como tal.

De acordo com o Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964 em seu artigo 4º, inciso I), um imóvel rural é definido como *prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração extrativa, agrícola, pecuária, florestal e agroindustrial*. Segundo a legislação agrária, o significado de *área contínua* está implicado numa relação de propriedade (individual ou coletiva), que se define, entre outros aspectos, pela não interrupção do *empreendimento econômico* desenvolvido ou que possa ser desenvolvido.

Estabelecidas estas duas noções, a de *área contínua* e *empreendimento econômico*, no presente capítulo discuto como o modelo de ocupação territorial definido pelos instrumentos

---

<sup>49</sup> Que consiste em: “estabelecer um plano de projeção local, tangente à vertical do lugar e executar uma série de medições angulares e lineares com o objetivo de representar, no plano de projeção topográfico local, com a melhor proximidade da verdade, todos os detalhes de divisas, acidentes artificiais e naturais, áreas, modelagem do terreno, etc., de tal forma que, considerada a tangência do plano topográfico local, as deformações decorrentes do pós-processamento, sejam as mínimas possíveis. Cada ponto ou vértice do levantamento estará referenciado a um sistema de eixos local.” Em: <http://www.portageo.com.br/index.php?id=120> – 18/12/2013.

<sup>50</sup> Georreferenciar consiste em: “fazer referência de um ponto, geodesicamente, a um determinado sistema de eixos. No caso ao meridiano central (MC), do fuso ao qual pertença o referido ponto (E) e ao equador (N).” Em: <http://www.portageo.com.br/index.php?id=120> – 18/12/2013.

<sup>51</sup> O Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), segundo definição fornecida pela Norma Técnica do INCRA (IN57/2009), trata-se de “documento emitido pelo INCRA, que constitui prova de cadastro do imóvel rural (...). Os dados constantes no CCIR são exclusivamente cadastrais, não legitimando direito de domínio e posse, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 3º da Lei 5.868/72”.

normativos do INCRA correspondentes à regularização fundiária de territórios quilombolas irá definir que, *fundamentado em elementos objetivos*, as formas de ocupações tradicionais devam ser lidas por um conjunto de categorias e práticas locais relacionadas aos padrões de usos da terra e ocupação que têm como enfoque as dimensões da terra que privilegiam a *lógica das atividades produtivas, da ocupação permanente, da preservação de recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural, e da imprescindibilidade da proteção dos recursos naturais*.

Tendo essa sobreposição lógica em vista, a problemática central proposta neste texto se articulará em torno da fabricação de dados espaciais neste processo, apreendidos a partir das *peças técnicas* que compõem os *Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação* (RTID). Trata-se de um conjunto de estudos desenvolvidos pela Fundação Instituto de Terras de São Paulo José Gomes da Silva (ITESP)<sup>52</sup>, com vistas à regularização fundiária de territórios quilombolas no Vale do Ribeira (SP).

Com uma de suas sedes localizada no centro administrativo do município de Eldorado Paulista, na mesma quadra do Paço Municipal, da sede do Movimento dos Ameaçados por Barragens, que por sua vez situa-se nas proximidades do Instituto Socioambiental; a Fundação Itesp, é o órgão fundiário do Governo do Estado de São Paulo que, junto ao INCRA, planeja e executa a série de procedimentos que compõe o processo administrativo para *identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos* (IN57/2009) - processos de que tratam o art.68 ADCT e o Decreto 4.887/2003, sob a regulamentação de portarias e normativas editadas pelo INCRA<sup>53</sup>.

Para situar este processo e as peças técnicas do qual fazem parte, e que ao longo deste capítulo irei explorar, descrevo brevemente as fases e os procedimentos demandados para titulação de um território quilombola. Em meio à descrição deste processo, apresento um diagrama no qual são discriminadas cada uma das peças técnicas, com os respectivos pareceres, relatórios, levantamentos, plantas, censos, dados e mapeamentos por elas mobilizados.

---

<sup>52</sup> A Fundação ITESP integra a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC) do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/> - 03/12/2013.

<sup>53</sup> O Decreto Federal 4.887/2003 é hoje o principal instrumento legal na regularização fundiária de um Remanescente de Quilombo. Por força desse decreto, instituiu-se ao INCRA (cujos trabalhos são hoje regulamentados pela Instrução Normativa 57/2009) a responsabilidade na condução e execução dos processos de titulação dos territórios quilombolas em esfera federal, cabendo aos Estados e Municípios, promover a regularização fundiária em suas esferas respectivas.

Inicialmente, a solicitação para abertura do processo de titulação de um território quilombola junto ao INCRA ocorre por meio de requerimento (oral ou escrito) encaminhado por uma Associação Quilombola legalmente constituída, suas entidades, ou qualquer outro interessado. A caracterização de um Remanescente de Quilombo ocorre mediante autodefinição, a qual será certificada pela Fundação Cultural Palmares, por meio da emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidade de Quilombo (Art. 3º IN 57/2009).

A segunda fase deste processo corresponde à *identificação e delimitação das terras ocupadas por Remanescente de Quilombo*, o qual se fará a partir de *indicações da própria comunidade*, bem como a partir dos *estudos técnicos e científicos, inclusive antropológicos*, que consistirão as *peças técnicas* que integram RTID. A abertura dos procedimentos para a elaboração do RTID efetua-se na constituição de um Grupo de Trabalho composto por uma equipe multidisciplinar de técnicos nomeados pela Superintendência Regional do INCRA que, a partir de reuniões previamente realizadas com a comunidade reivindicante para apresentação dos procedimentos adotados, dará início ao estudo de área visando a confecção das peças técnicas organizadas da seguinte forma:

		<b>Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID</b>	
		<b>Peça Técnica</b>	<b>Caracterização</b>
1	>	Relatório Antropológico	Caracterização da região; Dados demográficos; Contextualização histórica regional; Histórico de ocupação; Representação genealógica do grupo; Critérios de pertencimento; Categorias territoriais étnicas; Formas de ocupação, Práticas produtivas, Usos da terra, Unidades da paisagem
2	>	Levantamento Fundiário	Censo de ocupantes não quilombolas, com respectiva descrição de área; extensão; datas das ocupações; benfeitorias; identificação dos títulos de posse, quando existentes. Descrição das áreas pertencentes a quilombolas com título de propriedade.
3	>	Planta e Memorial Descritivo da Área Reivindicada	Plantas e memoriais descritivos do perímetro; Mapa de relevo / declividade; Mapa de solos; Mapa de capacidades de uso.
4	>	Cadastramento das Famílias	Cadastramento de famílias remanescentes de quilombo a partir de formulário específico do INCRA
5	>	Levantamento de Áreas Sobrepostas	Levantamento de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a Unidades de Conservação, Áreas de Segurança Nacional, Áreas de Faixa de Fronteira; Terras Indígenas; Terras da Marinha e outras terras públicas
6	>	Parecer Conclusivo	Parecer considerando os estudos e documentos apresentados

Figura 12 – Peças técnicas que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Estas equipes são compostas por engenheiros cartógrafos, técnicos ou engenheiros agrimensores, antropólogos, cientistas sociais, sociólogos, geógrafos, historiadores, agrônomos, engenheiros ambientais, dentre outros profissionais. A composição das equipes técnicas muda de acordo com o tipo de convênio firmado pelo INCRA. Na produção de um relatório antropológico, por exemplo, há ao menos três composições possíveis: 1) Equipe formada apenas por técnicos do INCRA (raramente acontece); 2) Equipe formada a partir de convênio com Universidades (pouco usual no momento); ou 3) Equipe contratada por

pregão (parece que vem se definindo como a opção preferencial do INCRA). Cada uma delas possui um tempo diferente de estada em campo.

Após sua finalização, os dados levantados pelo RTID e uma proposta de perímetro serão apresentados em reunião com o remanescente de quilombo interessado. Esta apresentação/proposta ocorrem diante um mapa. Em caso de recusa, o RTID terá de ser refeito. Em caso de aceite pelo grupo<sup>54</sup>, o RTID seguirá para análise do Comitê de Decisão Regional do INCRA, que por sua vez o encaminhará à Superintendência Regional, a qual caberá a publicação do RTID em Diário Oficial da União, Diário Oficial da Unidade Federativa. Por fim, a publicação será afixada na sede da Prefeitura em que o imóvel rural identificado e delimitado está localizado. Verificando-se a impossibilidade de reconhecimento, o processo administrativo será arquivado.

Concluídas as fases de elaboração do RTID, e concomitantemente à sua publicação, na terceira fase o RTID será remetido para avaliação e contestação de órgãos e entidades como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), dentre outros, cabendo a estes indicar concordância ou contestações, num prazo de 30 dias, a serem contados a partir do recebimento da cópia do RTID. A contestação gera um efeito suspensivo do processo junto ao INCRA por um prazo de 90 dias, no qual se reunirá provas a serem avaliadas e julgadas pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA em prazo de até 180 dias, a contar do *protocolo da contestação*. Ao julgamento caberá único recurso, em prazo de 30 dias, a contar da notificação.

A quarta fase consiste na *análise da situação fundiária das áreas pleiteadas*, etapa em que são verificadas as situações de incidência ou sobreposição a Unidades de Conservação, faixas de fronteiras, terras indígenas e áreas de segurança nacional. Caso constate-se a sobreposição, o processo poderá ser encaminhado pela Superintendência do INCRA à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) - caso verifique-se sobreposição em terras da marinha, ilhas e lagos - para órgãos estaduais responsáveis pela titulação – em casos de sobreposição em áreas de propriedade do Estado, Municípios e Distrito Federal; e em caso de incidência sobre *imóveis com título de domínio particular*, haverá a instauração de procedimentos necessários à desapropriação.

---

<sup>54</sup> É importante registrar que estes estudos podem ser contestados ou recusados pelo Remanescente de Comunidade de Quilombo interessado.

A quinta fase corresponde à *declaração dos limites da terra quilombola* por meio de publicação de Portaria pelo INCRA em Diário Oficial da União e da Unidade Federativa onde se situa *o imóvel rural*. Esta publicação deve ocorrer no prazo de 30 dias, a contar da conclusão da fase anterior.

A sexta fase refere-se ao processo de demarcação territorial, processo em que será observada a Norma Técnica para georreferenciamento de imóveis rurais<sup>55</sup>. Esta etapa corresponde à fase de *caracterização e georreferenciamento de imóveis rurais* por meio do *levantamento e materialização de seus limites* (NTGIR/INCRA – Portaria 69/2010) para fins de certificação junto ao INCRA. Os serviços de georreferenciamento são executados por uma equipe de técnicos credenciados pelo INCRA, com formação nas áreas de cartografia e agrimensura. Por fim, na sétima fase é expedido o título coletivo e pró-indiviso, outorgado em nome da associação.

As fases do processo administrativo de reconhecimento e regularização fundiária de um território quilombola, sua divisão em distintas etapas, implicam uma sequência de eventos, com seus respectivos prazos de tramitação e execução, organização e produção de conhecimento. Aqui o “tempo certo” depende da produção de documentos anteriores, das aprovações e contestações destes documentos, da composição da equipe técnica com as quais as populações quilombolas se deparam quando há “visitas a campo”. Sem a constituição da pessoa física quilombola, comprovada por papel, não se tem a fase seguinte. Não é a terra que se segura e se deixa escorrer pelos dedos para perceber se está boa para o plantio, é a capacidade de coletar assinaturas, carimbos, em instâncias específicas.

No mundo da gente dos papéis, as pessoas circulam na medida em que os papéis circulam. A visita de um antropólogo gerará uma peça técnica (o Relatório Antropológico) que inaugurará a etapa seguinte, com a visita do técnico agrimensor e o engenheiro cartográfico. Estas gerarão ainda outras peças técnicas, o *Memorial Descritivo* e o *Levantamento Topográfico*. Em outras palavras: a circulação de técnicos peritos e a mobilização de determinados saberes, gerarão documentos que inaugurarão mais uma fase, que por sua vez mobilizará outros técnicos.

## 2.2 Deslocamentos

---

<sup>55</sup> Norma Técnica provada pela Portaria nº 1.101, de 19 de novembro de 2003, do Presidente do INCRA e demais atos regulamentares expedidos pela Autarquia, em atendimento ao Art. 23 da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 (IN57/2009).

Quarta-feira, 26 Junho de 2012, praça central de Eldorado. Eram 11h20 da manhã quando o motorista da Van anunciou a partida. Jorlei <sup>56</sup> alertava-me que aquele seria o último horário no qual poderíamos sair a tempo de encontrarmos o ônibus escolar que levaria as crianças que estavam na escola da Barra do Batatal para suas casas em Pedro Cubas. Com sorte, conseguimos encontrar lugares ainda vagos naquele que parecia ser mais um dia de intenso movimento da população residente na área rural que cotidianamente se desloca para a área central do município <sup>57</sup>.

Seguimos com aquele grupo, Rio Ribeira acima, por sua margem esquerda, pela estrada que em meu mapa estava classificada como SP-165, Rodovia Estadual Eldorado/Iporanga. À medida em que nos distanciávamos de Eldorado notei que a estrada torna-se mais sinuosa e a temperatura mais amena. Olho pela janela e percebo que aquela estrada segue os contornos do Rio Ribeira, que por sua vez, nem sempre é visível devido à densidade da vegetação que encobre a suas margens e a estrada. Ao longo do trajeto, observo que as pessoas que estavam conosco naquela Van desembarcavam em lugares onde só o que parecia haver era a densa vegetação e o asfalto que a entrecortava. Apenas depois de muitas idas e vindas, ao longo de minha experiência de deslocamento e envolvimento com as pessoas e as histórias que me contavam, pude identificar na paisagem alguns traços de suas particularidades, informações visuais locais que auxiliavam em minha localização. As curvas, as pontes, os paredões cobertos de musgo, as falhas na vegetação, as pequenas ilhas que emergiam no Rio Ribeira de Iguape, quando suas águas baixavam, adquiriam, ao longo do tempo, expressiva singularidade. Nesse sentido, o tempo do trajeto percorrido pela Van também passou a consistir num importante marcador.

Seguimos pela estrada principal. Mais à frente, depois de diversas paradas, desembarcamos em local com paisagem semelhante <sup>58</sup>. De acordo com o mapa, estávamos na altura do Km 96. Esta informação, no entanto, da nada me serviria caso estivesse sozinha. Acompanho Jorlei e as pessoas que conosco desembarcaram. Por uma trilha adentramos a vegetação e logo que nos afastamos do asfalto consigo avistar as águas barrentas do Ribeira e a balsa que nos levaria ao outro lado de sua margem. Nossos passos desaceleram no mesmo

---

<sup>56</sup> Jorlei é uma jovem liderança de Pedro Cubas, o conheci em minha primeira visita a Eldorado, no dia anterior a uma reunião sobre o “Plano Mata Atlântica” (promovida pelo ISA) da qual eu participaria. Jorlei trabalha na sede do Circuito Quilombola, no centro de Eldorado. É também um dos monitores do Circuito.

<sup>57</sup> A cidade de Eldorado Paulista possui 14.641 habitantes, sendo 7.205 residentes em área urbana (49,2%) e 7.436 em área rural (50,8%) (IBGE, censo 2010).

<sup>58</sup> Depois de algum tempo consegui notar que havia duas estruturas de madeira que eram utilizadas como sinalização para os ônibus locais.

ritmo em que a balsa desliza pelo cabo de aço - movimento produzido pela correnteza do rio. Enquanto caminhamos, ouço comentários sobre a *Ribeira*, sobre a preocupação com os galhos e troncos de árvores trazidos pela água, elementos que indicavam ter chovido muito *em sua cabeceira*, o que poderia colocar-nos na iminência de mais uma grande cheia.

Sob a balsa que nos conduz à margem direita do Ribeira, avisto uma igreja pintada nas cores azul e branca e uma cruz de madeira. Ambas, Igreja e cruzeiro estão cercados por casas, uma escola e uma campo de futebol. Jorlei me explica que estávamos na Barra Batatal, ou apenas Batatal, como o chamam os moradores locais<sup>59</sup>. Há poucos metros das margens do Ribeira, atrás da Igreja, vejo um antigo cemitério com muros muito baixos.

Ao lado do cemitério da Barra, tem início a estrada de terra – com uma distância de cerca de 10 km, segundo o mapa e os relatórios de identificação; ou 2h de caminhada, de acordo com alguns interlocutores - que nos levaria à Vila de Santa Catarina, *núcleo urbano da comunidade de Pedro Cubas* (ITESP, 2003, p.14). Em um ônibus antigo partimos por aquela estrada bastante sinuosa. O ônibus tremia inteiro com os buracos da estrada e isso deixava as crianças eufóricas. Ao longo do caminho, parávamos para pegar as pessoas que encontrávamos na estrada. Mesmo que a carona durasse até a próxima curva, diante de uma casa ou uma trilha na qual as pessoas desapareciam em meio à vegetação.

Ao longo do caminho, a vegetação ganhava uma nítida variação, tornando-se aparentemente menos frondosa e mais arbustiva. Pela janela do ônibus Jorlei chama a minha atenção para algumas palmeiras de palmito Jussara que surgiam sobre os morros. Fazendo-me notar que poucas haviam restado. Mais tarde, em uma conversa que pude acompanhar entre três senhores de Pedro Cubas, em que evocavam o tempo da extração predatória do palmito e os problemas que a presença de palmiteiros havia desencadeado nesta região, ocasionando miséria àqueles que se dedicaram a tal atividade. Entendi que as palmeiras que Jorlei apontava eram as marcas na paisagem de um tempo de conflitos, que os alertavam sobre a circulação por determinados espaços da mata, de forma a evitar encontros não desejados e possíveis atos de violência nestes ambientes.

Seguimos pela estrada de terra com destino à Vila de Santa Catarina, passando por morros, rios, pessoas, trilhas e muitas caminhonetes (sempre do modelo L200, na cor branca, com um símbolo na porta - do ITESP e do ISA), enquanto Jorlei guia minha atenção para os detalhes que despontam no caminho. Mais à frente passamos as primeiras casas, com seus cercados de madeira e árvores frutíferas, em seguida, dois galpões (um de taipa e outro de

---

<sup>59</sup>Jorlei me explicou que muitos dos moradores do Batatal *são parentes* dos moradores de Pedro Cubas, sendo comum o fato de os moradores de Pedro Cubas possuírem casas nestes dois bairros.



concreto), um posto de saúde, uma escolinha, um campo de futebol e novamente, uma pequena Igreja e um cruzeiro sobre um monte. Diante destas construções, o ônibus desacelera. A paisagem parecia indicar termos chegado ao nosso destino.

Ao longo dessa experiência de deslocamento, na passagem de um caminho ao outro, na travessia de um curso de rio ao outro, nos sons e cheiros que os perpassam, no ir e vir de seus habitantes, que aparecem e desaparecem nas trilhas e nas histórias Jorlei, o que vejo à frente de minha janela, e em toda parte, é o mundo em movimento, um lugar a lugar, continua e progressivamente revelado.

Trago a reconstrução parcial de meu itinerário de chegada a Pedro Cubas como reflexão para o argumento que neste capítulo pretendo delinear. Uma experiência de tempo e lugar experimentada durante meu trabalho de campo, que não apenas me ajudaram a refletir sobre as experiências espaciais dos habitantes de Pedro Cubas, como entender de que forma este movimento, que em Pedro Cubas entrelaça pessoas, almas e agentes estatais, faziam-se ausentes das peças técnicas que lhes garantiram direitos territoriais.

Trata-se de uma compreensão do deslocamento como movimento corporal no mundo, experiência sensitiva/emotiva e ato de conhecer, regulado por um acúmulo de trajetos percorridos e sensações anteriores, que são constante e perceptivamente ajustados. A fim de estabelecer o contraste, apresento a seguir os deslocamentos do técnico agrimensor.

A partir de um ponto de observação inicial, o trajeto do agrimensor é descrito como o comprimento de uma linha traçada entre dezenas de pontos sucessivamente percorridos. Sua posição espacial, atual e futura, é identificada e prevista, entre um ponto e outro, pela intersecção de um conjunto de coordenadas espaciais. Esse conjunto de dados (direções, distância, confrontações e perímetros) conforma um sistema de conhecimento espacial que permite a outros técnicos, versados nesta linguagem, por meio dela, localizar geograficamente, a partir de qualquer ponto selecionado. Para melhor exposição da argumentação, transcrevo abaixo um trecho da peça “memorial descritivo” do RTID de Pedro Cubas.

Partindo-se do ponto 1 com coordenadas UTM 770.175,059m ESTE e 7.289.380,186m NORTE, segue-se confrontando com o 23º Perímetro de Eldorado Paulista, com azimute de 146° 17' 26” e distância de 138,620m, chega-se ao ponto 2; deste, segue-se confrontando com o mesmo, pelo Rio Penteado, à jusante, com distância de 3.880,230m, chega-se ao ponto 3; daí deflete à direita e segue-se confrontando com o 23º Perímetro de Eldorado Paulista, com distância de 2.155,070m, chega-se ao ponto 4; deste, segue-se confrontando com o 23º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo Rio Pedro Cubas, à jusante, com distância de 1.207,020m, chega-se ao ponto 5; deste, segue-se confrontando com o 23º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo Rio Pedro Cubas, à jusante, com distância de

2.191,980m, chega-se ao ponto 6; daí deflete à esquerda e segue-se atravessando o Rio Pedro Cubas, com azimute de  $41^{\circ} 05' 39''$  e distância de 14,750m, chega-se ao ponto 7; deste, segue-se confrontando com o 23º Perímetro de Eldorado Paulista, com azimute de  $40^{\circ} 40' 14''$  e distância de 215,910m, chega-se ao ponto 8; daí deflete à esquerda e segue-se confrontando com o mesmo, com azimute de  $357^{\circ} 41' 40''$  e distância de 159,730m, chega-se ao ponto 9; daí deflete à direita e segue-se confrontando com o mesmo, pelo espigão, com distância de 1.625,410m, chega-se ao ponto 14; deste, segue-se confrontando com o 22º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 1.772,400m, chega-se ao ponto 15; deste, segue-se confrontando com o 23º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 1.454,620m, chega-se ao ponto 16; daí deflete à direita e segue-se confrontando com o 10º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo Rio Pedro Cubas, à montante, com distância de 51,160m, chega-se ao ponto 17; daí deflete à esquerda e segue-se atravessando o Rio Pedro Cubas com azimute de  $217^{\circ} 39' 37''$  e distância de 8,61m, chega-se ao ponto 18; deste, segue-se confrontando com terras do 10º Perímetro de Eldorado Paulista, com azimute de  $217^{\circ} 39' 37''$  e distância de 1.184,080m, chega-se ao ponto 19; deste, segue-se confrontando com o 7º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 3.726,580m, chega-se ao ponto 20; deste, segue-se confrontando com o 7º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 2.203,010m, chega-se ao ponto 21; deste, segue-se confrontando com o 13º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 2.972,300m, chega-se ao ponto 13; daí deflete à direita e segue-se confrontando com o 10º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 778,310m, chega-se ao ponto 12-G, deste, segue-se confrontando com o mesmo, pelo espigão, com distância de 1.783,790m, chega-se ao ponto 12-F; deste, segue-se confrontando com o mesmo, com azimute  $162^{\circ} 31' 06''$  e distância de 21,920m, chega-se ao ponto 12-E; deste, segue-se confrontando com o mesmo, com azimute de  $145^{\circ} 36' 19''$  e distância de 37,891m, chega-se ao ponto 12-D; deste, segue-se confrontando com o mesmo, com azimute de  $196^{\circ} 10' 23''$  e distância de 31,931m, chega-se ao ponto 12-C; deste, segue-se confrontando com o mesmo, com azimute de  $204^{\circ} 48' 59''$  e distância de 47,290m, chega-se ao ponto 12-B; deste, segue-se confrontando com o mesmo, com azimute de  $206^{\circ} 21' 08''$  e distância de 6,161m, chega-se ao ponto 12-A; deste, segue-se confrontando com o mesmo, pelo espigão, com distância de 1.502,440m, chega-se ao ponto 12; deste, segue-se confrontando com o 13º Perímetro de Eldorado Paulista, com azimute de  $298^{\circ} 01' 25''$  e distância de 1.200,657m, chega-se ao ponto 10; daí deflete à direita e segue se confrontando com o 12º Perímetro de Eldorado Paulista, pelo espigão, com distância de 3.270,220m, chega-se ao ponto 27; deste, segue-se confrontando com o 12º Perímetro de Eldorado Paulista, com distância de 4.042,050m, chega-se ao ponto 1, início desta descrição.

Memorial descritivo da Gleba: Comunidade de Pedro Cubas (ITESP, 1998c).

Descrita como uma operação puramente técnica e cognitiva, a experiência espacial de deslocamento do agrimensor ao longo do trajeto por ele percorrido (entre 27 pontos) é organizada e codificada sob um conjunto de princípios científicos (com o auxílio de dispositivos tecnológicos), como modelo invariante.

O modelo espacial assinalado pelos memoriais descritivos reconstrói esse mover-se no mundo, não como um trajeto contínuo, mas, antes, como uma sequência de intervalos, projetados em quadros fixos e justapostos. A técnica de mensuração operada pelo agrimensor extrai do movimento apenas aquilo que é suscetível de repetir-se. Suprime-se o que é ininterrupto e imprevisível, ou seja, a própria mudança. O que se vê, “ao longo” desse

caminhar, é uma sequência de pontos de vista. Um começo (partindo-se do ponto 1) e um fim (chegando-se ao ponto 1).

### 2.3 Superfície

O bairro de Pedro Cubas, cujos moradores reivindicam direitos territoriais como *remanescente das comunidades de quilombos*, localiza-se em Eldorado Paulista, município que se estende pela subzona geomorfológica da Serra de Paranapiacaba, complexo pertencente à Serra do Mar, e dista cerca de 240 km da capital do Estado de São Paulo (ITESP, 1998c). Eldorado é compreendido pela porção paulista da região do Vale do Ribeira, uma extensa área situada no extremo sul do estado, entre os paralelos 47 e 49, limitando-se a oeste e noroeste com a Serra de Paranapiacaba, a leste com o Oceano Atlântico e a sul e sudoeste com o Estado do Paraná (PAES, 2009; ITESP, 1998c). A região recebe este nome em função da Bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape<sup>60</sup>, cuja área total é de 16.771 Km<sup>2</sup>. O Vale do Ribeira é geograficamente dividido em três sub-regiões ou sub-bacias - Baixada do Ribeira (onde Eldorado se situa), Sublitorânea e Alto Ribeira (ITESP, 1998; 2003).

O Rio Ribeira de Iguape é formado por um conjunto de nascentes localizadas na Serra das Almas (Cerro Azul – PR), suas águas penetram o território paulista pela depressão divisória de Agudos Grande e Caroca, no município de Apiaí, correndo ao longo da Serra do Mar, desaguando no município de Iguape, após percorrer 520 Km (STUCCHI, 2000, p.59 apud PAES, 2007, p.15).

As terras que os habitantes de Pedro Cubas identificam e reivindicam como *área de ocupação histórica*, é caracterizada nos relatórios antropológicos como uma localidade com 29 quilômetros de extensão, com 3 ilhas, 12 afluentes na margem direita e 8 na esquerda (COMISSÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; 1914 apud ITESP, 1998c, p.12). Sob este complexo e diversificado conjunto de formações vegetais, originalmente contínuo, de grandes dimensões e centenas de quilômetros de extensão e entre os vários afluentes do Rio Ribeira que entrecortam o seu território, está o Rio Pedro Cubas, rio cuja cabeceira formara-se o primeiro agrupamento que daria origem ao *Bairro Rural de Pedro Cubas*.

---

<sup>60</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale\\_do\\_Ribeira\\_-\\_03/01/2013](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_do_Ribeira_-_03/01/2013).

Apresentada em suas dimensões geográficas e demográficas, Pedro Cubas é situada nas peças técnicas como em área rural, distante 34 km do centro urbano de Eldorado, entre os perímetros 10°, 11°, 19° e 23° do município, nas latitudes 24°31'12" sul e longitudes 48°06'29" oeste. Embora esteja situado ao sul do trópico de capricórnio, *seu clima é tropical, quente e úmido, com temperaturas médias anuais entre 18 e 22° centígrados*. Sendo a estação de inverno um período *relativamente frio, ocorrendo de zero a 10 geadas por ano* (ITESP, 1998c, p.7; 2003, p.5).

O início da estrada que conduz à comunidade está na altura do km 96 da estrada que liga as cidades de Eldorado e Iporanga (SP-165). A partir das margens do Ribeira percorre-se entre 10 km a 12 km por estrada não pavimentada até a Vila de Santa Catarina, núcleo urbano de Pedro Cubas, área situada nas proximidades da foz do rio Ivaporunduvinha (ITESP, 2003, p.14). Distribuídos entre dois núcleos - Pedro Cubas <sup>61</sup> (3.806,25 ha), área localizada na parte baixa do Rio Pedro Cubas, próximo à Vila de Santa Catarina, e Pedro Cubas de Cima (6.875,22 ha), área próxima à cabeceira do rio que dá nome ao bairro.

Ao longo destas breves descrições presentes no relatório antropológico de Pedro Cubas, uma sequência simultânea de construções visuais de distintas dimensões geográficas nos conduz sobre uma superfície decomponível em infinitas proporções, distâncias, intervalos, comprimentos, ângulo, áreas. Imagens panorâmicas de localizações específicas são instantaneamente reveladas, permitindo a qualquer observador fixo percorrê-las, sem que nunca tenha tido qualquer experiência prática com o ambiente descrito. Ao observador torna-se possível estar em todos os lugares simultaneamente.

Como um eco da perspectiva cartográfica, a abordagem antropológica presente nos Relatórios Técnico-Científicos aproxima-se de uma concepção cartesiana ao optar por compor a imagem de um território como extensão espacial, de maneira tão precisa quanto possível, em planos fixos e sobrepostos. Como em um mapa, com escala e coordenadas geográficas, o território vai se configurando, mediante consistências, logicidades e presumida competência. Quão mais contíguas, precisas e abrangentes se apresentam, mais ultrapassam (transcendem) a percepção sobre o mundo ao qual buscam representar (INGOLD, 2000).

Aqui, de forma distinta e por um processo de produção que lhe é própria, a forma de vida é promulgada por um *gesto inscrito* sobre uma estrutura totalizante onde qualquer rastro ou vestígio de movimento que lhe deu origem é subtraído e ocultado (INGOLD, 2000, p.230-231). De acordo com Ingold, o mundo como é representado no mapa “parece deserto,

---

<sup>61</sup> Segundo o processo explicado no primeiro capítulo, Pedro Cubas foi titulada em 16 de abril de 2007 - código do IBGE 3514809.

desprovido de vida”, é “como um palco teatral a partir do qual todos os atores desaparecem misteriosamente”. Ninguém está lá, nada está acontecendo (INGOLD, 2000, p.234). Em sua busca pela precisão, ideia à qual Jorge Luís Borges se remete em seu conto <sup>62</sup>, reside uma das grandes “ilusões da cartografia”.

Na argumentação apresentada no primeiro capítulo, busquei demonstrar que a singularidade das experiências espaciais dos habitantes de Pedro Cubas conforma-se enquanto caminham, e nos inundam de histórias, em meio às taperas, capuavas, encruzilhadas, refazendo os caminhos trilhados por seus antepassados. Caminhos que se misturam (parte água, parte terra), habitados por diferentes seres, almas, espíritos, gente da água, gente da terra, gente do papel, numa profusão de texturas, contornos, tonalidades, sonoridades, velocidades. Processos de conhecimentos de um mundo que se move, em “incomensuráveis ilhas de duração” (BRIGHTMAN, 2012). Percepção espacial estranha ao tempo abstrato, à fixidez e linearidade da razão cartográfica.

Nas peças técnicas, a experiência de deslocamento do viajante (técnicos agrimensores, antropólogos e cartógrafos) pelas trilhas de chão de terra batida e curvas tortuosas deixadas pelos habitantes de Pedro Cubas é substituída pelo espaço contínuo e homogêneo dos contornos precisos da geometria. O espaço irregular e descontínuo dos roçados dá lugar aos vértices, poligonais, triangulações, distâncias e quilometragens.

De acordo com a percepção espacial (histórica, geográfica e demográfica) emanada dos relatórios antropológicos – gênero de saber administrativo disciplinado pela exigência estatal da representação espacial e por procedimentos de comprovação documental - Pedro Cubas emerge sob a forma realista e representacional dos contornos e traçados euclidianos. “Realidade geográfica” que persistirá como registro visual reunido a uma base de dados “sob a rubrica das tecnologias de informação espacial” (FOX et al., 2008, p.73).

Perspectiva que se firma no movimento paradoxal de fortalecer e marginalizar populações cujas formas de conceber, perceber e vivenciar o território foram tradicionalmente desqualificadas pelo ordenamento espacial estatal. Ou seja, a construção de efetividade de direitos territoriais das chamadas “novas etnicidades” (VIVEIRO DE CASTRO, 2006) -

---

<sup>62</sup> “Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única Província ocupava uma cidade inteira, e o mapa do Império uma Província inteira. Com o tempo, estes mapas desmedidos não bastaram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia com ele ponto por ponto. Menos dedicadas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes decidiram que esse dilatado mapa era inútil e não sem impiedade entregaram-no às Inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas”. Em “Sobre o Rigor na Ciência” (BORGES, [1995] 2012, p. 225).

processo que se articula na intersecção de saberes, instituições, pesquisadores e operadores de direito – se produz por procedimentos que reificam epistemologicamente as formas estatais de produzir o espaço.

Entretanto, é importante insistir, não se trata aqui de empreender uma crítica a esta racionalidade que perpassa as peças técnicas. Mas de reafirmar que, sendo distintas, é na interpenetração entre estes modos de conhecer e tecer o mundo que o território de Pedro Cubas se torna reconhecível aos olhos do Estado. É no ato de mapear, construir diagramas de parentesco e definir padrões de pertencimentos, que direitos territoriais são garantidos. O território de Pedro Cubas como acontecimento está atrelado a esta maneira distinta de conhecer e tecer o mundo.

#### **2.4 O tempo como vestígio**

Sob a perspectiva do reconhecimento, um território quilombola se define por suas *reminiscências*, a partir dos vestígios da presença de um passado que perdura. Segundo o texto normativo, um território quilombola deve ser identificado, reconhecido e demarcado levando-se em conta as *reminiscências* de uma dinâmica territorial concluída. Em seu propósito de comprovar a antiguidade da ocupação destas populações sobre a terra <sup>63</sup>, levando-se em conta *o percurso histórico vivido pelas gerações anteriores (...)*, a normativa do INCRA fixa que o vínculo destes grupos aos seus antepassados seja indicado, dentre outros aspectos, mediante a identificação de traços diacríticos, como a existência, caso haja, de *sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos*, bem como do *levantamento das manifestações de caráter cosmológico, religioso, festivo (...), em sua relação com a terra utilizada, os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário* (IN57/2009).

Disto se segue a necessidade evidenciada na abordagem antropológica dos relatórios em identificar e reunir *elementos fáticos comprobatórios* dessa existência passada, cujo *percurso histórico* deve ser traçado. Um passado que se estende ao longo de linhas cumulativas, cujas distâncias podem ser medidas em gerações (INGOLD, 2000). Assim, sob o esforço de se

---

<sup>63</sup> A categoria “terra” é abordada aqui como uma noção não equivalente a território, mas no sentido exposto por Dominique Gallois (2004), como uma noção que diz respeito ao pleito territorial conduzido pelo Estado. Nesse sentido, a ideia de “território” aqui delineada, remeteria à construção de uma vivência específica entre determinados grupos e sua base territorial.

recuperar, pelos caminhos da ascendência, os rudimentos de um conjunto de práticas e saberes operantes no presente, o passado ao qual nos deparamos ao longo das peças técnicas emerge, frequentemente, sob a forma de vestígios: na localização das habitações em ruínas, na ênfase de relatos nas circunstâncias de existências das gerações anteriores, evocados com base no compartilhamento de substância e memória.

É importante notar a maneira como as fontes documentais são acionadas na estratégia textual dos relatórios de identificação, no privilégio que se dá a Livros de Terras e Registros de Batismo como recurso à busca por correspondência das relações postas em movimento nos relatos com o tempo linear, segmentar e esquemático dos documentos. Ao invés de trazê-los à vida, segundo sua dinâmica presente, a vida e as relações que se promulgam com a terra são aqui reivindicadas a partir de um passado distante. A terra como testemunha de um fato consumado.

O que os habitantes de Pedro Cubas oferecem como trilha para se pensar, requer o esforço cognitivo de acompanhamento daquilo que não se curva à acomodação (e imobilização) do tempo sob um plano de posições distintas e justapostas (BERGSON, 2006, p.11). Trata-se de um mundo em que passado e presente são mais bem concebidos como dimensões que se interpenetram e se recriam, no caminhar, nas experiências que dão forma à terra. Essa experiência ancestral é gerada e compartilhada no desempenho e duração das atividades cotidianas; na decisão quanto ao espaço físico, recursos materiais e pessoas mobilizadas no processo de construção de suas casas, aspecto considerado sob a dinâmica de suas relações familiares (MARCELIN, 1996), dos deslocamentos entre capuavas, matas e trilhas; dos conhecimentos estacionais, climáticos e biológicos envolvidos em seus modos de habitar.

Como explicar, sem deslocar-se da temporalidade posta pelos documentos estatais, que estas populações componham seus caminhos com as almas, com os seres que habitam o mundo subaquático e os agentes do INCRA? Se em determinadas noites do ano, sob o ritmo das batidas de suas matracas, posicionam-se diante do cemitério para seus mortos acordar - *acordai irmãos das almas, acordai se estão dormindo* - e junto a estes caminhar; na duração da madrugada, ao longo dos rios e encruzilhadas, da aproximação dos terreiros das casas e das taperas.

Enquanto caminho com os moradores de Pedro Cubas, sou envolvida pelas nuances de sombra e luz das estradas, pelo cheiro da terra molhada, da textura da lama e narrativas dos seres encantados que habitam as profundezas dos rios e dos espíritos que dão rasteiras no

caminhante descuidado. Nesse caminhar, povoado por seres humanos e não humanos, vivos e não vivos, tempo e espaço convergem, histórias intercalam-se aos silêncios, o movimento intercala-se às paradas, no tempo marcado pela matraca, no ritmo dos passos sob a chuva.

O processo de reconhecimento acrescenta outras temporalidades. A presença de técnicos do Instituto de Terras e pesquisadores engendra uma nova dinâmica. Ao enunciar o parâmetro espacial da ancestralidade – *território ancianamente ocupado* (ITESP, 1998c) - o texto normativo aponta para uma linearização do tempo, um englobamento do presente pelo passado.

#### **2.4.1 Território Ancianamente Ocupado**

Elaborados em conjunto, em padrão técnico e escrita realista, os primeiros relatórios antropológicos produzidos neste contexto de reconhecimento e efetivação de direitos territoriais no Vale do Ribeira consistiram, para determinados grupos e ambientes, nos primeiros estudos de base etnográfica. Nesse modelo de estudo, marcado por uma singular combinação de fontes (e documentação comprobatória) – que inclui desde narrativas locais, relatos de cronistas e exploradores científicos, cartografias, dados arqueológicos, notificações de subdelegacias, censos, livros de terras, registros de batismos, registros da entrada de populações africanas em portos <sup>64</sup> e trabalhos acadêmicos, dentre outros –, evidencia-se os esforços em torno da comprovação da *ancestralidade da ocupação* ou a *ocupação continuada* de agrupamentos numa determinada área geográfica. Nesta relação histórica situar-se-ia o eixo de conexão entre grupo e território, processo no qual se funda o direito a terra, de acordo com os termos jurídicos.

Neste sentido, conhecer as diferentes rotas de povoamento inicial e estratégias de ocupação <sup>65</sup> estabelecidas sobre os territórios reivindicados (ou parcela deles) nesta região compreendida pelo Vale do Ribeira, é condição necessária à abordagem da territorialidade das populações de remanescentes de quilombo e os processos históricos a elas associados.

---

<sup>64</sup> Essa documentação é apenas citada nas peças técnicas, via trabalhos acadêmicos, a fim de se determinar a origem das populações negras aportadas.

<sup>65</sup> Na seção *Histórico de Ocupação da Região do Vale do Ribeira* que compõem os relatórios de Ivaporunduva (ITESP, 1998a), Maria Rosa (ITESP, 1998b), Pedro Cubas (ITESP, 1998c), Pilões (ITESP, 1998d) e São Pedro (ITESP, 1998e), a caracterização é exatamente a mesma, pois resultam do Relatório Antropológico “Os bairros rurais negros do Vale do Ribeira” elaborado pela técnica perita em antropologia do MPF Deborah Stucchi, no ano de 1996. Como este relatório subsidiou os Relatórios Técnicos- Científicos elaborados pelo ITESP em 1998, as seções “caracterização geográfica” da região permaneceram inalteradas.



Há, entretanto, algumas questões importantes a serem pontuadas nessa discussão. Questões que ganham relevância à medida que nos propomos a adentrar a lógica da territorialidade quilombola, fora dos quadros da Etnicidade, do Estado-Nação e da posse de terra (GALLOIS, 2004). Refiro-me à perspectiva que tem o espaço como suporte para se pensar os processos de habitar e produzir paisagens, envolvidos nas experiências de reconhecimento de direitos e gestão de territórios quilombolas. A primeira questão refere-se às relações e ao pensamento das populações remanescentes de quilombos acerca do ambiente e da paisagem, tal como são apresentadas e exploradas pela abordagem antropológica e cartográfica desenvolvida nas peças técnicas.

A perspectiva historicista da ocupação do espaço emerge nas peças técnicas referentes a Pedro Cubas por meio do levantamento de traços diacríticos recuperados em documentações, dados arqueológicos e na memória do grupo, com vistas à reconstrução histórica do processo de entrada, ocupação e estratégias adaptativas desenvolvidas por seus antepassados. Com base nestes dados seria possível determinar a localização histórica e a extensão do território ocupado. Elementos necessários à formulação de uma proposta de perímetro. A abordagem desse processo se realiza no relatório pela fixação de um ponto de origem a partir do qual uma sucessão de eventos circunscritos no espaço é ajustada, em termos cronológicos, ao longo de linhas genealógicas.

Demonstram-nos os relatórios antropológicos a antiguidade da ocupação humana nesta região, cujos *vestígios* remontam ao período pré-colombiano (ITESP, 1998c, p.7) podendo estes ser verificados pelos inúmeros Sambaquis que se estendem pela faixa litorânea de Cananéia e Ilha Comprida, a *toponímia regional*<sup>66</sup>, e as técnicas de pesca e agricultura itinerantes; *legado cultural e tecnológico* de que as populações negras que hoje vivem nestes ambientes tomaram vários traços (ITESP, 1998c, p.8). Se para alguns agrupamentos este ambiente primevo constituíra-se em um habitat permanente, como para os indígenas das etnias Guaianás e Carijós que ao longo de seus litorais e margens do Rio Ribeira viveram, para outros, a região foi apenas uma *zona de passagem*, ambiente ao qual se dirigiam em busca de provimentos para o período de inverno (PETRONE, 1960, p.73 apud ITESP, 1998c, p.15).

Com a chegada dos primeiros europeus, a paisagem da região ganha novas dinâmicas. O ambiente provedor recebe uma nova adjetivação, mais adequada ao desenrolar de uma história de ocupação marcada por perseguições e dizimações. Trata-se dos deslocamentos impostos

---

<sup>66</sup> Os relatórios citam exemplos como o antigo nome de Xiririca (em tupi, lugar onde as águas do rio correm mais céleres) e a Serra dos Quilombos, dentre outros.

pelas frentes de colonização. Neste novo contexto, as descrições incorporam a dimensão da paisagem como refúgio. Neste cenário, a imagem do indígena perseguido pelo bandeirantismo no século XVI dá lugar à imagem do negro resistente a sua escravização nas fazendas e no garimpo, ou a sua incorporação às milícias da Guerra do Paraguai (Século XIX).

Embora na estratégia argumentativa inicial adotada pelo relatório, a indicação de que o conhecimento dos diversos processos que conformaram as *comunidades negras* do Vale do Ribeira devesse ser considerado por ângulo diverso daquele classicamente estabelecido pelo Conselho Ultramarino<sup>67</sup> - cuja definição remetia a três suposições: a do isolamento geográfico (áreas despovoadas), da produção para subsistência (pilão) e da fixação sobre determinado território (ranchos) (ITESP, 1998c, p.4) - noções como *zona de refúgio ideal, localização estratégica, áreas protegidas pelas inúmeras serras e rios de navegação perigosa*, são frequentemente exploradas pelos pesquisadores, como ênfase às práticas de resistência, condição para o estabelecimento das populações negras e indígenas nessa região.

Ocupadas como uma *área de continuidade geográfica* e segundo padrões similares de organização, os agrupamentos negros que se constituíram sob esta vasta região de Mata Atlântica esvaziada da ocupação branca (ITESP, 1998c, p.13) estabeleceram-se, em geral, em *territórios de difícil acesso*, entre vales e serras próximos a mananciais e grandes rios (ITESP, 1998c, p.4).

Nestes mesmos termos, a densa rede fluvial que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira emerge na escrita do relatório como *foco irradiador de ocupantes* por meio do qual esta região foi ocupada em diferentes contextos. Esta rede fluvial é enfatizada nas peças técnicas segundo dois aspectos principais. Num primeiro momento o Rio Ribeira é apontado como a rota pela qual bandeiras e outros expedicionários do século XVI aportados em Iguape e Cananéia adentraram o território trazendo consigo os primeiros contingentes de populações de origem africana escravizadas. Noutros, os afluentes do Ribeira são evocados como *teias de águas* ou o *caminho natural* a partir do qual esses *povoados negros* teriam se estabelecido na região, mantido intensa comunicação, rede de trocas e alianças matrimoniais (ITESP, 1998a, 1998b, 1998c, 1998d, 1998e, 2000a, 2000b, 2000c, 2002 e 2003)<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> O conselho Ultramarino de Portugal (1740) definia como quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenha ranchos levantados, nem se achem pilões nele” (ITESP, 1998c).

<sup>68</sup> Publicações referentes aos Relatórios Técnico-Científicos das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Ivaiporunduva (ITESP, 1998a), Maria Rosa (ITESP, 1998b), Pedro Cubas (ITESP, 1998c), Pilões (ITESP, 1998d), São Pedro (ITESP, 1998e), André Lopes (ITESP, 2000a), Nhunguara (ITESP, 2000b), Sapatu (ITESP, 2000c), Mandira (ITESP, 2002) e Pedro Cubas de Cima (ITESP, 2003).

Embora os relatos acionados como sustentação da tese do relatório indiquem que os moradores de Pedro Cubas não atribuam a formação do bairro apenas à fuga de trabalhadores escravizados nas fazendas da região, ou não apenas, mas a uma intensa circulação entre as localidades hoje reconhecidas como remanescentes de quilombos; os relatórios apontam para uma origem dos moradores de Pedro Cubas, enfatizando que em seus relatos há uma referência explícita à formação do bairro de Pedro Cubas, como *decorrência do ajuntamento de negros fugidos de fazendas da região* e um antepassado comum, *um negro chamado Gregório Marinho*.

Com base em documentação referente ao volume de produção e contingente de trabalhadores escravizados nas fazendas da região, os pesquisadores indicaram que a conexão apontada nos relatos dos habitantes de Pedro Cubas a respeito de seus antepassados, e sua suposta origem relacionada a uma importante fazenda de nome Caiacanga, fazenda de onde muito provavelmente Gregório Marinho, junto a outros, teria fugido, podem ser comprovadas pelos registros de Livros de Terras e Livros de Batismos, nos quais os pesquisadores identificam a presença de diferentes gerações da família Marinho, ora residindo em localidades posteriormente reconhecidas como Pedro Cubas, ora em Ivaporunduva<sup>69</sup>.

Na estratégia de escrita do relatório antropológico, o Vale do Ribeira é apresentado como dado geográfico indiferente à vida que o envolve. Disto se segue o fato de este tipo de descrição aparecer comumente na abertura da narrativa dos relatórios antropológicos, como pano de fundo e ponto de partida para as incursões analíticas que se seguem. Ao longo do texto, o território emerge como ente dado, substrato-histórico anterior e independente aos processos de vida de que resulta. Contexto para se pensar o ponto onde a história começou e a complexidade de relações que “sobre ele” se desenvolveram, cenário “sobre o qual” uma trajetória ancestral específica se produziu.

Abordagem distinta daquela cujo ponto de partida se dá segundo a compreensão de um conhecimento ambientalmente engajado, resultante de uma dinâmica histórica de práticas passadas e em mudança (ESCOBAR, 2005, p.143). Nesta acepção, pensar o modo de compreender e experienciar o mundo destes diferentes grupos, o jogo de relações por estes estabelecidas com o seu entorno não humano, implicaria uma reflexão etnograficamente orientada, de maneira a tornar visíveis ao nosso olhar como as pessoas criam e recriam

---

<sup>69</sup> Estes dados foram acionados para relacionar a formação dos primeiros núcleos de povoamento de Pedro Cubas a uma complexa rede de parentesco com outros bairros rurais do Vale do Ribeira, como aponta os estudos realizados na região (BIAGIONI e BERLANGA, 1999; CARVALHO, 2006 e ITESP, 1998; 2003). Estes estudos apontam para a formação de alianças matrimoniais entre famílias de Ivaporunduva e São Pedro e que mais tarde viriam a originar outros bairros negros rurais como Nhunguara, André Lopes e Pedro Cubas.

ativamente seus mundos, não como entidades que lhes são exteriores, mas como intrinsecamente ligados a elas.

Algo que também fica evidente na argumentação do relatório, em termos gerais, é o entendimento de que a formação histórica dos bairros negros do Vale do Ribeira processou-se em decorrência dos ciclos econômicos da região, atividades que devido às características ambientais da região – pouco aptas ao desenvolvimento de grandes lavouras -, teriam produzido como consequência o “abandono à própria sorte” de trabalhadores escravizados (ITESP, 1998c, p.13). Consideradas sob a lógica de suas práticas produtivas, as diferentes lógicas espaciais e processos de habitar o território dos moradores de Pedro Cubas, passam a ser expressas nas peças técnicas pela lógica de suas práticas econômicas sobre a terra.

## **2.5 Padrões de usos da terra**

As roças apontam para dimensões centrais à lógica local de experimentação do espaço que os habitantes de Pedro Cubas imprimem ao território. Modos de conhecer, perceber e vivenciar que não se reduzem às esferas de produção, consumo e comercialização apenas. Contudo, como veremos, o espaço compreendido pelas roças é também um dos principais elementos representados nas peças técnicas dos Relatórios de Identificação (RTID). Concebidos como uma esfera da “economia tradicional”, os diferentes espaços abrangidos pelas roças foram enfatizados nos mapeamentos como elementos fixos de uma unidade de paisagem homogênea. Nos mapas oficiais (sempre em escala 1:25.000), o território de Pedro Cubas emerge sob a perspectiva de seus usos e finalidades.

Considerando-se os objetos gráficos aqui representados, verifica-se, em primeiro lugar, que o modelo espacial proposto secciona e organiza a ocupação territorial em quatro áreas distintas segundo os critérios de intensidade e perenidade das atividades a elas relacionadas. Apresento abaixo a explicação para a legenda do Croqui de Uso Ocupação de Pedro Cubas.

- **ÁREAS DE MÚLTIPLO USO:** Referem-se às áreas classificadas segundo o uso intensivo e permanente do solo. Essa categoria engloba os seguintes espaços: áreas destinadas a habitações, com seus quintais, “hortas” e “pomares domésticos”; áreas de pastagens formadas, destinadas ao cultivo de culturas perenes e semiperenes (como a banana, abacaxi, citrus, maracujá e a batata, por exemplo); áreas de roças, dedicadas ao cultivo de feijão, milho, arroz, mandioca e culturas anuais e culturas cultivadas em hortas (couve, alface, alfavaca, temperos, ervas medicinais e outros); e áreas destinadas à criação de animais de pequeno porte (galinhas, porcos, patos, cabritos, perus) e de grande porte (equinus e muares) (Itesp, 1998c).

- **ÁREA DE AGRICULTURA DE COIVARA E EM REGENERAÇÃO:**  
Correspondem a áreas de vegetação natural, classificadas segundo os estágios de regeneração da mata - pioneiros, inicial e médio de regeneração; e áreas de extrativismo (lenha, madeiras para construção e ervas medicinais).
- **ÁREA DE PRESERVAÇÃO FLORESTAL:** Áreas destinadas às atividades de extrativismo.
- **PARQUE INTERVALES:** Foi incorporado à área de preservação permanente do território de Pedro Cubas, sendo apenas em parte destinado ao extrativismo.

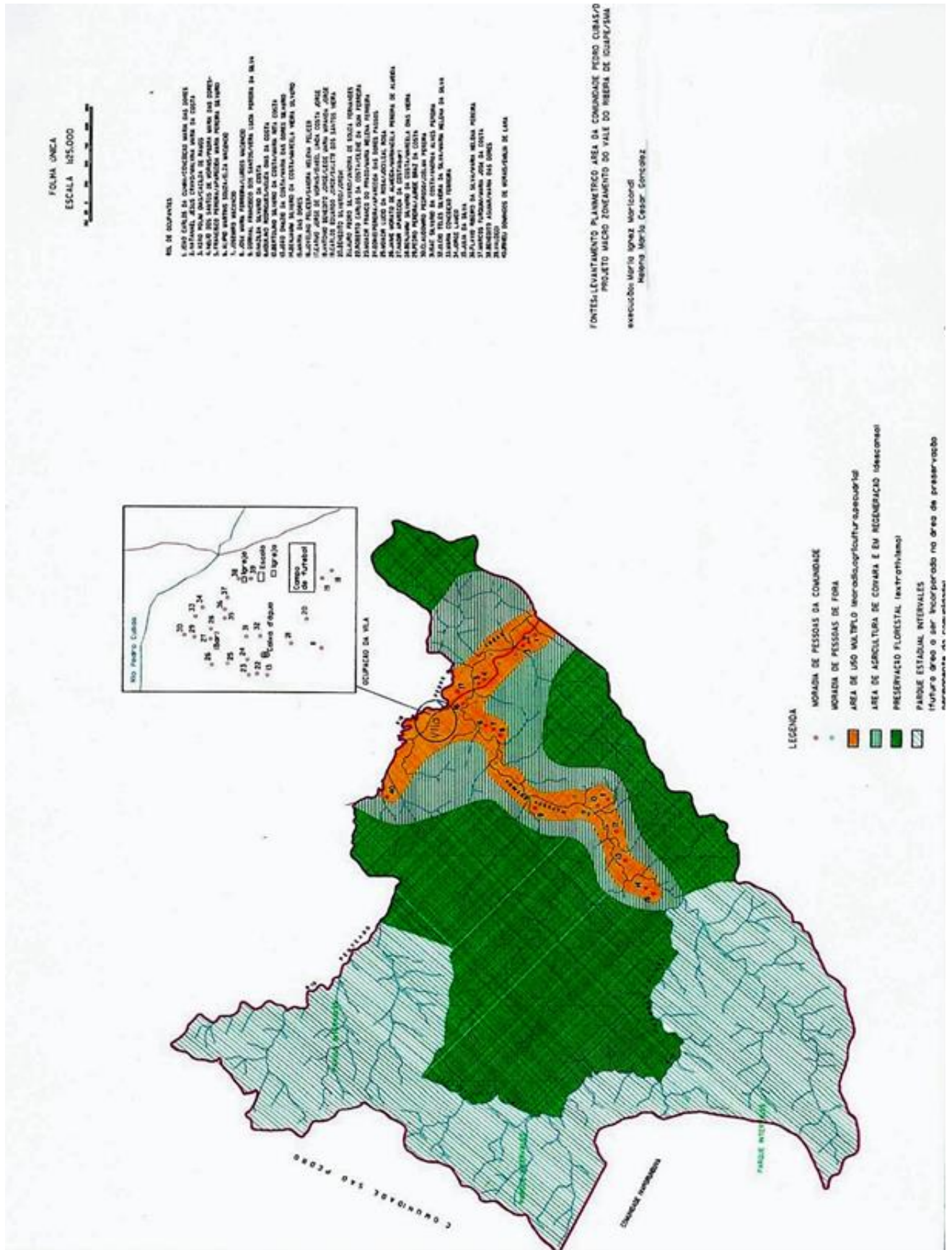


Figura 13 - Croqui: “Uso e Ocupação da Área da Comunidade de Pedro Cubas” (ITESP, 1998c).

Seguindo os dados aqui ordenados e condensados em termos gráficos, a primeira questão que desponta refere-se ao conjunto de elementos representados pelas áreas discriminadas no mapeamento estatal, a relação entre elas sugerida e por elas circunscritas. Como um conjunto de recursos naturais inertes e indiferenciados, o ambiente aqui descrito só adquire contornos sob a ação humana, cujas práticas cotidianas se produzem como inscrições culturais sob um pano de fundo natural.

A imagem evocada é a de uma dinâmica territorial que se realiza em círculos concêntricos. Assim, num gradiente máximo de ocupação, encontrar-se-iam as moradias ou habitações e seus respectivos quintais, como referência geográfica para o espaço ocupado pelas famílias e o convívio entre elas; as roças de coivara, como um domínio em que a presença e a atividade humana é menos perene e intensiva; em seguida, as áreas reservadas ao extrativismo; e por fim, o domínio das matas, em gradientes decrescentes em que as experiências humanas deixam de estar implicadas.

Se por um lado a abordagem antropológica, numa tentativa de aproximação das experiências espaciais dos moradores de Pedro Cubas, tende a tornar mais abrangente a noção de *práticas tradicionais de manejo* como um conjunto de habilidades e conhecimento locais, por outro, este envolvimento é identificado no interior desse processo como uma estratégia adaptativa, cuja finalidade última é a sobrevivência e reprodução do grupo.

Nesse tipo de abordagem, a lógica territorial dos grupos locais passa a ser expressa em termos de uma perspectiva preservacionista de adaptação aos ciclos da natureza e *condição de sua continuidade como grupo social* (ITESP, 1998c, p.24). Aqui, a percepção de um ambiente provedor ganha força, na medida em que apreende as experiências e concepções espaciais locais como estratégias de sobrevivência, num processo de tornarem-se camponeses (CARDOSO, 2013).

Na produção de dados espaciais compatíveis à linguagem do reconhecimento do direito a terra, o território é enunciado como um suporte físico autônomo, *imprescindível à reprodução física e cultural* de seus ocupantes. Para que essa relação possa ser comprovada, a narrativa que emerge das peças técnicas articula e sobrepõe uma série de informações que, embora tragam importantes contribuições – que não se limitam a acionar um conjunto de terminologias utilizadas no cotidiano do grupo para referirem-se ao seu entorno - de modo geral, é associada a uma racionalidade que é exterior à dinâmica de relações que a configura. Assim, ainda que dentre os elementos abarcados pelo olhar dos pesquisadores, aspectos das práticas de conhecimento locais sejam explicitadas – como a habilidade de seus moradores,

em distinguir um trecho de vegetação da Mata Atlântica, levando-se em conta o tamanho e cor de suas folhagens e as espécies que a circundam- estas experiências e percepções, são frequentemente lidas e apreendidas sob termos que se afastam das construções nativas, como as noções de eficácia produtiva e custo ambiental, por exemplo.

O modelo de organização espacial apresentado pelas peças técnicas fragmenta o território em áreas físicas fixas, unidades da paisagem, de acordo com as diferentes práticas produtivas e padrões de usos da terra. Nesse sentido, a identificação da espécie de cultivo, os recursos disponíveis ou o modo como estes elementos são manejados em uma determinada área são informações importantes, porém, não suficientes para determinarmos a maneira como estes ambientes são vivenciados e apropriados pelos grupos. Não se trata de determinar o tipo de atividade a eles relacionada, mas antes, explorar o que podem informar sobre as formas específicas de perceber, conceber e experienciar o mundo dessas populações.

Em escala espacial distinta da que é utilizada pelos mapas que compõem o RTID, cito, como exemplo, os caminhos que interconectam as casas, quintais, terreiros, roças e taperas percorridos e evocados pelos moradores de Pedro Cubas em suas narrativas/histórias. Caminhos nem sempre ganham contornos nos mapas e podem não ser visualizados por imagens de Satélites. No entanto, caminhos são vivenciados por seus habitantes. Não como espaços que conectam os sítios em que se situam suas casas, ou os conduzem de um roçado ao outro. Mas como domínio ao qual se adentra, experimenta e aprende. Caminhos conectam seus habitantes entre si, e os conectam aos seus antepassados. Caminhos que os moradores de Pedro Cubas aprenderam a performar, também junto a outros agentes, como forma de garantir direitos e potencializar suas lutas pelo território.

Seguindo estas trilhas, numa escala mais abrangente, a relação entre casa, terreiros e quintais como cristalização de um domínio de relações, em contínua redefinição - também não ganha existência nas peças técnicas. Segundo a taxonomia estatal, os terreiros tanto poderiam ser identificados como uma área de criação de pequenos animais, como um *pomar doméstico*, termos estranhos ao cotidiano de seus moradores. Do mesmo modo, quintais não seriam suficientemente bem definidos como espaços em que se cultivam ervas medicinais. Casas, quintais e terreiros conectam-se por meio da produção da domesticidade, mobilizam um intenso e constante esforço para sua manutenção, esforço também verificado nas relações que neles, e entre eles, se atualizam.

Outro elemento a ser destacado nos mapeamentos estatais é a dinâmica espacial pressuposta nas áreas tomadas como espaços destinados às moradias, entendidas como áreas



de uso perene e intensivo. Os croquis de *Uso e Ocupação da Área da Comunidade de Pedro Cubas* acentuam um ordenamento do espaço no qual se atribui ênfase à localização das moradias (e disposição espacial das famílias), como um modelo de ocupação centrado e sedentarizado na Vila de Santa Catarina. A delimitação das áreas destinadas às moradias ocupadas como espaço físico contínuo e permanente, e a identificação das casas (associadas a um sobrenome) como parâmetro para a espacialização dos núcleos familiares, são pouco condizentes com as lógicas de organização territorial colocadas em funcionamento à medida que os habitantes de Pedro Cubas se deslocam e estabelecem modos de apropriações específicas com sua base territorial. Movimento que conforma e confirma seus vínculos com a terra e com as pessoas.

É comum em Pedro Cubas que algumas famílias possuam mais de uma casa, geralmente nas proximidades de suas roças, onde passam parte da semana. O relatório antropológico traz informação semelhante, mas ela é pouco explorada pelo texto e desconsiderada pelos mapeamentos. Em um pequeno trecho é citado como prática comum entre os moradores de *posses mais retiradas que estes mantivessem casas na Vila, para onde se deslocavam em dias de festas, reuniões ou outros afazeres* (ITESP, 2003, p.14). Esta informação acrescenta elementos à dinâmica de convivência dos habitantes de Pedro Cubas. Talvez, se investigadas, pudessem oferecer uma compreensão das relações que conectam os habitantes de Pedro Cubas ao território, não como espaços funcionais associados a uma concepção econômica que define padrões de *usos da terra* e de seus *recursos naturais*. Unidades estáveis, mensuráveis em termos de distância, mapeáveis como superfície contínua, contígua e uniforme, com seus contornos bem definidos e cores contrastantes. Em vez disso, o território e o movimento dos que nele habitam, conformando domínios descontínuos articulados a diferentes modalidades de relações, com seus contornos (como as curvas sinuosas dos rios e dos caminhos), gradiente de cores e diversidade de métricas (como as durações).

Os mapas das peças técnicas acentuam os elementos visíveis de uma paisagem, como objetos estáveis. Nele a paisagem emerge como totalidade achatada, com igual ênfase aos rios, morros e trilhas. O mundo como é visto do alto. Entretanto, a questão que se delineia aqui não diz respeito apenas a um problema de escala, mas de perspectiva, cujo fundo é ontológico. Envolve a distinção imaginada entre homem e natureza, como entidades independentes e fragmentadas.

Nesse mesmo sentido, o foco sobre movimento conformado nas experiências que interpenetram e relacionam as casas, taperas e caminhos, acenam para a compreensão das

relações que se desenham no caminhar da Recomendação das Almas. Experiências que não se deixam encerrar numa temporalidade única ou numa representação fixa e precisa do espaço, sem que o movimento que lhe deu origem seja suprimido ou apagado.

São inúmeros os conjuntos de “linhas e pontos” “continuidades e fronteiras” (POSTIGO, 2010, p.142), que observamos os habitantes de Pedro Cubas tecer à medida que se movem, incessantemente. Estas linhas e pontos são desenhados, em diferentes escalas, nas conversas entre vizinhos ao entardecer, quando expressam suas preocupações com aqueles se preparam para adentrar a mata e retornar depois de alguns dias, ou quando os acompanhamos no entremear entre suas casas e as taperas, para caminhar junto às almas de seus antepassados. Diferente destas “linhas e pontos” desenhados no projeto cotidiano de habitação no mundo dos moradores Pedro Cubas, a delimitação do perímetro superpõe outras linhas e pontos ao território, como as linhas limítrofes e os vértices <sup>70</sup> utilizados ao georreferenciamento de um imóvel rural.

### 2.5.1 Nomeações

É comum encontrarmos nos relatórios antropológicos uma ênfase a nomes relacionados aos rios, córregos, localidades e toponímias. Assim, por exemplo, são citados nos relatórios nomes de localidades como *Areado, Areadinho, Penteado, Penteadinho Bromado* –, ou os nomes dos diversos afluentes do Rio Ribeira que entrecortam o território – como *Quebra Canela, Braço Grande, Areado, Laranja Azeda, Raposa, Forma de Colher, Quebra Canoa, Ribeirão Pinto* (ALMEIDA, 1955, p.12-13 apud ITESP, 1998c). Estas nomeações, segundo a lógica exposta no relatório, obedeceriam a múltiplos critérios, dentre estes, a referência comum a acidentes geográficos ou ao habitante fundador.

Argumenta-se que, embora estas nomeações não sejam consensuais do ponto de vista dos distintos agentes que as enunciam, elas podem, ainda, variar em função do tempo e do contexto em que são acionadas. Assim, os laudos demonstram que a determinação de uma localidade deve considerar a relação entre a localidade referida e a posição geográfica do referente (local de residência). De tal modo que uma localidade pode ser referida, ora por termos mais abrangentes, quando designada por moradores mais afastados, ora por termos

---

<sup>70</sup> De acordo com o Manual Técnico do INCRA, vértice é o “ponto onde a linha limítrofe do imóvel rural muda de direção ou onde existe intersecção desta linha com qualquer outra linha limítrofe de imóvel contíguo” (INCRA, 2013).

mais específicos, quando referida por moradores mais próximos. Decorrem destas formas de nomeação, que uma mesma localidade possa receber diversos nomes, simultaneamente e ao longo de tempo (ITESP, 1998c, p.27-29). Esta “instabilidade” dos termos pelos quais os lugares são identificados remete ainda a outra questão, que é o uso local de categorias classificatórias administrativas. Estas também irão compor o repertório cotidiano dos grupos, sendo mobilizadas em circunstâncias e relações específicas, frequentemente em contextos mais amplos e relações de menor proximidade.

No curso de explicar e distinguir a região que habitam e os caminhos que os levam até ela, diversos elementos que compõem esses ambientes foram tomados como referência. Elementos que talvez possam parecer neutros ou indiferentes para aqueles que não o experimentam no curso de suas vidas diárias. Nesta lógica de identificação e apropriação, é interessante observar uma frequente associação dos lugares a diferentes características da paisagem. Algumas destas associações encontram-se registradas nos livros de terras, um tipo de documentação amplamente mobilizada nos relatórios antropológicos. Nestes documentos, uma pluralidade de características da paisagem como cursos de rio, morros, vegetação ou estruturas como cercas foram acionadas como recursos para a identificação de limite e fronteira na constituição dos lugares.

Assim, registraram-se a propriedade de alguns sítios em áreas posteriormente reconhecidas como pertencentes aos territórios hoje compreendidos pelos Remanescentes de Quilombos de Pedro Cubas e Ivaporunduva. Nestes registros, já nas décadas quarenta e cinquenta do século XIX, declarava-se residir *Em uma capuava*, numa *Restinga de mattos virgens*, no *Córrego Comprido* ou na *Paragem denominada Penteadinho no rio de Pedro Cubas* (ITESP, 1998c, p.12-13). Como exemplo, cito abaixo a transcrição de um registro de terras, da família Furquim em local hoje pertencente ao Remanescente de Quilombo de São Pedro, cujo território localiza-se na fronteira com o perímetro demarcado de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.

Digo abaixo assinado que sou Senhor e possuidor de 1 sítio na passagem denominada: Boqueirão de São Pedro, distrito desta Vila de Xiririca [Eldorado]. “Da parte de rio acima faço divisa com meu cunhado João Dias em 1 pedaço grande; da parte do rio abaixo com Ignácio dos Santos em um pau de canela que tem. E por ser verdade mandei passar dois de igual teor e pedi ao Senhor João Pedro de Pontes que este fizesse e o assinasse, por não saber ler nem escrever. Xirica, 1º de junho de 1856. A rogo de Bernardo Furquim. João Pedro Pontes (Transcrição do Documento de Registro de Terras de Bernardo Furquim. Transcrito por Guilherme dos Santos Barboza. Arquivos MOAB/EAACONE, 2012).

Embora estabilizadas, os Livros de Terras traduzem uma certa lógica de produção de sentidos espaciais, no qual estão implicadas uma multiplicidade de formas de apropriação e identificação da paisagem. Envolve formas de ordenar o mundo nos quais suas experiências espaciais de deslocamento estão implicadas. Nesta forma de ordenar o mundo e produzir sentidos espaciais, lugares são adentrados, percorridos, visitados e frequentados. Sua constituição e manutenção apontam para certa intensidade de relação, estabelecida ao longo do tempo. Esta forma de ordenar o mundo e constituir ambientes específicos é distinta da forma como sugerem operar as peças técnicas.

### 2.5.2 Limites e Confrontações

Um dos procedimentos envolvidos no processo de georreferenciamento de um imóvel rural ou unidade territorial é a caracterização, identificação e descrição dos *limites e confrontações*, com a finalidade de se descobrir e apresentar perímetros internos e externos. Este trabalho de levantamento é orientado por dois documentos técnicos do INCRA: o *Manual de Limites e Confrontações* (o que medir), e o *Manual Técnico de Posicionamento* (como medir). Neste primeiro manual, são classificadas os tipos de limites: em *limites artificiais* (LA) e *limites naturais* (LN), conforme indicado na tabela a seguir:

Quadro 1 – Tipos de limites

Código	Tipos de Limites
LA1	Cerca
LA2	Muro
LA3	Estrada
LA4	Vala
LA5	Canal
LA6	Linha ideal
LA7	Limite artificial não tipificado
LN1	Corpo d'água ou curso d'água
LN2	Linha de cumeada
LN3	Grota
LN4	Crista de encosta
LN5	Pé de encosta
LN6	Limite natural não tipificado

Figura 14– Tabela de Limites. Fonte INCRA (2013).

De forma semelhante, o Levantamento Planimétrico, é um documento que descreve os elementos naturais (ou físicos) e artificiais (ou culturais), existentes num terreno, tais como: Recursos naturais (mancha de mato, arroios, açudes, corpos d'água, rios, lagos, etc); Benfeitorias limítrofes (cercas, muros, marcos, etc); Construções, equipamentos de infraestrutura urbana (rede elétrica, rede drenagem, sistema viário, etc). Estas informações permitem a representação gráfica e posicional do terreno (sem considerar o relevo) em função de um sistema de coordenadas (x,y). A partir da descrição desses elementos, suas rigorosas posições, o trabalho do agrimensor cartógrafo será medir a extensão precisa do terreno (medidas planas, ângulos e inclinação). Este estudo mais o levantamento altimétrico, fornecem a base de dados topográfica.

Utilizando como fonte os levantamentos de campo do ITESP e uma Carta de Cobertura Vegetal da Secretaria do Meio Ambiente (imagem de satélite olho verde), o Croqui Levantamento Planimétrico consiste no segundo documento cartográfico apresentado entre as peças técnicas que compõem o RTID de Pedro Cubas.



O que importa ressaltar aqui é, novamente, o ponto de vista implicado nesta operação que descreve a paisagem e a delimita espacialmente, em termos de ângulos e distâncias, identificando elementos como os cursos de rio, muros, cercas, etc, como referência para a segmentação da paisagem, mensuração da superfície e determinação do perímetro. Elementos experimentados e reconhecidos como referências espaciais na caracterização da paisagem, cujos sentidos são produzidos no curso das relações cotidianas dos habitantes locais.

## **2.6 O cálculo matrimonial e o cálculo fundiário**

É a *família nuclear camponesa* como *unidade primária de produção e consumo*, a relação de partida sob a qual se irá construir ou reconstituir, nas peças técnicas, o modo como se realizaram as diferentes formas de *ocupação* do território de Pedro Cubas. Sob estes termos, assentados em uma “ética camponesa” que tem o trabalho como elemento de legitimação do acesso à terra e às práticas familiares como princípio organizador da “vida social”, cujas características se expressam pela *horizontalidade das práticas interfamiliares*, ligadas entre si por laços de parentesco consanguíneo e compadrio, e sua relativa autonomia produtiva <sup>71</sup>, configura-se o que os pesquisadores definem por “territorialidade tradicional” (ITESP, 1998c: 15). À esta dinâmica, cuja preocupação central com a “reprodução de seus membros” absorve a vida dos moradores no exercício de suas práticas produtivas, são acrescidas situações de pressão fundiária que impõem-se como demandas não suficientemente acomodadas pelas alianças matrimoniais entre núcleos familiares internos (ITESP, 1998c, p.30).

Porém, não apenas o cálculo matrimonial favorecedor da aliança ‘para fora’ do círculo mais concreto das relações sociais estabelecidas se vincula à reprodução social do grupo doméstico e da comunidade como um todo. Também as alianças matrimoniais com ‘gente de perto’ exibem uma face de ‘cálculo fundiário’, constituindo-se em estratégias para manter o controle de recursos naturais/territoriais no seio de um mesmo grupo doméstico ao longo de sucessivas gerações (ITESP, 1998c, p.31).

---

<sup>71</sup> Essa autonomia seria conferida pelo emprego de mão de obra familiar e produção voltada ao consumo familiar – embora, de acordo com o relatório, a produção de excedentes como forma de aquisição de bens e utensílios não produzidos localmente fosse prática comum. É interessante notar como a proposição de uma “economia de subsistência” é mobilizada nos relatórios. O esforço em tomá-la como uma noção mais aberta, em que se procura afirmar a existência de fortes vínculos, e até mesmo certa interdependência (embora se estruturarem como “grupo social distinto”), em relação à economia e à “ordem social dominante” (ITESP, 1998c, p.15-16).

Na base desse modelo de família e de parentesco, encontram-se ao menos duas proposições marcantes a este tipo de abordagem empregada pelos laudos ou relatórios antropológicos, o primeiro diz respeito a uma concepção de família como eixo biológico a partir do qual os grupos se reproduzem (MARCELIN, 1996), o que nos remeteria, novamente, à delicada discussão em torno das noções de “natureza” e “cultura”; o segundo refere-se à transformação das relações familiares como “mera variável da estrutura socioeconômica”, a exemplo de boa parte dos estudos sustentados sob o paradigma estrutural-funcionalista, que se orientam no sentido de identificar a experiência familiar a partir de um ambiente em situação de escassez, numa lógica de adaptação e sobrevivência. Segundo Louis Marcelin (1996) esse conjunto de questões, que aqui vemos se desenhar nos relatórios antropológicos, se sustentam sob uma problemática teórico-metodológica produzida na economia de um discurso científico, e no silenciamento da literatura antropológica/sociológica, acerca das diversificadas experiências familiares e de parentesco entre negros na América Latina.

Tal movimento propõe uma reorientação das discussões acerca da construção da família, da domesticidade e do parentesco junto aos negros a partir do deslocamento/ruptura com os termos e modelos totalizantes que condicionaram ou obliteraram essa discussão. Esta crítica aponta para a importância de uma perspectiva etnográfica como ponto de partida analítico na apreensão das singularidades que a configuração de tais relações assume localmente. Experiências que passam a ser compreendidas a partir do modo como são postas em funcionamento no universo discursivo “nativo” (COMERFORD, 2003). Tal como são cotidianamente ativadas e continuamente redefinidas.

Nessa discussão, o abandono definitivo da separação entre os domínios doméstico e jurídico-político, e o jogo de oposição entre o biológico e o social, e um recorte etnográfico rigoroso procuram dar conta de uma diversidade de tramas e experiências - envolvendo pessoas, território, almas, seres encantados e papéis - cotidianamente tecidas, que emergem e atravessa a linguagem da consanguinidade, potencializando aquilo que, em campo, as pessoas se remetem e experienciam um universo de relações, nem sempre suficientemente bem apreendidas sob as categorias analíticas “família” e “parente”<sup>72</sup>.

Nos desdobramentos da confecção das peças técnicas, a lógica genealógica do parentesco emergiu como um lugar importante para circunscrever e comprovar a existência do território anciamente ocupado. Como o parentesco regula a relação das pessoas com a terra,

---

<sup>72</sup> A respeito do recorte etnográfico rigoroso que tem marcado os estudos sobre família e parentesco, menciono a importância dos trabalhos de Louis HERNES Marcelin (1996), Ana Cláudia Marques (2002) e John Cunha Comerford (2003).



permitindo o seu processo sucessório. Os diagramas e quadros genealógicos emergiram como estratégia retórica e textual das peças técnicas. A reconstrução genealógica das linhas de descendência permitiu aos pesquisadores apontarem para uma ocupação territorial estendida no tempo e no espaço.

## 2.7 Equivocações

Dia 29 de junho de 2013, Reserva Betary – Iporanga, Apiaí (SP). Uma reunião foi construída pelo Instituto Socioambiental (ISA) e representantes da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) com o objetivo encaminhar uma negociação entre os habitantes de Bombas, um Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira e a Fundação Florestal, órgão vinculado a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

A negociação envolvia a disputa por uma área importante para os habitantes e Bombas, e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira <sup>73</sup> - PETAR. De um lado, os próprios estudos e procedimentos de comprovação documental <sup>74</sup> demandado pelo Estado para o reconhecimento de um território quilombola, apontaram para a área denominada “Areias” como parte do território a ser pleiteado pela comunidade de Bombas. Levando-se em conta os parâmetros jurídicos que disciplinam este processo, tratava-se de uma área de ocupação histórica, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários à reprodução física e cultural de seus habitantes. De outro, levantamentos de campo realizados pela Secretaria do Meio Ambiente apontaram para a importância ambiental da área requerida pelo PETAR.

A disputa por esta área resultou na paralização do processo de regularização fundiária de Bombas no ano de 2005. Desde então, algumas propostas e tentativas de resolução desse conflito foram encaminhadas pelos órgãos estatais. A reunião a qual estive presente, tratava de uma proposta de redução do território de Bombas, em troca de seu reconhecimento e titulação. Uma discussão bastante delicada, a qual os órgãos estatais não foram chamados. A reunião organizada pelo do ISA e a EAACONE visava a formulação de uma contraproposta a ser construída pelos habitantes de Bombas.

A paralização do processo de regularização fundiária de Bombas contribuiu para o

---

<sup>73</sup> Criado em 1958, o PETAR foi o primeiro parque do Estado de São Paulo, no entanto, a presença de habitantes no território reivindicado por Bombas data das décadas de 1910 e 1920.

<sup>74</sup> O Relatório Antropológico foi elaborado pelo ITESP.

agravamento quadro de violência e expulsão das famílias de seu território. O território de Bombas está localizado em uma região isolada do Vale do Ribeira. O acesso à comunidade é possível apenas com algumas horas de caminhada por um terreno extremamente íngreme, possível de ser percorrido apenas a pé ou a cavalo. Não dispõem de infraestrutura básica como eletricidade e saneamento básico. Tampouco escolas ou rede de saúde próxima. O seu mais grave problema, no entanto, é à pressão fundiária e a violência praticada por fazendeiros da região. No ano de 2013, Sr. Toninho, uma de suas lideranças, ficou gravemente ferido depois de um ataque sofrido por um grupo de pessoas que voltavam para a comunidade por uma trilha que passa dentro da propriedade desses fazendeiros. Fatores que contribuíram para que o número de famílias se reduzisse drasticamente.

A grande questão colocada nesta negociação dizia respeito ao não entendimento entre os habitantes de Bombas e a Fundação Florestal quanto à região designada por Areias. Segundo os dados cartográficos da Fundação Florestal, Areias é uma extensa área no interior do território de Bombas (24,018 Km<sup>2</sup>), muito importante para o PETAR devido ao fato de possuir nascentes que abastecem todo o Parque, além de espécies animais e vegetais raras. Para os moradores de Bombas, Areias é uma pequena área que acreditam não estar entre os limites de seu território.

Quando os técnicos do ISA apontaram no mapa a região que a Fundação Florestal diz chamar Areias, os moradores de Bombas aproximaram-se do mapa e disseram que aquela área não era Areias, mas Córrego Grande. A área por eles conhecida por Areias era outra. Transcrevo abaixo um trecho da discussão em que os moradores são instados a formular os argumentos para o documento/proposta que se construiria:

Morador de Bombas: A comunidade não conhece Córrego Grande por Areia, a comunidade não concorda. Queremos o reconhecimento, mas colocaram outra coisa na frente.

Irmã Suely (EAACONE): Não tem casas nessa área. Qual a solução que vocês pretendem dar para essa situação? A água que vem para o Parque sai daquela área [Córrego Grande]. Por que essa área é importante para a comunidade? Qual o uso que a comunidade faz? Precisamos atualizar o argumento do RTC [Relatório Antropológico] para continuar os caminhos do processo de negociação.

Sr. Pedrinho [morador de Bombas]: Quais dos parceiros<sup>75</sup> são a favor que não se corte a área?

Morador de Bombas: Essa área é muito importante para trabalhar com turista. Área

---

<sup>75</sup> Os moradores de Bombas chamam “parceiros” o EAACONE, ITESP, ISA, dentre outras instituições, termo originado das próprias instituições estatais e ONGs que trabalham com os Quilombos. Não observei o uso desse termo fora do contexto das reuniões.

sagrada pra comunidade. Não pode fazer roça nessa área, tem que preservar. É histórico, ninguém da comunidade quer mexer. Uma parte dessa água desce para a comunidade, lá tem um caminho dos antigos, fonte de comunicação com Porto Velho [um Remanescente de Quilombo próximo].

Técnico do ISA: Mas por que é Sagrado?

Sr. Pedrinho: É patrimônio sagrado, tem vestígio dos antigos lá, há 150 anos meus avós moraram lá. Rufino morava lá. Será que só Parque pode preservar, a gente de cá não pode preservar?

Técnico do ISA: Mas vocês têm que ter mais argumentos para convencer a Fundação Florestal de que esta área é importante para vocês.

Sr Pedrinho: É tão bonito o mato que até a onça vem passear. Ouro, pra quem gosta de ouro, lá tem também. Têm caças que só vão pra lá, assustadas com o barulho das pessoas. O caminho para Cangume [Remanescente de Quilombo próximo] também é por ali. Fazenda do Furquim... . A fazenda do Furquim também é de antigos, mas está com rolo com empresas. Nós vamos preservar, ninguém vai mexer. Tem mexeriqueira, jabuticabeira, vestígio de roça. Pedro trabalha lá.

Técnico do ISA: No futuro, como pensam em usar?

Morador de Bombas: Espalhar família que for crescendo. Tem água limpa, cachoeira...

Técnico do ISA: Explorar turisticamente as cavernas, pesquisa, manter as passagens para outras comunidades, remédios.

Morador de Bombas: Lazer para nossos familiares. Família que está fora, chamar para voltar. Nossas famílias foram muito sofredoras, a gente quer que eles voltem. Bastante parente, a família nossa. Bastante família. É que com a situação difícil, eles foram embora.

Técnico do ISA: Dentro da Fundação Florestal há pessoas que querem dar apenas esse pedaço para a comunidade, outras não. É uma briga lá dentro também.

O desfecho dessa reunião resultou numa proposta do ISA para que a comunidade optasse por se tornar uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), uma categoria de Unidade de Conservação (UC) em que o proprietário, no caso a Associação, por vontade própria, se compromete a conservar a área e garantir sua proteção. Esta opção é bastante complicada, pois apresenta caráter perpétuo, irrevogável. Ou seja, uma vez que a comunidade tenha decidido por este encaminhamento, não poderia revogá-lo. Porém, nesta reunião, estes detalhes não foram esclarecidos aos moradores.

Outras reuniões se seguiram. Essa extensa área conhecida por Areias pelo Estado e por Córrego Grande por seus habitantes será incorporada ao PETAR. Quando perguntei a um dos “parceiros” envolvidos nas negociações, sobre o desfecho desse processo, ele explicou-me que aquela foi a solução encontrada, tendo em vista a urgência da retomada do processo de reconhecimento territorial da comunidade de Bombas. Nesta conversa, meu interlocutor cita

outros casos em que lugares importantes para as comunidades e que foram deixados de fora território demarcado. A seguir, apresento um trecho desse diálogo:

Foi uma decisão que a associação tomou, ou foi pressionada a tomar, na época do reconhecimento pra acelerar o processo. São negociações que se fazem. Contudo que a comunidade esteja ciente do que faz. É grave porque a comunidade está minguando por falta da titulação. E aí eles vão fazer o quê? Deixar a briga se arrastar por mais 10 anos? É a maior insegurança territorial, falta de estrada, comunidade brigando entre si, alcoolismo tomando conta... Lógico que o ideal seria eles terem o território inteiro, mas são negociações que se faz dentro do possível. Bombas abriu mão de Areias depois de uma mudança de direção da Fundação Florestal que endureceu a negociação. A titulação separada de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima traz vários problemas para eles hoje, mas será que valeria a pena ter esperado também? Pedro Cubas tinha disputa de terra violenta... Eu acho que o importante, nesses casos, é a comunidade estar bem informada pra enfrentar essas negociações.

Inventariando os lugares das comunidades a gente vê isso mesmo que não sejam só nesse campo do sagrado, como as toponímias, as histórias que todos conhecem mesmo que em versões diferentes e dão sentido àquele território. Geralmente essas demarcações são feitas em campo, tanto com o antropólogo quanto com os cartógrafos não sei. Sei de casos onde há conflitos...

Em Pilões, por exemplo, um morro usado na celebração de santa cruz ficou fora por ser área particular, portanto mais difícil de conseguir. Esse assunto surgiu em uma das reuniões em que eles colocaram o morro do cruzeiro como um dos lugares do inventário e muitas pessoas na reunião não sabiam, ficaram até surpresas que ele estava fora do território. Na cabeça deles, estava dentro. Aí as pessoas que estiveram envolvidas tanto politicamente, como de corpo presente, na demarcação, tiveram que explicar ali o que tinha acontecido. Mas eles continuam usando o morro. Fui numa celebração de santa cruz lá. Acho que talvez uma das coisas mais graves nessa história de Pilões seja algumas pessoas da comunidade não estarem cientes do seu território legalmente reconhecido. Não saberem que houve essa negociação. E isso pode ter se dado por uma série de motivos, pois é ali entre eles ficou aquele clima de sempre, associados reclamando, associação reclamando que associados não participam, o de sempre. Mas Pilões está titulada faz um tempão e continua usando o morro da mesma forma que usava antes (Técnico do Instituto Sócio Ambiental).

As duas histórias aqui apresentadas, os equívocos que marcam a negociação de uma área de ocupação histórica do território de Bombas (identificada com nome diferente daquele reconhecido por seus habitantes), bem como a descoberta por parte dos habitantes de Pilões de um morro que havia ficado de fora da área delimitada pelos órgãos fundiários; demonstram as dificuldades subjacentes às políticas de ordenamento territorial conduzidas pelo Estado em se estabelecer correspondências entre o modelo de ocupação reconhecido por este e as dimensões e dinâmica de relações que o grupo local estabelece com o território que habita. O exercício etnográfico de reconstituição desse encontro/confronto entre diferentes e tensionadas perspectivas sugere a importância em instalar discussões que problematizem os procedimentos de regularização fundiária para além dos termos e critérios de elegibilidade configurados em torno da disputa pelas categorias jurídicas que definem o direito a terra.

Os textos normativos apontam para essa multiplicidade de práticas espaciais locais, mas as inscrevem numa relação de ordem associada a concepções econômicas e cartesianas do espaço. Em um esforço de objetivar, materializar e estabilizar uma dinâmica territorial específica, as peças técnicas produzidas nesse processo definem relações e padrões de usos da terra; que por sua vez irão subsidiar o trabalho dos profissionais da agrimensura e da cartografia, que no exercício de suas técnicas irão estabelecer relações precisas entre os contornos bem definidos de uma projeção cartográfica e os objetos que ela representa. De modo que, observadas suas proporções, direções e distâncias, seja possível o cálculo de suas áreas e sua localização num sistema de coordenadas geográficas.

A partir deste cenário, e dados etnográficos aqui apresentados, busquei sugerir o início de uma conversa que precisa ser aprofundada. Meu objetivo neste capítulo foi refletir sobre os saberes técnicos que se interconectam científica e politicamente nestes contextos de efetivação de direitos e gestão territorial, sob o esforço de “tradução” ou aproximação entre modos de habitar e conhecer o mundo. Colocar o foco no exercício de suas técnicas de objetivação e mensuração do tempo e do espaço permitiu ampliar e introduzir questões que atravessam os processos de efetivação de direitos territoriais em escalas e dilemas distintos daqueles usualmente explorados pelos trabalhos acadêmicos. Como enfrentar a interessante questão sobre como duas razões se encontram e chamar a atenção para a multiplicidade de perspectivas sobre as paisagens e percepções sobre o tempo-espaço tensionadas nestes processos; ou discutir sobre o papel do discurso etnográfico nesse diálogo. A antropologia enquanto um ‘intersaber’, mas ainda sim uma tecnologia de Estado, plenamente apta a realizar essa passagem entre mundos.

Nesse sentido, através de uma pesquisa etnográfica, tais experiências de reconhecimento e gestão de territórios quilombolas apresentaram-se como um campo potente de investigação deste encontro entre populações (que são chamadas quilombolas a partir de uma razão estatal) e os órgãos do Estado. Encontro que reconstruo, através do exercício etnográfico, como um embate político-epistemológico. Embates que assumem nova importância com a atuação de ONGs junto os órgãos fundiários do Estado, que convidam os habitantes do Vale do Ribeira a confeccionarem seus próprios mapas.

### Capítulo 3 Etnomapeamentos e Novas Cartografias Sociais

A cartografia para nós é importante porque nós aparecemos. Somente depois que vocês começaram a fazer toda caminhada nos locais onde a comunidade está, é que começamos a aparecer lá fora, nós não aparecíamos lá fora. E nós ficamos felizes (Anália Gonçalves dos Santos/ Núcleo Barranco de Reserva Iguaçu. Fascículo Nova Cartografia Social - Comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão/ Paraná).

Projetados em diferentes escalas, dispostos sobre a mesa, afixados às paredes ou em suporte digital; mapas - como expressão de um modo de ordenar e compreender o mundo - são artefatos gráficos rotineiros para as lideranças das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira. O “mapa de base”<sup>76</sup> é, frequentemente, o priori discursivo de reuniões, seminários e encontros coordenados por órgãos fundiários, agências governamentais locais e ONGs, dentre uma diversidade de agentes públicos e privados com atuações políticas específicas nesta região. Introduzidos a partir da exigência estatal para abertura dos procedimentos administrativos de regularização fundiária dos territórios pleiteados por estas populações, mapas e cartas são permanentemente acionados neste contexto, ora como suporte à ação política, ora como prova e condição de veracidade.

A “cartografia científica” como tecnologia de registro e controle espacial foi um modelo amplamente adotado no exercício de delimitação do traçado do Estado entre as décadas de 1960-1980 (LÉVY, 2008). Tal modalidade de representação gráfica, e o monopólio estatal de sua produção, passaram por significativas transformações ao longo dos anos 1990, a partir da difusão e ampla adesão às novas Tecnologias de Informação Espacial (TIE) (FOX et al., 2008) – como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Sistema Global de Posicionamento (GPS) e softwares de análise de imagem de sensoriamento remoto.

A difusão destas tecnologias de informação espacial como subsídio a projetos de “mapeamento participativo” (MP) articula-se, nestes cenários, a uma agenda política internacional dos anos 1990, onde redes ambientalistas, agências governamentais, ONGs, organizações indígenas e quilombolas, organismos multilaterais, agências de cooperação internacional, fundações privadas e universidades, firmam acordos de cooperação técnica e desenvolvem ações com vistas à produção dos chamados etnomapas - também conhecidos como cartografias participativas, cartográficas sociais, contra-cartografias, cartografias comunitárias e etnocartografia, dentre outros. Tais iniciativas referem-se a esforços que

---

<sup>76</sup> É um tipo de mapa de orientação ou informações generalizadas. Normalmente é utilizado como uma camada básica em cima da qual outras informações podem ser adicionadas. É conhecido também como “mapa mãe”, “mapa geral”, “mapa mural” ou “croqui”.

intencionam deslocar o exercício cartográfico para além das instâncias hegemônicas de sua produção (e seus paradigmas), privilegiando processos participativos de confecção de mapas e mapeamento de paisagens que apontem para a diversidade de percepções espaciais operadas entre as populações locais, a partir de indicações de seus membros.

Nestas abordagens, o exercício cartográfico se realiza através da mobilização de lideranças e agentes locais que atuam como “facilitadores”, “agentes de mobilização” (ISA, 2012) ou “especialistas locais” (CARDOSO, 2013) em processos de mapeamento, oficinas e performances participativas (SLETTTO, 2009). Há em seguida uma espacialização dos dados obtidos, cujo objetivo é a composição uma base de dados, constantemente atualizada, como forma de planejamento controle das informações espaciais e compreensão das dinâmicas territoriais regionais.

Entretanto, se como Wood e Fels afirmam uma “antropologia da cartografia é um projeto urgente” (WOOD, 2012), como etno-grafar e interpelar antropologicamente esse vasto conjunto de dados, procedimentos técnicos e pressupostos teóricos implicados nesta tecnologia específica, cuja prática se produz em um complexo intercruzamento entre mundos, sujeitos e modos de conhecer distintos? Segundo David Turnbull (2007), as experiências de etnomapeamento põem em discussão a questão da intercomunicação entre uma multiplicidade regimes de conhecimento.



Figura 16 – Oficina de mapeamento participativo, Pedro Cubas. Fonte: ISA (2010).

Neste texto discuto a disseminação e diversificação de modalidades de mapas e experiências de mapeamento conduzidas como instrumentos de políticas públicas com vistas ao planejamento territorial, autodemarcação, regularização fundiária de territórios quilombolas e, recentemente, como ferramenta técnica de projetos de zoneamento ecológico e gestão de recursos naturais. Indago também como estas técnicas se efetuam nas atuais experiências de reconhecimento e gestão de Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira paulista e paranaense. Iniciativas e práticas de mapeamento nos quais as populações locais são envolvidas no processo de produção cartográfica. Neste cenário, como se mostrará mais adiante, movem-se outros atores, outros “mapeadores”<sup>77</sup>. Propostas que parecem apontar para uma nova forma na qual os mapas são produzidos e passam a circular.

Aqui, mapas são entendidos não apenas como “um produto técnico do conhecimento local e científico, mas também uma obra de arte, que incorpora, reflete e atua sobre o social bem como o material” (SLETTO, 2009, p.444). Mapas estão imbuídos de poder retórico, eles não apenas dizem algo sobre o real, como produzem efeitos sobre este “real” (ACSELRAD E COLI, 2008). A reflexão sobre as condições de sua projeção e recepção, portanto, serão aqui destacadas.

### **3.1 Virada Territorial, Virada Cartográfica**

Mapas como uma “linguagem de poder” (HARLEY, 1991), um “discurso político a serviço do Estado” (COLI, 2008), uma “construção sociocultural” (INGOLD, 2000) uma “ficção”, uma “abstração do mundo” (ACSELRAD E COLI, 2008: 13). Estes são alguns dos termos utilizados por uma vertente de pensamento que se desenvolveu no interior da disciplina cartográfica e que põe em questão a abordagem realista e representacional da cartografia, segundo a qual, “mapas” e “cartas”, como artefatos gráficos universais e representações precisas do espaço físico, se expressariam sob uma inquestionável forma objetiva e científica.

Este movimento crítico que se produziu a partir de, e paralelamente à disciplina cartográfica, provocou o deslocamento do debate quanto aos conceitos, técnicas e usos dos mapas para além do âmbito da cartografia, até então, um campo de conhecimento fechado e

---

<sup>77</sup> Refiro-me às populações locais (neste trabalho, os quilombolas), cientistas sociais, representantes de ONGs, setores da igreja, representantes de agências governamentais e de cooperação internacional, além dos agentes governamentais.



altamente especializado. A este deslocamento alguns autores designaram de “virada cartográfica”. No entanto, para outros autores, se houve uma virada cartográfica, esta só pôde ter sido suscitada como componente de uma “virada geográfica” (LÉVY, 2008, p.153). Segundo Jacques Lévy (2008), os mapas mudam porque as relações a partir das quais a cartografia é produzida estão em movimento, isto é, o próprio espaço e as concepções a ele associadas. Aqui, a perspectiva do esforço de especialistas versados na disciplina cartográfica na confecção dos mapas modernos – o recurso à mensuração e segmentação do espaço, a supervalorização de suas superfícies desenhadas segundo a métrica euclidiana (do espaço contínuo, contíguo e uniforme) – efetiva-se como expressão de concepções econômicas e políticas sobre o espaço físico.

Mapas possuem regras claras de construção, que resultam de um processo de orientação sistemática e especialização progressiva. Suas convenções, portanto, não são exatamente arbitrárias. Ao longo da história da disciplina<sup>78</sup> cartográfica ocidental, a especialização em direção à formalização geométrica e a precisão geodésica, bem como a supressão das dimensões míticas e imaginárias, presente nas primeiras cartas marítimas, por exemplo, referem-se menos a uma escolha que um esforço de “modelização cartográfica” (LÉVY, 2008, p.157).

Neste sentido, David Harvey (1992) irá argumentar a cerca das implicações e comprometimento do conhecimento espacial cartográfico com o contexto histórico-cultural e político particular em que foi produzido, como a introdução de escalas de latitude nos mapas pela cartografia náutica dos séculos XV e XVI, ou a preocupação em mensurar distâncias, como um parâmetro cuja valorização se dá a partir do período iluminista.

Ao levar esta leitura adiante, verificamos que a abordagem realista e positivista que emerge dos mapeamentos estatais<sup>79</sup>, documentos gráficos sobre os quais procurei descrever no segundo capítulo, seu recurso a contornos e formas geométricas simplificadas, convergem para a materialização dos limites e validação de fronteiras político-administrativas dos Estados. Aqui a valorização das distâncias, a aparência de exatidão e adoção da “cartografia científica” como único conhecimento válido (FOX et al., 2008, p.71), emergiram como

---

<sup>78</sup> A cartografia como disciplina acadêmica ou corpo de conhecimento organizado com aspirações científicas emerge no século XIX e XX (CRAMPTON E KRYGIER, 2008, p.95).

<sup>79</sup> A produção cartográfica presente define suas especificações técnicas no âmbito da “International Cartographic Association” (ICA). Na 10ª Assembleia-Geral da ICA, realizada em Barcelona, em 3 de Setembro de 1995, foi adotada a seguinte definição de mapa: “Um mapa é uma imagem com símbolos da realidade geográfica, representando determinadas entidades ou características, resultantes do esforço criativo do seu autor e é desenhado para ser utilizado quando as relações espaciais são de primordial relevância” Referia-se à cartografia como a disciplina que lida com a concepção, produção, disseminação e estudo dos mapas (ICA, 1995). No Brasil, também são observadas as Normas Técnicas da Cartografia Nacional (Decreto nº89.817/1984).

orientações à produção de uma “representação espacial” oficial, consoante ao projeto estatal de ordenamento territorial. O que nos remete à intrincada relação entre Estado e Cartografia, bem como ao caráter eminentemente político do ato de mapear e confeccionar mapas.

No entanto, é importante destacar, as reflexões e questionamentos que proponho neste trabalho não se atêm à mera constatação de que mapas, como expressão e produto de uma relação de poder e conhecimento, estão implicados ideologicamente. O desafio a qual os antropólogos, geógrafos e cartógrafos aos quais me alinho enfrentam é o de interpelar os mapas e problematizar projetos de mapeamento a partir de seu sentido ontológico.

No Brasil, em um contexto de conflitos e disputas territoriais, uma possibilidade de democratização territorial e acesso a seus recursos é aberta com a aprovação da Constituição de 1988 e a ratificação da Convenção OIT 169. A inclusão formal de sujeitos políticos e o reconhecimento de “novas territorialidades” (VIANNA, 2008) a partir dos anos 1990, colocaram em questão a hegemonia e legitimidade destas “velhas” formas de mapear e produzir mapas<sup>80</sup>. Neste contexto, a ampliação e diversificação de experiências de mapeamento não governamentais emergem ao mesmo tempo em que novos instrumentos de políticas públicas, ordenamento territorial e regularização fundiária são formulados, debatidos e disputados. Estas mudanças constitucionais, brechas legislativas e adesões a declarações internacionais, como produto de lutas específicas e concretas dos movimentos sociais e pressões internacionais (CÁCERES, 2010), conformaram um contexto político propício em que um processo de afirmação de direitos, e mais recentemente, gestão e controle territorial, toma corpo no Brasil. Neste sentido, propostas para a elaboração de cartografias sociais, contra-cartografias, etn-cartografia, contramapeamentos e etnomapeamentos surgem do encontro entre grupos locais, equipes de pesquisadores – como antropólogos, geógrafos, cartógrafos e cientistas sociais; movimentos sociais -, organizações não governamentais e agências governamentais, num processo ao qual se chamou “virada territorial”<sup>81</sup> (ACSELRAD E COLI, 2008). Trata-se, segundo a literatura especializada, de uma renovação dos usos cognitivos e políticos do mapa.

---

<sup>80</sup> Aurélio Vianna (2008) refere-se às terras indígenas, quilombos, reservas extrativistas, projetos de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento extrativista e assentamento florestal.

<sup>81</sup> Acselrad designa por “virada territorial” a definição dada por Karl Offen, qual seja, o “processo renovado de demarcação e titulação de terras envolvendo, a partir dos anos 1990, comunidades e povos tradicionais na região tropical da América Latina, gerando novas configurações no controle dos territórios” (OFFEN, 2003; ACSELRAD, 2010, p.13).

### 3.2 O que expressam os etnomapas?

No centro desta abordagem, abre-se a possibilidade de apropriação da linguagem cartográfica por grupos cujos modos de conceber, perceber e produzir o território que habitam, foram historicamente desqualificados. Os etnomapas consistem em modalidades de mapeamento associado à pesquisa etnográfica e abordagens participativas, nas quais as populações locais são envolvidas no processo e autoria da produção cartográfica. Considerado como uma “tecnologia com potencial emancipatório” (SLETTO, 2009), projetos de “mapeamento participativo”, “cartografia social” ou “mapeamento de base comunitária”, como são designados internacionalmente, surgem na década de 1970 e se consolidam na década 1990 como proposição e instrumento “contra-hegemônico” de ordenamento territorial, “gestão da conservação” e “desenvolvimento comunitário”, cujas principais experiências parecem ter sido desenvolvidas na América Latina<sup>82</sup>.

Um dos compromissos evidenciados nestes projetos é o de contribuir para um processo de mapeamento territorial que, ao incorporar as distintas perspectivas dos grupos locais, resulte em um documento gráfico mais completo e retoricamente potente à efetivação de direitos territoriais (SLETTO, 2009). O que parece estar em jogo nesta tecnologia, para determinados pesquisadores<sup>83</sup> que tratam deste tema, é um “processo de tomada de lugar”, como se as visões e imaginações refletidas nos mapas, reveladas a partir de uma experiência profunda de negociação interna entre saberes ambientais e interpretações da paisagem local, pudessem contribuir, em última instância, para o processo de autodeterminação política desses povos. Esta perspectiva, no entanto, está longe de se produzir como consenso neste debate.

Embora o mapeamento participativo seja compreendido como uma tecnologia que reconhece os saberes espaciais e ambientais locais, uma abordagem da cartografia crítica aponta para as experiências de etnomapeamento como um método que, ao combinar o conhecimento local ao uso de tecnologias na confecção dos mapas, os insere em “modelos convencionais de conhecimento” (ACSELROAD e COLI, 2008). Os aspectos técnicos centrais das metodologias envolvidas, como buscarei expor mais adiante, são problematizados e duramente criticados, de maneira que o potencial de “empoderamento” vislumbrado em tais

---

<sup>82</sup> Dentre as experiências exploradas por Sletto (2009), as experiências em Trinidad e Tobago (1998) e o mapeamento do território Kumarakapay, uma aldeia indígena Pemon da Gran Sabana, extremo sudeste da Venezuela (2001-2004) aparecem entre as mais relevantes, enquanto objeto de reflexão acadêmica. Embora algumas importantes experiências tenham se desenvolvido no Canadá e Estados Unidos, e mais recentemente na África e Ásia.

<sup>83</sup> Ver Bjorn Ingmann Sletto (2009).

projetos é colocado em dúvida. A literatura sobre mapeamento participativo tem sido alvo de crítica por reproduzir uma abordagem que reificaria as relações materiais de poder e formas discursivas de dominação (SLETTTO, 2009). Tais críticas são respondidas pelos autores especializados nestes projetos, à medida que buscam evidenciar que o processo de construção de um mapa participativo está implicado em performances de negociação da vida social e processos de tomada de decisões, cuja complexidade se revelaria tão importante na afirmação do modo de vida e afirmação dos direitos territoriais dessas populações, quanto os mapas por elas produzidos.

Aqui o processo de mapeamento e elaboração de mapas se efetua a partir da mobilização e treinamento de líderes comunitários e o uso de tecnologias de precisão - tais como navegadores GPS -, em processos que articulam uma multiplicidade de conhecimentos, permitindo “aumentar o conhecimento a cerca dos processos de pretende descrever” (ACSELRAD, 2008, p.37), processos antes não encontrados nos documentos que apresentei no segundo capítulo. Porém, no diálogo com o Estado, é a cartografia, como modo de descrever e ordenar o mundo, aquela que tem peso em processos de reconhecimento territorial. O que também é importante, pois, ao proteger a permanência de pessoas como os habitantes de Pedro Cubas em suas terras, permite que outras formas de conhecimento continuem a proliferar.

A particularidade de um projeto de mapeamento participativo está em suas técnicas de obtenção e registro de dados espaciais e informações geográficas, cujo objetivo é explorar as especificidades da espacialidade nativa, enfatizando nas categorias locais e experiência sensível do espaço (POSTIGO, 2010). Assim, se pensássemos o caso de Pedro Cubas, explorado neste trabalho, partir da perspectiva do etnomapeamento implicaria seguir pelas trilhas percorridas por seus habitantes, durante o percurso entre seus roçados ou em suas procissões; movimento pelo qual conhecem e tecem o mundo.

Na produção de um etnomapa, o recurso a desenhos feitos à mão livre pelos próprios moradores, que tomam como base os contornos de mapas oficiais<sup>84</sup> ampliados, é combinado ao uso de imagens de satélite, e a exercícios de mapeamento que utilizam técnicas geomáticas, como os receptores de GPS; ou técnicas de levantamento tradicionais para o registro de dados nos mapas (ACSELRAD e COLI, 2008). Dentre os procedimentos metodológicos comumente utilizados na aplicação dos mapeamentos participativos, estão previstas oficinas de cartografia, levantamentos documentais, cursos introdutórios à

---

<sup>84</sup> Mapas como aqueles disponíveis nas bases públicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

linguagem cartográfica formal, orientação e localização geográfica através do uso de aparelhos receptores de GPS – Sistemas de Posicionamento Global - e SIG – Sistema de Informação Geográfica.

Como parte deste método de apreensão da configuração espacial, articulam-se entrevistas, caminhadas guiadas e as oficinas com performances participativas. Estas se destacam na literatura como experiência central em um projeto de mapeamento participativo<sup>85</sup>. Sletto (2009) as descreve como um “teatro para performances de identidades” no qual é possível destacar as formas pelas quais diferentes posicionamentos dos habitantes locais, suas narrativas de trajetórias e histórias de lugares, suas experiências espaciais vividas e imaginadas, por exemplo, irão conformar a diversidade de mapas por eles produzidos.

Se as discussões levantadas nos primeiros capítulos deste trabalho oferecem um contraste entre dois princípios com os quais se mapeia o mundo de Pedro Cubas, as experiências de etnomapeamento oferecem um dilema: como estes modos distintos de conhecer e constituir realidades - um que mapeia e garante direitos territoriais; outro que anda com as almas e desenha e redesenha o território ao longo das estações, rituais e procissões – podem, a partir da experiência complexa de etnomapeamento e o conjunto de pressupostos implicados nesta prática - estabelecer um diálogo e trabalho conjunto que não impliquem uma relação subordinação, formas de dominação ou assimetrias de poder?

O que parece ser estratégico neste processo de mapeamento é o modo como ele é construído e estruturado, isto é, as condições de produção do etnomapa. Os acordos estabelecidos entre pesquisadores e grupos locais (CÁCERES, 2010), a maneira como a população será envolvida, a forma como o projeto será apresentado aos participantes, a existência ou falta de regras pré-estabelecidas – como a divisão em grupos etários e de gênero -, o uso de base cartográfica como referência para localização da posição de seus participantes (que toma suas casas como referência), dentre outros. Estes procedimentos irão determinar o conjunto de dados espaciais obtidos.

Neste texto, deter-me-ei com mais especificidade sobre as oficinas com performances participativas e produção de croquis e a “caminhada guiada”, dos quais resultam o objeto gráfico final, etnomapas ou “cartografias sociais”.

### **3.2.1 Oficinas de mapeamento e performances participativas: quem decide o que vai ser**

---

<sup>85</sup> Refiro-me aos trabalhos de Bjorn Ingmann Sletto.

## **colocado dentro do mapa?**

A construção do processo de inclusão dos habitantes locais na produção cartográfica se dá pelas oficinas, reuniões, workshops ou “encontros de base”. A mobilização de lideranças e o envolvimento de moradores locais são importantes para que o objeto gráfico final incorpore a diversidade de percepções espaciais existente entre os habitantes daquele território (SLETTTO, 2009). Dentre os materiais utilizados, “canetas, borrachas, pincel piloto, lápis de cor, papel metro e cartolinas” (CARDOSO, 2013, p.12). Entre os moradores mobilizados, lideranças (homens e mulheres), jovens, adultos e idosos. A ideia é que estas pessoas dividam-se em grupos e que, de forma livre, produzam desenhos relacionados ao lugar em que vivem, de acordo com suas vontades e conhecimentos (POSTIGO, 2010). Cada grupo desenha seu próprio mapa, e ao final da oficina, estes objetos gráficos são apresentados aos participantes. Esta dinâmica, no entanto, se configura de maneira bastante diversa nas experiências de etnomapeamento encontradas na literatura. Apresento aqui, brevemente, três experiências ilustrativas da complexidade das questões colocadas, a partir de contextos etnográficos e projetos de mapeamento participativo distintos.

Pinto e Wanderley, (2010) descrevem o processo de construção da cartografia elaborada pela Comunidade Quilombola de Linharindo, município de Conceição da Barra, no Espírito Santo, junto ao Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Segundo a metodologia e técnicas descritas, o ponto de partida para a dinâmica das oficinas foi a apresentação de um mapa do INCRA, que foi ampliado e sobre o qual foram deixados apenas os rios da região como referência aos moradores. Este mapa foi impresso em folha A1, e apresentado aos moradores, sendo lhes explicado que deveriam apontar e sinalizar naquele papel o que eles gostariam que fosse inserido no mapa final. Ao final desta dinâmica, a gravação e filmagem da apresentação do mapa, com as falas dos moradores sobre os pontos por eles marcados, foram reproduzidas na “cartilha” (fascículo) do Projeto Nova Cartografia Social, como “referências culturais históricas importantes para a comunidade”. (PINTO, WANDERLEY, 2010, p. 210).

A dinâmica de mapeamento que os autores descrevem se constitui como desdobramento do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), iniciado em 2005 e coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Federal da Amazônia (UFAM). Segundo a proposta apresentada pelo projeto original, as oficinas e processos de obtenção de dados espaciais seguem o seguinte processo metodológico:

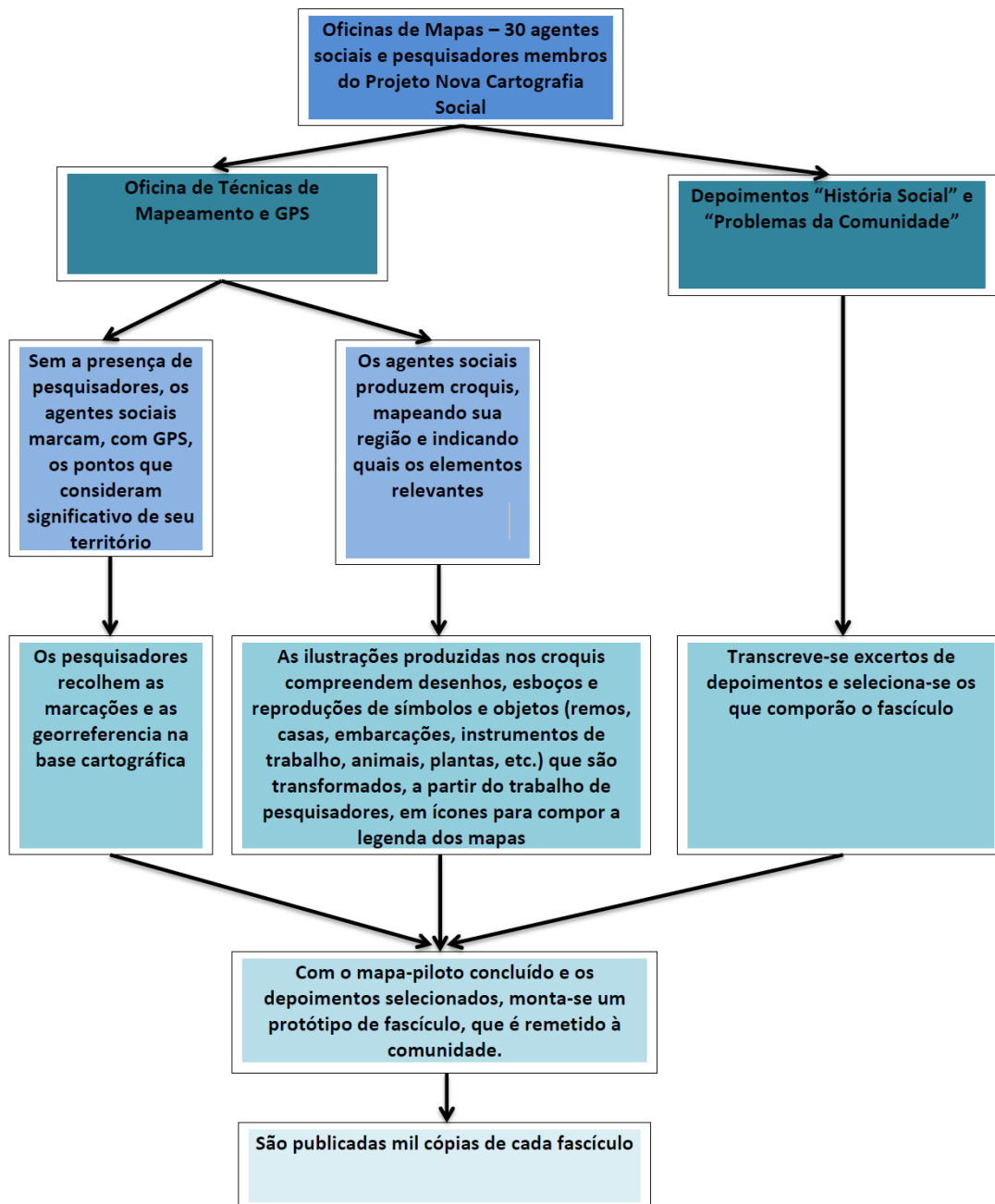


Figura 17 - Fluxograma do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Fonte: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/apresentacao/> 16/07/2013

Cardoso (2013) descreve sua experiência em um trabalho de etnomapeamento realizado entre os Pataxós, Terra Indígena Barra Velha, extremo Sul da Bahia; em que relata a construção da oficina de desenho como um processo em que os moradores foram orientados a explicitar “unidades de paisagem”, inserir símbolos e legendas, apontar rodovias, locais de produção, rios e matas; elementos dos quais se poderia extrair “uma lista de termos nativos

sobre a paisagem, seus aspectos cognitivos, bem como seus usos econômicos e políticos” (CARDOSO, 2013, p.13). Ao final destes procedimentos, propôs-se que os participantes redesenhassem o polígono da imagem de satélite sobre um papel acetado ou transparência, sob o qual foram transferidos os dados e informações obtidas pelos moradores (CARDOSO, 2013). Neste procedimento de pesquisa, os croquis elaborados com os Pataxós foi um dos materiais de campo a partir do qual se obteve os dados que compuseram a cartografia final. Os pontos de GPS e registros fotográficos obtidos na “caminhada guiada”, as informações sobre o território e suas paisagens obtidas em “diálogos semiestruturados” e observação participante; conformaram um conjunto de dados primários de origens diversas, a serem transferidos para o formato digital e organizados em Sistema de Informação Geográfica<sup>86</sup> (CARDOSO, 2013).

---

<sup>86</sup> O SIG é definido como um “sistema projetado para capturar, armazenar, manipular, analisar, gerenciar” dados espaciais e informações geográficas diversas. Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Geographic\\_information\\_system](http://en.wikipedia.org/wiki/Geographic_information_system) -26/02/2014.



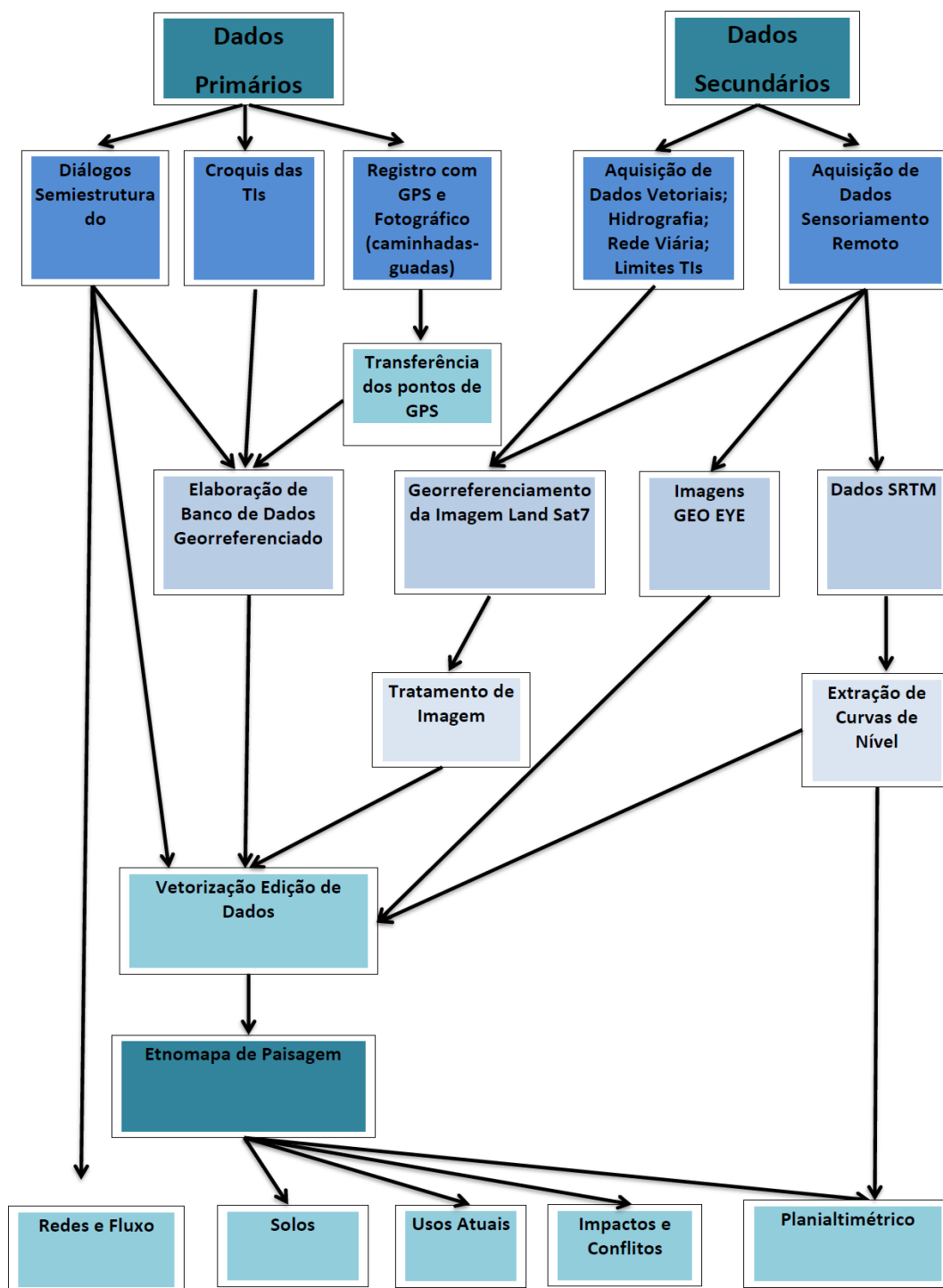


Figura 18 - Fluxograma do processo de georreferenciamento e análise de dados. Adaptado de Cardoso (2013).

A experiência de etnomapeamento trazida por Cardoso traz uma contribuição interessante para as reflexões sobre mapeamento participativo, na medida em que descreve o processo de construção cartográfica – os detalhes do processo de coleta, registro e tratamento dos dados - com certo rigor etnográfico. Neste sentido, podemos visualizar passagens importantes do processo de obtenção e registro de dados e informações espaciais - como a inserção em campo

do pesquisador e o processo de tratamento de dados – etapas que são comumente obliteradas nesse tipo de abordagem.

Focando sua reflexão também sobre as oficinas, Sletto (2009), coloca outras questões importantes à interpelação antropológica das abordagens participativas de mapeamento. Sletto as define como “teatros para a performance de identidades, leitura e interpretação de histórias, e a produção de material de paisagens imaginárias”, que expõem as intrincadas relações entre processos político-econômicos globais e “desejos de lugar e pertencimento” (SLETTTO, 2009, p.465). O autor sugere que a produção de um mapa participativo envolve um complexo jogo de negociações de poder, identidades e autenticidades.

Ao descrever sua experiência em um projeto de mapeamento para a demarcação da Terra Indígena de Kumarakapay, uma das oito regiões autodesignadas “Pátria Pemon”, na Gran Sabana, Venezuela (2001 e 2004), Sletto chama a atenção para a importância da memória, dos processos de imaginar, e relações de poder, “desejos de lugar” e pertencimento, envolvidos na produção de representações espaciais de “base comunitária”. O processo de construção de um mapa como ensejo para a performance de grupos que de formas distintas corporificam a paisagem, cujos significados são produzidos e reproduzidos, contestados e negociados, nos desenhos, falas e gestos performados nas oficinas. Palavras, gestos, e desenhos delinearam o que o autor chama de esforço persuasivo e personificação de histórias e paisagens.

Divididos em grupos etários e gênero, a oficina foi apresentada aos participantes como um projeto que iria mapear os usos da terra e lugares com significado histórico, com o objetivo de avançar no processo de reconhecimento de seus direitos territoriais. Assim, os grupos foram orientados a desenhar seus respectivos mapas e apresentá-los ao final da oficina.

Nestas experiências, são ilustradas passagens em que articulações entre relações de gênero e espacialidades ganham contornos na negociação dos mapas desenhados. Como a insegurança demonstrada pelo grupo de mulheres ao tomar lugar entre os homens nesta atividade, ou a recepção dos participantes ao mapa por elas produzido, julgado incompleto por não abranger lugares dos quais os homens haviam ouvido falar, mas nunca viram. Lugares conhecidos apenas pelos anciãos. Os mapas apresentados pelo grupo de jovens (homens) também foram contestados na medida em que traziam perspectivas distintas. Um grupo de jovens privilegiou os interesses turísticos (Sletto observa o fato de terem sido desenhados por jovens filhos de famílias que viviam do turismo), e o outro desenhou um mapa como um campo de batalha (jovens que participação em episódios de enfrentamento, quando usinas de energia instalaram linhas de transmissão em terras Pemon). A conceituação da paisagem dos

adolescentes também era bastante distinta daquela enunciada pelo grupo dos anciãos.

Os mapas dos anciãos faziam referência a uma extensão maior, os nomes de lugares (na língua Pemon) que tradicionalmente marcaram os limites do território Kumarakapay. Para dar autoridade à perspectiva que seus mapas traziam, eram reproduzidos os rituais de apontar para os limites do território, no horizonte, dando nomes a localidades e lugares em que seus ancestrais viveram, caminharam e caçaram, contando suas histórias; como se estivessem no topo de uma colina. Diante dessa performance, os jovens reconheciam que seu mapa compreendia uma área menor.

Um dos elementos apontados por Sletto na fala de seus interlocutores era o reconhecimento de que as pessoas que viviam no território possuíam maior conhecimento que aqueles que vivem fora, ainda que expressassem um conhecimento científico sobre o lugar. Este critério, no entanto, não era suficiente. Foram mais bem avaliados aqueles que revelaram uma boa oratória na apresentação de seu mapa. No concurso das representações, os mapas desenhados pelo grupo de adolescentes “formalmente educados” e com boa oratória prevaleceram sobre os jovens (menos favorecidos e politicamente mais “radicais”).

No entanto, a autoridade e autenticidade dos mapas elaborados pelo grupo dos anciãos foram reconhecidas, na medida em que os conhecimentos por eles demonstrados, com relação aos lugares que os outros participantes apenas haviam ouvido falar, seus nomes e suas histórias, se expressavam também em seus mapas, cujo território representado era mais abrangente (extensão), preciso e detalhado que os mapas elaborados pelos demais grupos. Distintas percepções do território evidenciaram-se nas falas (conversas) e nos desenhos. O que de alguma forma estava presente nestas falas, desenhos e gestos, era uma perspectiva sobre o passado (papel da memória), um presente (contestado e negociado) e um futuro (imaginado).

Esta corporificação da paisagem pode ser observada entre os habitantes de Pedro Cubas, durante o caminhar da Recomendação das Almas. Neste caminhar, entrelaçado a cantos, orações, gestos, histórias e narrativas a paisagem também é desenhada pelos homens, mulheres, jovens e crianças, que de maneiras distintas a percebem e experimentam. Em suas canções – conhecidas e cantadas apenas por um grupo de homens e mulheres; nas histórias lembradas pelas lideranças (em que são narradas as visões das almas); nas falas e gestos dos mais jovens; na atitude circunspecta das mulheres, mais propensas a encurtar o caminho.

Aqui, os cantos, narrativas, gestos e silêncios apontam para dinâmicas espaciais distintas de seus habitantes. As oficinas enfatizando estes elementos que estão presentes em diversas

situações cotidianas dos moradores. Porém, a questão/tensão que se delineia nas oficinas refere-se ao processo de escolha dos elementos que irão compor os mapas. O processo de negociação e a “cultura de decisão” sobre o quê vai entrar no mapa parecer ser a questão central.

Para Sletto, os mapas apresentados pelos diferentes grupos expressavam não apenas um conhecimento da “materialidade da paisagem”, inerente às múltiplas práticas e experiências de deslocamento de seus habitantes (performance do presente); mas também os papéis da memória, como as histórias à ela incorporada (performances do passado); e os processos de imaginar (futuro) que a moldam. Assim, lugares existentes apenas na imaginação das pessoas, e as histórias a eles relacionadas, também se tornam parte da paisagem, contribuindo para a formação da biografia de seus habitantes.

De acordo com Sletto é no ato performativo da fala, das palavras ditas sobre lugares e paisagens; e na personificação dos contadores de histórias, que de maneiras distintas incorporam a paisagem, (re) produzindo seus significados; que identidades e espacialidades são produzidas e negociadas. Neste processo, segundo o autor, as complexas relações de poder entre pessoas e lugares, tornam-se visíveis. O autor traça um paralelo entre os Griots e os “contadores de história” venezuelanos, para demonstrar que de forma semelhante, ambos negociam a vida social ao falarem dela. Sua autoridade e autenticidade advêm das formas como a relação espaço e tempo é personificada em suas histórias. Mas ao contrário dos Griots, na dinâmica das oficinas de mapeamento, os participantes desafiam uns aos outros para o direito de “falar” o passado, o presente e o futuro (SLETTTO, 2009).

Esta compreensão parece ir ao encontro do argumento de Tim Ingold (2000), segundo o qual estes mapeamentos, cujos produtos foram comumente designados de “mapas nativos” ou “mapas de esboço”, expressam o conhecimento de uma região, e a capacidade de seus habitantes em situar sua posição num contexto histórico de deslocamentos anteriores. São antes “histórias condensadas”. Na abordagem de Ingold (2000), os croquis produzidos em oficinas de etnomapeamento, corresponderiam a registros de narrativas de deslocamentos espaciais e experiências sensório- motoras anteriores. Estas narrativas e sensações não estão previamente organizadas ou predefinidas, como num conjunto de coordenadas espaciais indiferentes ao seu deslocamento, mas imersas numa forma específica de “estar no mundo” e conhece-lo, que se recompõe continuamente, à medida que se movem e tecem o mundo.

### **3.3 Cartografias Sociais e Zoneamento Econômico Ecológicos em Remanescentes de Quilombo do Vale do Ribeira**

O processo de construção de cartografias sociais em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira - Paraná articula-se com as iniciativas de execução do projeto nas Comunidades faxinalenses do Estado, onde um dos principais focos foi dar visibilidade aos conflitos territoriais pelos quais essas comunidades eram afetadas.

No caso faxinalense a confecção da cartografia foi acompanhada da elaboração de um Dossiê compilando as diversas situações de conflitos existentes entre os faxinais abordados pela cartografia. O fascículo da cartografia social de faxinais foi lançado nas câmaras municipais onde essas comunidades tradicionais situavam-se e na Assembleia Legislativa do Paraná conjuntamente com o dossiê de conflitos, após o assassinato de um faxinalense. Apesar de a cartografia apresentar diversos aspectos socioambientais e culturais, os primeiros fascículos concentravam-se na explicitação de conflitos que se expressavam nesses contextos. Nesse contexto, os principais parceiros regionais do projeto foram da Comissão Pastoral da Terra de Guarapuava, da qual derivou o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato<sup>87</sup> (CEMPO) a partir de uma dissidência do setor regional com a secretaria estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A articulação dessas organizações com a comunidade de Paiol de Telha, um Remanescente de Quilombo da região central do estado do Paraná, existia desde a década de 1990, o que possibilitou a realização da primeira oficina e elaboração do projeto.

A metodologia aplicada na constituição dessas cartografias sociais privilegia a inclusão de sujeitos da comunidade como multiplicadores, dessa forma, após passarem por uma formação para mapear coletivamente determinados aspectos das comunidades, esses multiplicadores passam a compor a equipe técnica do projeto, para sua execução em outros contextos. Foi assim que uma liderança quilombolas da Comunidade de Paiol de Telha, após ter passado por formações com os faxinalenses, compôs a equipe que confeccionou a Cartografia da Comunidade Quilombola de João Surá no Vale do Ribeira. Nessa comunidade, entretanto o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do INCRA já havia sido elaborado, e um mapa com uma proposta de perímetro já havia sido apresentado à comunidade. Tal mapeamento, entretanto, foi construído antes mesmo da execução do

---

<sup>87</sup> CEMPO é uma dissidência da Comissão Pastoral da Terra na região centro do Paraná. Os fundadores do CEMPO foi o primeiro grupo a trabalhar com os remanescentes de quilombos do Paraná, na comunidade Invernada Paiol de Telha.

Relatório Antropológico, documento cuja elaboração posterior contou com a participação de representantes da comunidade, técnicos do Instituto de Terras e Cartografias do Paraná - ITCG e um engenheiro florestal que desenvolvia atividades de extensão na região.

A cartografia elaborada em João Surá foi realizada em seis oficinas com a comunidade, em um contexto institucional diferenciado da maneira com que as demais cartografias sociais foram executadas no Estado. Em João Surá o projeto foi realizado por meio de um convênio entre o projeto de cartografias sociais de Povos e Comunidades Tradicionais e o Instituto de Terras. Contou ainda com a participação de agrônomos do Instituto Agroecológico, organização não governamental que atuava no quilombo naquele contexto. As etapas de execução podem ser definidas da seguinte maneira:

1. Contato e apresentação prévia do projeto para lideranças de João Surá;
2. Apresentação formal do projeto para um grupo ampliado de moradores de João Surá, com a participação de uma liderança do Remanescente de Quilombo de Paiol de Telha, que em sua fala detalhou a importância da cartografia social para a luta por garantia do território para Paiol de Telha;
3. Oficinas de cartografias abordando:
  - a. Definição de elementos considerados importantes pelas populações locais, e que julgaram importante constar na cartografia;
  - b. Elaboração de croquis através do cruzamento de elementos culturais e socioambientais demarcadores de conflitos elencados pelos moradores com a representação que as populações locais fazem do espaço e os mapas já existentes sobre o território, entre eles o mapa produzidos pelo ITCG e que compunha o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do INCRA;
  - c. Produção de legendas específicas para representar os elementos escolhidos para compor a cartografia social; repasse de técnica de utilização e marcação de GPS para representantes das comunidades;
4. Marcação dos “pontos significativos” apontados nos croquis pelos participantes das oficinas com receptores de GPS;
5. Transferência dos pontos e impressão da cartografia social no laboratório de cartografia do ITCG.

Depois de executadas estas etapas, foram agregados no croqui elaborado nas oficinas de cartografia social outros elementos que não constavam no mapa elaborado para o RTID, entretanto, não contradizia as definições de limites estabelecidas pelos técnicos do ITCG. Apesar das oficinas terem detectado elementos que se situavam fora dos limites da cartografia do RTID, e em lugares que hoje compõem o Parque Estadual das Lauráceas, os quilombolas optaram por não marcarem os pontos com o GPS nesses locais como forma de evitarem conflitos com o Instituto Ambiental do Paraná (gestor da referida reserva ambiental) e travarem o processo de regularização de seu território junto ao INCRA. Apresento abaixo o croqui elaborado pelos moradores de João Surá, correspondente ao 2º fascículo do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, série Quilombolas do Sul:





Abordagens semelhantes às experiências de mapeamento participativo e cartografia social como estas são hoje empregadas em políticas públicas, como é o caso do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e Planejamento Territorial junto as Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira/SP. Iniciativas de ZEE referem-se a um “instrumento de ordenamento territorial e planejamento ambiental”, configurado a partir de abordagens participativas de mapeamento. Tais iniciativas têm por objetivo reunir informações a partir das quais serão definidas “categorias de uso” que irão delimitar as “unidades de planejamento” de um território. Trata-se de grandes unidades delimitadas segundo as “vocações”, “conflitos” e “dinâmicas” de suas áreas. Assim, os mapas elaborados a partir de um ZEE irão prescrever utilizações para o território (ACSELRAD, 2008). Como política pública, o ZEE é um dos instrumentos do Plano Nacional do Meio Ambiente (Lei 6939/1981, sob regulamentação do Decreto Federal 4.297/2002).

No ano de 2013 a construção do Projeto de ZEE na Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Ribeira de Iguape passou a ser discutida em reuniões promovidas pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) junto aos representantes das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Vale do Ribeira. Desde junho de 2013, vêm sendo elaboradas oficinas com abordagens participativas a partir das quais se irá construir um documento contendo uma proposta delimitação das áreas que serão objeto de georreferenciamento, bem como seus planos de ação e gestão. Este documento será submetido ao Conselho Estadual do Meio Ambiente e irá subsidiar a redação de um decreto estadual. Ou seja, com a aprovação deste ZEE, todas as atividades e empreendimentos realizados no Vale do Ribeira/SP estariam a ele condicionados.

Na dinâmica de suas oficinas, os grupos foram divididos por comunidade. Tais grupos foram orientados a apontar suas atividades fundamentais e interesses futuros, bem como expressar as atividades que não desejavam que fossem empreendidas em seus territórios. Cada grupo recebeu uma tabela com as características de cada zona, como subsídio à composição das zonas e confecção dos mapas (ISA, 2013).

Durante as oficinas, a Secretaria do Meio Ambiente propôs às lideranças quilombolas que a cartografia construída em um projeto de “planejamento territorial participativo” elaborado entre os anos de 2008-2012 pelo Instituto Socioambiental (ISA) com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP fosse cedida ao Projeto de ZEE da SMA. Os participantes da oficina concordaram em ceder os mapas à Coordenadoria do Meio Ambiente, assinando um termo. Este é um efeito destas experiências: depois de produzidos, os mapas podem ser

reconhecidos como documentos legais. A posse, acesso e uso destas informações é algo sobre o qual as populações locais nem sempre possuem controle. Neste sentido, questionar as regras de propriedade de tais mapas, a apropriação de seus resultados e disseminação, revela-se importante.

No caso das experiências de etnomapeamento aqui descritas, a construção das cartografias sociais tiveram implicações diferentes, em grupos e contextos diversos. É inegável a visibilidade que a cartografia social traz às comunidades em sua afirmação identitária e territorial. Entre os faxinalenses, por exemplo, constituiu-se em uma ferramenta de explicitação de conflitos. Entre algumas comunidades onde a cartografia social foi elaborada antes do RTID, as cartografias sociais foram mobilizadas para questionar o território apontado pelos antropólogos que trabalharam Relatório Antropológico. Já na comunidade de João Surá a contribuição foi limitada, pois a demarcação já havia sido realizada, e seus habitantes não quiseram questionar o processo, com o receio de que este fosse paralisado. No caso das iniciativas de zoneamento ecológico econômico, a experiência de mapeamento com procedimentos participativos parece se expressar como suporte de uma ideologia de desenvolvimento.

Se a ideia central dos projetos de etnomapeamento é “empoderar” as populações que dele fazem uso, as experiências de etnomapeamento sugerem que a reflexão siga os termos de suas técnicas e pressupostos, além das implicações política.

### **3.4 Os deslocamentos dos habitantes de Pedro Cubas e a “caminhada-guiada” do cartógrafo**

No capítulo um, argumentei que para obter direitos, os habitantes de Pedro Cubas precisaram aprender a caminhar com os técnicos-peritos do estado como forma de articular reivindicações e garantir seus direitos a terra. No capítulo dois procurei descrever como no processo de reconhecimento e demarcação de um território quilombola, a experiência sensitiva e emotiva que envolve o caminhar dos habitantes de Pedro Cubas, bem como dos técnicos-peritos, dá lugar aos quadros conceituais e esquemas mentais tais como se expressam nos documentos e objetos gráficos produzidos sob a exigência estatal. Ao invés “do ser” que atravessa os rios, caminha com as almas e experimenta o mundo; cadeias de ligação genealógica, unidades da paisagem e uma sucessão de eventos. Aqui, nas experiências de

etnomapeamento, o caminhar emerge como possibilidade de articulação e entrelaçamento entre modos distintos de conhecer e mapear.

Considerando o caso de Pedro Cubas, os deslocamentos que tecem o mundo de seus habitantes e a “caminhada-guiada” do cartógrafo (CARDOSO, 2013) constituem, experiências sob as quais ambas as práticas conhecimento se ancoram. Se para a prática cartográfica, a “caminhada-guiada” é meramente uma forma de obtenção de informações georreferenciadas (CARDOSO, 2013), na experiência de produção do etnomapa, a caminhada-guiada talvez seja a mais importante técnica de registro de informações do “conhecimento tradicional”. Isto porque, como sugere Sletto (2009), argumentando junto a diversos outros antropólogos, “a visão e a caminhada são formas privilegiadas de se adquirir conhecimentos, entre esses povos” (SLETTO, 2009, p.433). Para o registro de lugares importantes informados pelos habitantes locais, a utilização de um aparelho receptor GPS mostra-se uma ferramenta eficiente e para coletar pontos e associá-los a categorizações da paisagem - como as “unidades da paisagem” e os “usos do solo”, por exemplo-, e elementos fixos e mapeáveis (fisicamente observáveis) – como determinar topônimos locais e localizar edificações.

Um receptor GPS apresenta duas formas de registro do percurso, o modo rota e o modo trilha. O modo rota corresponde a uma sequência de pontos, registrados em ordem cronológica, dentre os quais é traçado um segmento de reta. No modo trilha, o GPS permanece ligado durante o percurso, de maneira que o percurso é registrado “numa sucessão de pontos muito próximos” (POSTIGO, 2010, p.33). Na perspectiva cartográfica, trata-se de uma operação que fornece precisão ao processo de georreferenciamento. Na perspectiva da etnopesquisa, se configuram como método de apreensão dos significados da paisagem, das relações que conectam seus habitantes a ela, seus desejos, temores e lembranças, os movimentos que a produzem e por ela são produzidos.

Com essa metodologia, procura-se modificar, desafiar, o que normalmente se mapeia ao incorporar elementos não geralmente encontrados nas peças técnicas que apresentei no segundo capítulo. Entretanto, se no processo de produção de um etnomapa, uma multiplicidade de tradições de conhecimentos se articula, ainda é a cartografia, como registro e inteligibilidade do real, aquela que tem o peso e garante direitos perante o estado. E isso é importante porque a garantia da permanência das populações quilombolas em suas terras permite que seus habitantes continuem a se deslocar, para firmar seu compromisso contínuo com a terra e com as pessoas.

## Reflexões Finais

Este trabalho buscou refletir sobre o modo como duas razões se encontram: uma que anda com as almas e desenha e redesenha o território ao longo das estações, rituais e procissões; outra que mapeia e garante direitos territoriais. O contraste é claro. A primeira refere-se à lógica de experimentação do espaço dos habitantes de Pedro Cubas, com os quais trabalhei. Entre os moradores de Pedro Cubas, como procurei demonstrar, as relações que iluminam e dão sentido ao tempo e ao espaço (BRIGHTMAN, 2012) estão implicadas em seu caminhar, no entremear de suas casas, matas e roçados; na duração das atividades constitutivas da habitação, nos laços de reciprocidade tecidos nos puxirões, nas texturas da terra, na lógica de circulação por todo o território que confirma alianças como forma de defesa dele. Movimento que se repete e é atualizado quando as pessoas pisam o chão de terra e atravessam os rios. Enquanto caminham com as almas, os seres subaquáticos e os técnicos do INCRA.

A outra se refere às pessoas que fazem uso de certa lógica estatal (como os cartógrafos, agrimensores, antropólogos e cientistas sociais), com as quais os habitantes de Pedro Cubas tecem alianças em seus quitais, em seus caminhos, para poder, frente ao Estado, garantir a sua terra. Pessoas para as quais a experiência sensitiva e emotiva do caminhar também está implicada em suas práticas, percepções e processo de conhecer; mas cujo “pensar sobre o mundo” envolve compartimentar paisagens, classificar e estabelecer padrões de usos da terra (com base em seus usos econômicos e políticos), localizar limites e confrontações, definir pertencimentos e traçar cadeias de ligações genealógicas. Um processo de composição de mundo que converte o movimento contínuo em intervalos de movimento, a duração em instantes sucessivos, integra a experiência local e particular do “ser no mundo” em “visão panorâmica” (INGOLD, 2000), perspectiva a partir da qual se obtém o território visto do alto.

No entanto, diante da experiência cada vez mais frequente do etnomapeamento, parece ser pertinente a seguinte reflexão: estes modos distintos de conhecer e tecer o mundo podem, a partir da experiência complexa de etnomapeamento e o conjunto de pressupostos implicados nesta prática, estabelecer um diálogo e trabalho conjunto que não impliquem uma relação de subordinação, formas de dominação ou assimetrias de poder? Projetos de etnomapeamento desenvolvidos entre indígenas e seringalistas apontam para estas experiências como um exercício de “inescapáveis equivocções epistemológicas e ontológicas, assimetrias de poder e etnocentrismos” (CARDOSO, 2013), embora em suas práticas de conhecer e se deslocar, entre ambas as razões (a que mapeia almas e a que compartimenta a paisagem) uma possibilidade de “trânsito entre mundos” (POSTIGO, 2010) possa ser considerada.

O que parece ser estratégico neste processo de mapeamento é o modo como ele é construído e estruturado, isto é, as condições de produção do etnomapa: as oficinas com performances participativas e, sobretudo, a "caminhada-guiada". A "caminhada-guiada" se apresenta nas experiências de etnomapeamento como uma técnica de levantamento de informações e caracterização da paisagem, enfatizando, nesse movimento, uma perspectiva nativa e categorias classificatórias locais sobre a paisagem. Guiados por moradores locais conhecedores da paisagem e os usos do solo (chamados de "agentes locais" ou "informantes-chave") percorrem-se os espaços significativos do território. Durante esta caminhada, lugares são mapeados, pontos importantes do território são marcados com GPS, termos nativos são coletados. As categorias nativas e informações georreferenciadas obtidas na caminhada guiada irão complementar os mapas obtidos em oficinas.

Embora se reconheça nesta abordagem de mapeamento um exercício de poder e autoridade, a técnica da "caminhada-guiada" é destacada dentre os procedimentos da prática etnocartográfica como uma experiência singular através da qual o ato de mapear se efetua como um processo de conhecer perspectivamente situado no mundo. Neste sentido, como práticas de conhecimento imersas no mundo, é na circunstância do ato de conhecer e mapear que se desenham no caminhar dos habitantes de Pedro Cubas com os técnico-peritos, por exemplo, que estas razões se aproximariam. A caminhada-guiada, no entanto é apenas um dos procedimentos de obtenção de dados espaciais no processo de produção de um etnomapa. Como busquei apresentar no terceiro capítulo, a produção de um etnomapa envolve diversas etapas técnicas: como vetorizações, integrações de dados, correções geométricas, etc. (CARDOSO, 2013). Procedimentos que visam a padronização do objeto gráfico.

O que se pode observar nas experiências de etnomapeamento é um esforço em explicitar suas técnicas de produção, seus pressupostos teóricos, acordos, negociações e atores envolvidos. Interpelar antropologicamente esta tecnologia específica, cuja prática se produz em um complexo intercruzamento entre mundos, sujeitos e modos de conhecer distintos, envolveria, portanto, reconstituir este jogo de aproximações entre perspectivas – as relações que se dão neste caminhar, que mapeia e tece o mundo.

As discussões que surgem a partir do debate colocado pela cartografia crítica, no contexto da "virada territorial", e que culminam com as reflexões e experiências contemporâneas de etnomapeamento – que, em última instância, parecem apontar para um questionamento da exigência estatal da representação cartográfica - apresentam um desafio também para "o fazer" antropológico: antropólogos, quer como técnicos-peritos que elaboram laudos e

relatórios antropológicos sob demanda administrativa, quer como pesquisadores em seus trabalhos visando a obtenção de titulação acadêmica, tendem a reafirmar a centralidade de termos como os quadros genealógicos, diagramas de parentesco, padrões de pertencimento, a originalidade de seus antecessores, do legado cultural; como elementos inteligíveis no diálogo com o Estado, já que outros elementos, como o das conexões entre os habitantes de Pedro Cubas e os seres encantados do mundo subaquático, ou a ideia de lugares habitados pelas almas, se mostrariam “deslizantes”.

Isso se faz como uma estratégia política de produção de conhecimento. A questão que se coloca aqui diz respeito à possibilidade de se produzir uma etnografia que concilie estas duas perspectivas. Esta é a discussão que está no cerne do etnomapeamento: é possível produzir mapas que conciliem estas duas formas de produção de conhecimento? Talvez algumas das discussões propostas pela etnocartografia possam contribuir para reflexões metodológicas na produção de etnografias. Como estas discussões reverberariam sobre a produção de etnografias é uma questão que continua em aberto.

## Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri & COLI, Luis R. *Disputas territoriais e disputas cartográficas*. In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

ACSELRAD, Henri. *Mapeamento, identidades e territórios*. In: Acselrad, Henri. (Org.). Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ADAMS, Cristina. *As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão*. 2000. Disponível em: <http://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/adams-as-roc3a7as-e-o-manejo-da-mata-atlc3a2ntica-pelos-caic3a7aras.pdf> 23/12/2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Posse comunal e conflito: terras de preto, terras de santo e terras de índio*. Humanidades, Brasília : UNB, v. 4, n. 15, 1988.

\_\_\_\_\_. *Carajás: Guerra dos Mapas*. Belém: Editora Falangola, 1994.

\_\_\_\_\_. *Direito à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e Suas Lutas*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 19 Nº. 55. 2004.

ALMEIDA, A. W. B e SOUZA, R.M (orgs). *Terra de Faixinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

ANDRADE, Tânia; PEREIRA, Carlos Alberto Claro; OLIVEIRA ANDRADE, Márcia Regina de (Editores). *Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território*. 2a. Edição, Secretaria da Justiça e da defesa da cidadania e Fundação Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva”, São Paulo, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. *Cartografia da Diáspora África – Brasil*. In: Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, 2011, p. 261-274. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/162/RAE2223/12/2012>.

ANJOS, J.C.G. dos. *Raça e Pobreza Rural no Brasil Meridional: as comunidades remanescentes de quilombo*. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul (RS), v. 18, 2004. p.43-62.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo. Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. EDUSC, Bauru, SP: 2006.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico sobre os Remanescentes Da Comunidade De Quilombo de Cangume Município de Itaóca – SP*. Fundação Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva”, São Paulo 2003.

\_\_\_\_\_. *Políticas Públicas para Quilombos*. IN: Paula, Marilene; Heringer, Rosana (orgs). *Caminhos Convergentes - Estado e Sociedade Na Superação Das Desigualdades No Brasil*. Fundação Heinrich Böll Stiftung, Actinaid, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://br.boell.org/downloads/caminhos\\_convergentes.pdf](http://br.boell.org/downloads/caminhos_convergentes.pdf) 11/02/2013.

ARTHUR, Ramos. *O Negro na Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.

BECKER, B. K. *Etnomapeamento Participativo: Subsídios ao Manejo de Recursos Naturais em Unidades de Conservação com Populações Tradicionais*. 2005. Disponível em: [http://www.gapis.psicologia.ufrj.br/observatorioaps/images/arquivos/OutrosEstados/US/FN/cbuc2009\\_094.pdf](http://www.gapis.psicologia.ufrj.br/observatorioaps/images/arquivos/OutrosEstados/US/FN/cbuc2009_094.pdf) 13/02/2012.

BERGSON, Henri. *O pensamento e o movente*. [1934] Trad. de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIAGIONI, Ângela e BERLANGA, Maria Sueli. *Metodologia do Trabalho com a Comunidade Negras do Vale do Ribeira, São Paulo – Brasil*. Eldorado, 1999.

BORGES, Jorge Luis. *História Universal da Infâmia (1935)*. Tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo, Companhia das Letras: [1995] 2012.

BOYER, Véronique. *L'anthropologie des quilombos et la constitution de "nouveaux sujets politiques" De l'ethnie à la race et de l'autodéfinition au phénotype*. Civilisations [En ligne], 59-2, 2011. Disponível em: <http://civilisations.revues.org/pdfindex2634.html> 25/10/2013.

BRIGHTMAN, Marc. *Maps and clocks in Amazonia: the things of conversion and conservation*. Journal of the Royal Anthropological Institute. Volume 18, Issue 3, pages 554–571, 2012.

BROWN, M. e KNOPP, L. *Queering the Map: The Productive Tensions of Colliding Epistemologies*. Annales of the Association of American Geographers. New York: Taylor & Francis, 2008. p. 40-58.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Reconhecimento e Desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26194/000753416.pdf?sequence=1> 13 /10/ 2012.

CÁCERES, L. S. R. *Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina*. In: Acelrad, Henri. (Org.). *Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 9ª. Edição, São Paulo, Editora 34, 2001.

CARDOSO, Thiago Mota. *Malhas cartográficas técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas*. 2013. Disponível em: [http://4react.files.wordpress.com/2013/08/thiago-mota-cardoso\\_malhas-cartogr3a1ficas1.pdf](http://4react.files.wordpress.com/2013/08/thiago-mota-cardoso_malhas-cartogr3a1ficas1.pdf) 26/09/2013.



CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. De Amigos Formais e Pessoa: de Companheiros, Espelhos e Identidades. Boletim do Museu Nacional, 1979.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Terra de Negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência*. Dissertação de Mestrado, 1995. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

CARVALHO, Maria C. P. *Bairro Negros do Vale do Ribeira: Do “Escravo” ao “Quilombo”*. 2006. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

CARVALHO, Maria C. P.; TURATTI, Maria C. M.; SCHMITT, Alessandra. *A atualização do Conceito de Quilombo, Identidade e Território nas definições teóricas*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>> 05/10/2010.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, Mirian de Fátima. *A política de reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”*. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832001000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832001000100009&script=sci_arttext)> 23/06/2011.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Francisco Alves Ed. 1978.

COLI, Luis R. *Sistemas de Informação geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias*. In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

\_\_\_\_\_. *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. SP: Editora 34, [1995] 2011.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 3, SP: Editora 34, [1996] 2012.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Volume 5, SP: Editora 34, [1997] 2012.

ESCOBAR, Arturo. *O Lugar da Natureza e a Natureza do lugar: Globalização ou Pós-Desenvolvimento*. In: Lander, Edgardo. (Org.). A Colonialidade do Saber. Eurocentrismos e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FOX, Jefferson et al. *O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial*. In: Acselrad, Henri. (Org.). Cartografia social e território. Rio de Janeiro:

UFRJ/IPPUR, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAÇÃO ITESP. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo*

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Ivaiporunduva*. São Paulo. 1998a

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Maria Rosa*. São Paulo. 1998b.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas*. São Paulo. 1998c.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pilões*. São Paulo. 1998d.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de São Pedro*. São Paulo. 1998e.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de André Lopes*. São Paulo. 2000a

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo Nhunguara*. São Paulo. 2000b.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Sapatu*. São Paulo. 2000c.

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Mandira*. São Paulo. 2002

\_\_\_\_\_. *Relatório Técnico Científico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas de Cima*, São Paulo. 2003.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidade?* In: *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza*. ISA, 2004.

HARLEY, Brian. A nova história da cartografia. *Correio da UNESCO*, 19(8), 1991.

IBGE. *Tendências Demográficas Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/analise\\_populacao/1940\\_2000/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf) 12/01/2012.

INCRA. *Balanço Quilombola: Relatório 2012*. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/territorio-quilombolas-relatorio-2012> 12/01/2013.

INGOLD, Tim. *To Journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation*. In: *The Perception of the environment: Essays livelihood, dwelling and Skill*. Londres: Routledge, 2000, p. 219-242.

\_\_\_\_\_. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London and New York: Routledge's Taylor & Francis Group, 2011.

ISA. *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*. Editores Kátia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto. -- Instituto Socioambiental, 2008.

JIMENEZ, Alberto Crsín. *On Space as a capacity*. The Journal of the Royal Anthropological Institute, Vol. 9, No. 1 (Mar., 2003), pp.137-153.

KRYGIER, J; CRAMPTON, J. W. *Uma introdução à cartografia crítica*. In: Acselrad, Henri. (Org.). *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005.

LÉVY, Jacques. *Uma virada cartográfica?* In: Acselrad, Henri. (Org.). *Cartografia social e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.

MARCELIN, Louis HERNES. *A Invenção da Família Afro-Americana: família, parentesco e domesticidade entre negros do recôncavo da Bahia*. Rio de Janeiro: (Tese Doutorado) PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 1996.

MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MIRALES, Rosana. *A identidade quilombola da comunidade de Ivaporanduva e Pedro Cubas*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1998.

MONTEIRO, Marko S. *Imagens de Satélite como Sítio Etnográfico? Interpretando práticas de sensoriamento remoto no Brasil*. In: Kerbauy, M.; Andrade, T. ; Hayashi, C. (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2012.

MORATO DE ANDRADE, Lúcia M. *Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças*. Comissão pró-Índio de São Paulo - 1ª edição, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Frederico Menino Bindi. *Mobilizando Oportunidades: estado, ação coletiva, e o recente movimento social quilombola*. (Dissertação Mestrado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. 2009.

PAES, Gabriela Segarra Martins. *A "Recomendação das Almas" na Comunidade Remanescente de Quilombo Pedro Cubas*. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PICKLES, John. *A History of Spaces Cartographic reason, mapping and the geo-coded*

*world*. London and New York: Routledge, 2004.

PINTO, G.R; WANDERLEY, L. J. M. *Memória e Resistência: a experiência do mapeamento participativo da comunidade Quilombola de Linharindo, Espírito Santo*. In: Acselrad, Henri. (Org.). *Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

POSTIGO, Augusto. *A Terra Vista do Alto. Usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. (Tese Doutorado) UNICAMP, 2010.

QUEIROZ, R. S. *Caipiras negros no Vale da Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo, Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 1983

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas*. São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 1967.

\_\_\_\_\_. *Bairros Rurais Paulistas – dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SANTOS, R. E. dos. *Disputas Cartográficas e Lutas Sociais: sobre representação espacial e jogos de poder*. XII Colóqui de Geocrítica, Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf> 01/07/2013.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina. M. *Arqueologia no Baixo Ribeira*. In Revista Navigator: subsídio para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, n1, p. 57-58, jun. 2005.

SCHMITT, Alessandra, TURATTI, Maria Cecília Manzoli, CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *A atualização do conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas*. Ambiente & Sociedade - Ano V – N.10 - 1o Semestre de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf> 05/04/2012.

SEEMAN, Jörn. *Cartographic-story-telling, Performance of Way-finding and (E)motional Mapping in the Cariri Region, State of Ceará*. Bol. geogr., Maringá, v. 30, n. 2, p. 5-13, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12468> Acesso em 22/06/2013.

SLETTTO, Bjørn Ingunn. *We Drew What We Imagined - Participatory Mapping, Performance, and the Arts of Landscape Making*. In: Current Anthropology Volume 50, Number 4, 2009. p. 443-479.

SLENES, Robert W. “*Molungo, Ngoma vem*”: *África coberta e descoberta no Brasil*. Revista USP, 12, 1991/1992.

STUCCHI, Deborah (coord). *Laudo Antropológico - Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões - Vale do Ribeira de Iguape – SP*. In *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. Cadernos do ITESP nº 3, São Paulo: Pagina & Letras – Editora Gráfica. 1998.

\_\_\_\_\_. *Percursos em dupla jornada : o papel da pericia antropologica e dos antropologos*

*nas políticas de reconhecimento de direitos.* 2005. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000365028> - 15/04/2012.

THOMPSON, Robert Farris. *The four moments of sun: kongo art in two worlds.* National Gallery of Art; 1ST edition (1981)

\_\_\_\_\_, *Flash of the spirit. African and afro-american art and philosophy.* New York: Vintage Books, 1984.

TURNBULL, David. *Maps narratives and trails: performativity, hodology and distributed knowledges in complex adaptative systems – an approach to emergent mapping.* Geographical Research, 45 (2), pp. 140-149, 2007.

VIANNA, Anna Catarina Morawska. *Os Enleios da Tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza.* 2010. 402f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

VIANNA, Aurélio. *Reforma Agrária e territórios; uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária.* In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

VILLELA, J. L. M. *A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade.* Revista Antropologia, São Paulo, v.44, n°1, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995).*Sérgio Miceli (org.). São Paulo, Editora Sumaré, 1999.

\_\_\_\_\_. *O nativo relativo.* In Revista Mana. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext) 10/03/2012.

\_\_\_\_\_. *Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation.* Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America: Vol. 2: Iss.1, Article 1. Disponível em: <http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol2/iss1/1/> - 18/02/2014.

\_\_\_\_\_. *No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é.* 2006. Disponível em: [http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_institucional/No\\_Brasil\\_todo\\_mundo\\_%C3%A9\\_%C3%ADndio.pdf](http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf) 03/09/2011.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura.* São Paulo, Cosac & Naify, 2010.

WOOD, Denis. *The Anthropology of cartography.* In. ROBERTS, L. (ed.). Mapping culture: place, practice, performance. New York, Palgrave MacMillam, pp. 280-303, 2012.